

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

GISELE RIBEIRO SEIMETZ

“MEU CONTO É DE FALTAS”: JUVENTUDES, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL.

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

GISELE RIBEIRO SEIMETZ

“MEU CONTO É DE FALTAS”: JUVENTUDES, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jane Cruz Prates

Co-orientador – UFRGS: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

S461m Seimetz, Gisele Ribeiro

"Meu conto é de faltas" : juventudes, (des)proteção social e acolhimento institucional / Gisele Ribeiro Seimetz . – 2020.
169.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

Co-orientador: Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer.

I. Juventudes. 2. Proteção Social. 3. Acolhimento Institucional. I. Prates, Jane Cruz. II. Scherer, Giovane Antonio. III. Título.

GISELE RIBEIRO SEIMETZ

“MEU CONTO É DE FALTAS”: JUVENTUDES, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Data da banca final: 13 de janeiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Monica De La Fare (PUCRS)

Profª Drª Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUCRS)

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer
(co-orientador - UFRGS)

Profª Drª Jane Cruz Prates
(orientadora – PUCRS)

Porto Alegre
2020

AGRADECIMENTOS

da importância de encarar a si mesma
escolha seus melhores discos
e tire suas piores dores
pra dançar

Ryane Leão
(@ondejazzmeucoracao)

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Sendo assim, dedico esta pesquisa à *classe trabalhadora* que sustenta esse país e financia a pesquisa através de agências de fomento como o *CNPq*, o qual reafirmo a necessidade da sua existência e autonomia, em prol da pesquisa, da criticidade, em defesa da liberdade de pensamento e respeitando as diferenças entre ciência e opinião.

Agradeço a *PUCRS* na pessoa das e dos meus mestres que me acompanharam nesses oito anos e meio, reconheço sua qualidade e afirmo que é essa educação que desejo pra toda a população, através do ensino público, laico e universal.

Meu muito obrigada a professora *Belinha* (Maria Isabel Barros Bellini) que me acompanhou nos primeiros passos do mestrado e foi escuta sensível para com as minhas demandas, estendendo esse agradecimento também a professora *Jane*.

Fernanda e Mônica, muito obrigada por aceitarem o convite para compor a banca e, acima de tudo, pela leitura sensível e acolhedora para com o meu trabalho.

Aproveito o espaço de núcleo para agradecer a todas/os as/os colegas de programa, com as e os quais, nas adversidades, transformamos os *bretes* em espaço de resistência e afeto.

Ao *GEJUP/PUCRS* agradeço por todo aprendizado, trocas e parcerias durante sua breve, mas intensa existência (2016-2019). Também estendo os agradecimentos à equipe do *Observatório Juventudes* que me (re)acolheu e permitiu que eu acessasse muitas memórias afetivas junto à pastoral, mesmo que indiretamente.

Agnes Mariá, obrigada pela poesia e pelas palavras carregadas de sentido que atravessam essa dissertação, como o *slam* tem me atravessado desde que me choquei com ele.

Às *profissionais* que realizaram as articulações necessárias junto às instituições e pela generosidade e partilha para comigo e a minha pesquisa.

Agradeço ao *Apolo* e ao *Charlie Brown*, nosso contato físico foi de momento, mas vocês fizeram morada no meu coração, gratidão!

Agora, penso que vem a parte mais difícil, se antes os agradecimentos se fizeram leves e afetuosos, agora se atravessam de uma intensidade que transborda o peito, porque diz respeito às cenas que se passam por traz das cortinas das quais poucas são as pessoas expectadoras.

Então, quero dizer inicialmente à depressão que vá-se embora e, ao sair, deixe a porta aberta, pois são muitos os voos que precisam ser dados. E sem essa coisa de que tudo é aprendido. Sim, a gente aprende! Mas tem coisa que não precisava. Gosto de pensar que a "depressão é uma resposta ao roubo do tempo", genuinamente alheia a nossa vontade.

Legião Urbana e *Renato Russo*, mesmo tatuando na pele, houveram momentos que a *Rede de Apoio* teve que me lembrar que "temos nosso próprio tempo". E mesmo que "toda dor" venha "do desejo de não sentirmos dor", "eu sei que alguma coisa aconteceu, tá tudo assim, tão diferente".

Ryane Leão, que mulher, que inspiração, quantas palavras certas de suas poesias, na calada da noite, quando o transbordar era inevitável.

Ahhh, rede de apoio... Há rede de apoio! Vocês acharam que eu ia deixar passar batido. *Fran, Laís e Pati* (ordem alfabética tá), vocês são mulheres maravilhosas, não tenho condições de traduzir esse significado aqui, vai ficar maior que a dissertação, risos. *Natasha*, às vezes a gente conhece as pessoas e noutras a gente se choca, nos conhecemos há mais tempo, que bom que 2019 fez a gente se chocar, literalmente. *Camila*, seguimos firmes e fortes! *Saionara*, inspiração profissional e uma amiga e tanto!

É óbvio que a rede de apoio vai longe, mas eu precisava mesmo anunciar essas mulheres. Rede que balança, acariciando o coração; rede que sustenta, que equilibra; rede que algumas vezes vê de longe nosso voo mais ousado no trapézio, mas tá lá pro caso de a gente cair; rede de afeto, de cuidado; rede crítica, radical, intensa; cordas firmes, flexibilidade dialética. Essa rede se faz até cobertor se preciso for!

Giovane, ahhhh (malvado favorito, divo, muitos risos...um anjo). *Gio*, o que dizer sobre a gente nesse um ano e meio de orientação... Diga-se de passagem, teve orientação no bar, na rua do comércio, na sala de professores, no pátio, por watts ever, por skype e finalmente na UFRGS. Mas a gente não é só essa relação formal, é afeto, é colo, escuta, puxão de orelha, implicância, apoio, admiração. Gratidão por acreditar em mim quando nem mesmo eu acreditava e sim, não tenho como não me emocionar ao lembrar das tantas vezes que secastes as minhas lágrimas e das vezes que vibraste com a minha alegria. Tenho orgulho da relação profissional, de amizade, afeto, de confiança e ética que estabelecemos, passo a passo, desde março de 2014. Gratidão por me respeitar enquanto jovem e mulher que sou, nessa sociedade carregada de preconceitos.

Dani, tens sido um companheiro e tanto nos últimos quatro anos, “são as lutas dessa nossa vida, que eu estou cantando...” Gratidão pelas trocas, pela honestidade, pelo sorriso bobo, pelo melhor e mais caloroso abraço.

Mãe e pai, desde que comecei a falar em mestrado isso soou estranho, mas vocês seguiram acreditando em mim. Sei que é difícil entender os processos de mudança quando não estamos juntos no cotidiano. Mas quero que vocês saibam que eu não seria quem eu sou sem vocês, e que eu tenho muito orgulho da mulher que batalho pra ser todos os dias.

São tempos difíceis, mas seguimos, cada dia mais vibrantes, porque amar é revolucionário!

*Não quero lhe falar meu grande amor / Das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi / E tudo o que aconteceu comigo
Viver é melhor que sonhar / Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto / É menor do que a vida*

De qualquer pessoa / Por isso cuidado meu bem

Há perigo na esquina / Eles venceram

E o sinal está fechado prá nós

Que somos jovens

Para abraçar seu irmão

E beijar sua menina na rua

É que se fez o seu braço

O seu lábio e a sua voz

[...]

Com carinho, Gi!

ERA UMA VEZ

E viveram felizes pra sempre é o caralho
Não existe final feliz pra Alices de nove anos forçadas a fazer boquete em soldadinhos de chumbo
fardados

Aqui pela estrada a fora quando se vai bem sozinha
Nayaras são violentadas e mortas por asfixia
Não é doce o caminho de João e Maria
Que cansado de comer migalhas na trilha
São flagrados furtando celular no "Fantástico" reino das maravilhas

Apavorado Bambi não caminha pelo bosque com medo de ser espancado
Mas dentro do próprio castelo é humilhado e trancado dentro do armário

E assim nasce o tal príncipe encantado que contrariado
Vai tacar a bebida
Vai tacar a pica
E estuprar a bela adormecida sem sequer ser notado

Afinal toda magia é negra mesmo que tenha cabelo liso e o olho claro
Vocês entendem o que eu falo?

Claro que queremos viver felizes pra sempre
Mas nem sempre temos um final feliz
Meu conto é de faltas
Porque abaixo da linha da miséria
A desgraça é per capita
Tem um Bicho Papão pra cada
Hoje Pantera Negra
Sou língua afiada

Mas no passado precisei ser Robin Hood
Pra matar a fome que me matava
vivi mil e uma noites de experiências frustradas
Regadas a pó de fada, Kryptonita e litros e litros de poção mágica

Ainda bem que a poesia salva
Já pensou que final infeliz
A Agnes de Deus virada na Nega Diaba?
Ai, Eles não aguentavam

É por isso que veneno na boca de quem tem amor pela causa da voz não mata
Se me picar morre a Naja
Porque foi entre o Machado de Assis e o de Xangô que fui forjada

Poeta Agnes Mariá¹

¹ Poesia *Era uma vez*. Autora e autor: Agnes Mariá e Felipe Deds, idealizadores da iniciativa cultural Poetas Vivos. Este trecho da poesia corresponde a parte produzida pela Agnes Mariá.

RESUMO

Esta dissertação apresenta como vinha se manifestando a materialização da proteção social para as juventudes no município de Porto Alegre/RS, no período de 2018 a 2019. Para tanto, possui como objetivo geral “analisar como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional [de 18 a 29 anos], no que se refere às violações de direitos e resistências vivenciadas, a fim de contribuir para a proposição e qualificação de políticas sociais específicas voltadas para esse segmento social”. Neste trabalho busca-se evidenciar as diferentes violações de direitos experienciadas pelas juventudes que procuram pelo acolhimento institucional; processos sociais de resistências vivenciados em suas trajetórias; bem como, compreender como a proteção social vem sendo desenvolvida no município. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada no método dialético-crítico, por meio de análise documental de legislações e normas que incorporam as juventudes em relação à proteção social articulada ao acolhimento institucional. A escolha dos documentos ocorreu em consonância com a amostra da pesquisa empírica, de natureza exploratória. Esta etapa contou com a realização de entrevistas abertas semi-estruturadas com dois jovens em situação de acolhimento institucional e quatro profissionais, entre FASC, a república e um albergue. Estes elementos constituem o *corpus* da pesquisa, organizada através da técnica de análise textual discursiva em Moraes (2003), respeitando seu processo de categorização. A investigação apresenta como alguns de seus resultados a ausência de uma política pública de acolhimento específica e normatizada para o segmento juvenil, tendo em vista que não se restringe apenas às pessoas egressas do acolhimento de crianças e adolescentes, além da fragilização da proteção social para esse segmento, sem observar suas singularidades, sendo incorporado em políticas mais amplas, para pessoas de 18 a 59 anos. Os jovens entrevistados ingressaram no albergue devido ao rompimento dos vínculos familiares, sendo suas principais demandas: alimentação, moradia, transporte e inserção em relações de trabalho para viabilizar sua subsistência básica. Referente ao trabalho profissional, observa-se que as entrevistadas vivenciam a intensidade da precarização do trabalho, também como resultado da ausência de tipificação do funcionamento dos modelos institucionais envolvidos na pesquisa. Além disso, nota-se que tanto a república, quanto o albergue contam com apenas uma profissional em cada equipe técnica. Identifica-se a falta de formação continuada, o que repercute no atendimento especializado para o segmento juvenil. Nesse sentido, a pesquisa se apresenta como espaço reflexivo, influenciando na percepção de algumas profissionais sobre o fato de as juventudes apresentarem demandas específicas que não estão sendo atendidas e incorporadas pela rede. Aponta-se para a necessidade de políticas específicas voltadas para as juventudes na perspectiva da intersetorialidade, bem como a instituição de normas técnicas sobre o funcionamento de albergues e repúblicas e a padronização sobre esta última. Indica-se o estabelecimento de processos de formação continuada com as equipes que já atendem às juventudes através das políticas voltadas para a população adulta. Ademais, sinaliza-se para o importante papel das universidades na formação de profissionais que conheçam e atuem no planejamento e materialização dos direitos desse segmento social.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Proteção Social; Acolhimento Institucional.

ABSTRACT

This dissertation seeks to understand how the materialization of social protection for youths (between 18 and 29 years old) in the city of Porto Alegre/RS has been manifested in the years 2018 and 2019, regarding violations of rights and experienced resistances, in order to contribute to the qualification of specific social policies aimed at this social segment. This essay aims to highlight the different violations of social rights experienced by youths seeking institutional care; the social processes of resistance experienced in their life trajectories; as well as to understand how social protection has been developed in the municipality. This is a qualitative research, based on the dialectical-critical method, through documentary analysis of laws and norms that incorporate youths in relation to social protection articulated to institutional care. The choice of documents occurred in accordance with the empirical research sample. This stage included semi-structured open interviews with two young people in institutional care and four professionals from the FASC, the Republic and a shelter home. These elements constitute the research *corpus*, organized through the discursive textual analysis technique in Moraes (2003), respecting its categorization process. The research presents as some of its results the absence of a specific and public institutional care policy for the youth segment, as well as a weakening of the social protection for this segment due to the lack of policies that account for their singularities, as this social segment is incorporated into broader policies for people aged 18 to 59 years. The young respondents entered the shelter homes due to the breakdown of family ties. Their main demands are: food, housing, transportation and insertion in work relationships to make their livelihoods viable. With regards to the interviewed professionals, it is observed that they experience the intensity of precarious work, also as a result of the lack of typification of the functioning of the institutional care models involved in the research. Besides that, it is also noted that both the Republic and the shelter home each have a single professional in their technical teams. We identify the lack of continued education, which has repercussions on specialized care for the youth segment. In this sense, the research presents itself as a reflective space, influencing the perception of some professionals about the fact that youths present specific demands that are not being met and incorporated by the network. The results point the need for specific youth-oriented policies from the perspective of intersectoriality. We also conclude that there is an urgent need for technical standards on the operation of home shelters and republics. The establishment of continued education processes for the teams that already serve the youth by using policies aimed at the adult population is advised. Furthermore, we indicate the need of the work of universities in order to contribute to the formation of professionals who know and act in the planning and materialization of the rights of this social segment.

KEYWORDS: Youths; Social protection; Institutional care.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Síntese dos Procedimentos Metodológicos	37
Gráfico 1 – Teses e Dissertações (2004 – 2018) para a busca de Juventudes e Proteção Social	22
Quadro 1 – Rede de Abrigos em Porto Alegre.....	31
Quadro 2 – Detalhamento do Planejamento de Pesquisa	36
Quadro 3 – Detalhamento da Realização da Pesquisa Empírica	39
Quadro 4 – Plano Amostral – Pesquisa Documental	99
Quadro 5 – Sistematização de conceitos sobre República	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COIJUV	Comitê Interministerial da Política de Juventude
ConfJuv	Conferências Nacionais de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONUNE	Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes
CPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPERGS	Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
GEJUP/PUCRS	Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
HAF	Homicídios por Armas de Fogo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID JOVEM	Identidade Jovem
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneras/os
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MMA	Ministério do Meio Ambiente
NOB – RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PLCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNJ	Política Nacional de Juventude
RS	Rio Grande do Sul
SIMA	Subsistema de Informação, Monitoramento e Avaliação
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SMDSE – CGDH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte– Coordenação Geral de Direitos Humanos da
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TAI	Termo de Aceite Institucional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPPJ	Unidade de Políticas Públicas para a Juventude

SUMÁRIO

1. “ERA UMA VEZ...”: PERCURSO INTRODUTÓRIO	15
1.1 NÃO É UM CONTO DE FADAS: INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS JUVENTUDES	18
1.2 COMENDO MIGALHAS NA TRILHA: UM CAMINHO METODOLÓGICO	27
1.2.1 Da fantasia ao real: a materialidade da pesquisa	38
2. DO PASSADO AO PRESENTE: O MESMO CONTO...	45
2.1 PELA ESTRADA AFORA: COMPREENSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS JUVENTUDES.....	45
2.2 ENTRE BICHO PAPÃO, PANTERA NEGRA E ROBIN HOOD: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDES.....	49
2.3 “VOCÊS ENTENDEM O QUE EU FALO?”: O QUE É SER JOVEM HOJE? ...	54
3. “NÃO É DOCE O CAMINHO DE JOÃO E MARIA”: JUVENTUDES NA CENA CONTEMPORÂNEA	67
3.1 “AFINAL TODA MAGIA É NEGRA MESMO QUE TENHA CABELO LISO E O OLHO CLARO”: A REALIDADE BRASILEIRA PARA SER JOVEM	68
3.2 “A DESGRAÇA É PER CAPITA”: JUVENTUDES E A RELAÇÃO COM A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	79
4. “AQUI PELA ESTRADA AFORA QUANDO SE VAI BEM SOZINHA”: CONTEXTO DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS JUVENTUDES	91
4.1 “E ASSIM NASCE O TAL PRÍNCIPE ENCANTADO”: PROTEÇÃO SOCIAL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	92
4.2 O FANTÁSTICO REINO DAS MAGIAS INACABADAS: AS JUVENTUDES NA CENA DOS DIREITOS SOCIAIS	100
4.3 “CLARO QUE QUEREMOS VIVER FELIZES PRA SEMPRE”: MEDIAÇÃO DA CONJUNTURA DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS JUVENTUDES.....	119
5. “MEU CONTO É DE FALTAS!”: BREVES CONSIDERAÇÕES	134
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	154
APÊNDICE A –QUADRO METODOLÓGICO DA PROPOSTA DE PESQUISA..	154
APÊNDICE B –ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA PARA JOVENS.....	156
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEIMI-ESTRUTURADA PARA PROFISSIONAIS (REPÚBLICA E ALBERGUES) E PARA ABORDAGEM SOCIAL DA FASC OU REPRESENTANTE.....	157
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA PARA GESTÃO DA FASC OU REPRESENTANTE	159
APÊNDICE E – INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOCUMENTAL.....	161
ANEXOS	162
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP	162

1. “ERA UMA VEZ...”: PERCURSO INTRODUTÓRIO

O tema das juventudes na realidade contemporânea mostra-se em pauta a partir dos distintos movimentos que vêm se desdobrando na realidade social. As diferentes configurações dentro do segmento juvenil têm se manifestado visíveis à medida que as e os jovens inserem suas pautas na agenda política, seja cobrando respostas para as suas demandas (militam pela paz, pelo meio ambiente e tantos outros temas emergentes), demonstrando preocupação com o futuro e exigindo mudanças.

Na realidade brasileira os direitos sociais das juventudes são ainda muito recentes, mas a trajetória por essas conquistas vem de muito tempo, trazendo consigo o conhecimento crítico que vem amadurecendo a partir das lutas sociais. As juventudes brasileiras reivindicam a vida do jovem negro, o acesso à universidade, a reforma agrária, a mobilidade urbana. Ainda assim, esse segmento social se encontra muito presente em subempregos, vivenciam altos índices de desemprego formal, de mortalidade e de violência.

Nesse sentido, existem inúmeras faltas que o Brasil precisa suprir, daí o título da presente dissertação *“Meu conto é de faltas”: Juventudes, (des)proteção social e acolhimento institucional*. A expressão entre aspas é extraída da parte da poesia escrita por Agnes Mariá, intitulada *Era uma vez*, realizada em parceria Felipe Deds, cuja centralidade é desenvolver um debate crítico a respeito dos contos de fadas ao mesmo tempo em que sinaliza que os finais felizes se encontram nos processos sociais de resistência.

A presente pesquisa traz à tona uma investigação acerca *das trajetórias de vida de jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, que se encontram em acolhimento institucional na rede municipal de Porto Alegre no período de 2018 a 2019*, buscando compreender como essas trajetórias de vida vêm se constituindo *no que se refere a processos de resistências e violações de direitos*. Esse trabalho centraliza sua análise nas trajetórias de vida dos sujeitos com idade entre 18 e 29 anos, respeitando a delimitação etária estabelecida pelo Estatuto da Juventude (EJUVE), com a supressão de jovens adolescentes, que são os sujeitos que possuem entre 15 e 17 anos, compreendendo que o seu amparo também ocorre pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parte-se do questionamento de como vem se constituindo a proteção social das juventudes após os 18 anos de idade, uma vez que não existam redes de cuidados familiares, seja da família de origem, extensa ou outras formas de relações cujos vínculos configurem as famílias desses sujeitos. Diante de todo um contexto de direitos sociais das juventudes e a partir da previsão legal de que, após o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, deveriam haver repúblicas para a continuidade desse acolhimento, como uma forma de preparação e transição para a vida dotada das chamadas responsabilidades adultas, expande-se o questionamento ainda para àquelas pessoas que não passaram por acolhimento na infância e adolescência, mas que ainda assim demandam de alguma forma de acolhimento no âmbito da proteção social.

Dessa maneira, já existe uma afirmação a respeito do que tratou essa investigação, a começar pelo tempo de aprovação do Estatuto da Juventude, ainda tão recente, datado de 2013 e sua consequente limitação no que tange aos direitos das juventudes e as lacunas existentes em relação à materialização desses direitos, tema a ser aprofundado nos próximos capítulos. Na análise desse segmento, buscou-se investigar se as juventudes possuíam vínculos familiares fragilizados ou inexistentes, para que necessitassem buscar através da via Estatal, por meio dos serviços de acolhimento, formas de proteção. Isso significa afirmar que o fato de ser jovem e estar em situação de acolhimento institucional (para pessoas adultas, sendo específico ou não) não implica, necessariamente, que se tenha passado pelo acolhimento direcionado a crianças e adolescentes, durante esse período etário anterior.

O tema proposto para investigação se originou das experiências vivenciadas pela mestrandia durante o período de formação no curso de graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Quando da entrada no curso estagiou no Centro de Pastoral e Solidariedade da PUCRS, sendo vinculada ao Observatório Juventudes/PUCRS. A partir da vinculação com a Pastoral da PUCRS, foi realizado trabalho com grupo de jovens por aproximadamente três anos, além da participação em projetos de extensão junto a comunidades periféricas de Porto Alegre. Essas experiências possibilitaram um conhecimento mais aprofundado, de “desocultamento” de questões relacionadas à moralização da juventude, em suas diferentes realidades, sendo Porto Alegre e, também, região metropolitana, um universo ainda desconhecido aos olhos dessa, então, graduanda.

No ano de 2015 houve a participação nas etapas municipal, estadual e nacional das conferências de Juventude, observando a pluralidade e multiplicidade juvenil no território brasileiro, aprofundando as experiências vividas ainda no ano de 2013, através do Projeto Rondon, Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) e as chamadas Jornadas de Junho, evidenciando uma trajetória, principalmente, de militância. Ainda em 2015, com início do estágio curricular obrigatório em Serviço Social no espaço de gestão da Fundação de Proteção Especial (FPERGS) já se questionava a respeito da vida pós acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Na continuidade do estágio obrigatório, em outro espaço sócio-institucional (instituição/local sigiloso), as atividades foram realizadas em abrigo voltado para mulheres que sofrem violência doméstica, tendo a possibilidade de trabalhar com mulheres, muitas vezes jovens, cujas relações de violência e violações de direitos se estabeleceram ao longo de suas trajetórias de vida, sem um marcador inicial específico. Nesse cenário, foi possível observar algumas usuárias no abrigo, cujas trajetórias já haviam sido marcadas pelo acolhimento institucional, seja por terem sido abrigadas nesse mesmo local em momento(s) anterior(es), seja na infância, onde foram acolhidas em espaços destinados a proteção de crianças e adolescentes. Todavia, também permanecia o questionamento a respeito daquelas usuárias cujas trajetórias eram fortemente marcadas por diferentes violações de direitos, mas que não haviam passado por espaços institucionais protetivos, carregadas dessas marcas históricas e de superações das diferentes violações sofridas.

Concomitante a isso, foi bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP/PUCRS), em pesquisa voltada para o entendimento das trajetórias de vida de jovens com envolvimento com o tráfico de drogas e privados de liberdade e também participou da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil em Porto Alegre junto ao Grupo de Trabalho de Protagonismo Juvenil. Tais experiências oportunizaram a aproximação com algumas metodologias de estudo apresentadas nesse trabalho, bem como com as repercussões geradas por essa violência, de proporções estruturais.

Assim, desse emaranhado de experiências, mesmo quando não parecem se conectar, foi possível entrar em contato com alguns temas relevantes para esse debate, dentre os quais o da violência estrutural e seus desdobramentos na vida de

jovens, de modo geral, e principalmente àquelas/es cujas demandas são por acolhimento institucional. Em levantamento realizado para fins deste trabalho, foi possível observar que, dos espaços de acolhimento presentes no município de Porto Alegre, apesar da indicação da necessidade de construção de políticas de atenção específicas para a juventude, descritas tanto na Política Nacional de Juventude (PNJ), como no EJUVE, nenhum deles é direcionado especificamente para as juventudes, sendo alguns para demandas específicas, exemplificando, abrigo para mulheres que sofrem violência doméstica, abrigos para famílias, dentre outros.

Sendo assim, este estudo apresentou como objetivo *investigar como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, que se encontram em acolhimento institucional na rede de abrigos no município de Porto Alegre*, buscando ouvir dos próprios sujeitos, jovens e profissionais, as interfaces relacionadas a essa realidade, bem como ouvir a coordenação de Abordagem Social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC - responsável pelo Ação Rua²) e a gestão da Política de Assistência Social. Busca-se, assim, *construir subsídios que contribuam na proposição, na atualização e na qualificação das políticas sociais para o segmento juvenil*.

Este estudo buscou investigar trajetórias de vida de jovens compreendendo esses enquanto sujeitos de direitos e sua realização mostrou-se um grande desafio, especialmente pela forma recente que a proteção social juvenil vem se materializando e pela agudização da crise estrutural do capital, influenciando políticas de enxugamento, refração de investimentos e perda de direitos. O reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos vem se constituindo de maneira ainda muito recente desde o cenário internacional, até sua incorporação, inclusive jurídica, no Brasil.

1.1 NÃO É UM CONTO DE FADAS: INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS JUVENTUDES

Para a realidade brasileira os direitos das juventudes são extremamente atuais, sendo incluído no rol dos direitos constitucionais a partir da Emenda

² Segundo o site do Ação Rua: “O objetivo do trabalho é desenvolver no público-alvo a vontade de sair da rua e elaborar um novo projeto de vida, sem precisar tirá-lo à força das ruas. O serviço é executado por meio do conveniamento da Fasc com entidades. Na região Centro, além da entidade conveniada, a Fasc mantém uma equipe própria atuando” (PMPA, 2019b).

Constitucional (EC) número 65 de 2010 (BRASIL, 2010). Se considerado ainda que o Plano Nacional de Juventude data de 2005 observa-se uma certa morosidade nesse processo legal, primeiro em relação ao fato da inversão da política social que veio antes da lei e, segundo, pelo espaço temporal entre a construção da PNJ (2004-2005) e a instituição do EJUVE (2013). É importante salientar que a ONU instituiu em 1985 o Ano Internacional da Juventude, já como um reconhecimento das particularidades desse segmento social e que, aqui no Brasil, trata-se da única legislação em que o plano de desenvolvimento das ações estatais veio antes do próprio reconhecimento legal (SCHERER, 2013).

Ao observar os direitos conquistados a partir da abertura democrática e construção da Constituição Federal (também chamada de Constituição Cidadã pela maneira como se forja desde as lutas sociais, ainda que estas não a componham como um todo), em fins da década 1980 e início de 1990, é possível identificar que as políticas sociais para crianças e adolescentes apesar de suas lacunas e fragilidades já estão consolidadas. Esses direitos se mostram estabelecidos, ainda que minimamente e repletos de contradições, à medida em que se pode considerar que existe um Sistema de Garantia de Direitos voltados para crianças e adolescentes no Brasil.

No que se refere as políticas sociais de juventude observa-se que são extremamente recentes no contexto brasileiro com projetos sendo desenvolvidos, mas de maneira bastante limitada, a exemplo do retrocesso vivenciado em Porto Alegre em relação a quase anulação da Secretaria Municipal de Juventude, transformando-a em uma unidade dentro de uma coordenação que engloba diversos temas complexos (dentre os quais Igualdade Racial, Idoso, Mulher, Povos Indígenas), além dos temas abarcados pela secretaria de modo geral: Direitos Humanos, Assistência Social, Trabalho, Acessibilidade e Esporte. Scherer (2017), ao realizar um profundo estudo sobre a proteção social no Brasil no que tange às juventudes, afirma que:

A atual configuração das políticas públicas para as juventudes se concentra na “administração e controle” da juventude pobre, por meio de políticas que se centram na educação e no trabalho, na perspectiva da capacitação juvenil para atividades laborais. A inserção no mercado de trabalho, quando se torna possível, é geralmente por meio de contratos flexíveis, trabalhos precarizados, com baixas remunerações, que acarretam uma inserção produtiva precária (2017, p. 197).

A partir dessa leitura, de que existe uma lacuna no que se refere aos direitos das juventudes, emergiu essa pesquisa a respeito de jovens (de 18 a 29 anos) em situação de acolhimento institucional e sobre como estão se desenvolvendo os diferentes processos de violações de direitos, pressupostos, a priori, pelo fato da situação de acolhimento, e também as estratégias de resistências. Centra-se, assim, a análise sobre um segmento juvenil específico, que vivencia com mais intensidade as expressões da questão social. Para Scherer (2013, p. 15) “a juventude está na moda!”, pelo desejo em ser jovem, tanto por essa juventude que consome produtos, que é desejável pelo mundo adulto, quanto pelas pessoas que não se reconhecem mais nas suas designações etárias, pois são todas “jovens”, “joviais”. Na contramão desse *modelo* juvenil, continua o autor, entra em cena a juventude considerada perigosa, pois comete crimes e é irresponsável, enquanto é responsabilizada pelas transformações negativas da sociedade atual.

Com essa pesquisa pretende-se desmistificar algumas dessas concepções sociais em relação às juventudes em situação de vulnerabilidade social, cuja máxima mostra-se no acolhimento institucional, compreendendo como se dá essa proteção social (integral) e a defesa dos direitos humanos. A pesquisa social na atualidade revela-se fundamental, pois ao mesmo tempo em que articula o arcabouço teórico e desenvolve novos conhecimentos e novas leituras sobre determinado tema, compromete-se com as vozes dos sujeitos, considerando em essência as experiências vivas e vividas. Buscou-se então, explicar como essas/es jovens são amparadas/os pelas políticas públicas e sociais e o que pensam as e os profissionais que trabalham nesses espaços, além da Abordagem Social e da gestão da Política de Assistência Social de Porto Alegre.

Investiga-se as trajetórias de vida, considerando que estar no acolhimento institucional não se resume a situação presente na vida dos sujeitos (para além do recorte ora apresentado), mas transpassa uma série de acontecimentos que acabam resultando nessa situação de demanda pela proteção social, buscando analisar como esta vem se constituindo para as juventudes, enquanto sujeitos de direitos e reconhecidas recentemente como tal. Para Sposati:

Proteção social – o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social

como a de direitos sociais [...] A segurança é uma exigência antropológica de todo indivíduo, mas sua satisfação não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito individual. É também uma necessidade da sociedade que se assegure em determinada medida a ordem social e se garanta uma ordem segura a todos seus membros (2009, p. 21).

Sendo assim, observa-se que a situação referente às políticas públicas e sociais não dá conta da totalidade de necessidades apresentadas pelo segmento juvenil, principalmente no que se refere ao fato da situação de acolhimento institucional, realizando esse tensionamento entre a expectativa de proteção social e sua concreta materialização (Scherer, 2017). Quando se está no acolhimento observa-se uma trajetória de violação de direitos, tendo em vista que se trata da alta complexidade³, nesse caso já houveram direitos que foram violados, resultando na última instância do âmbito da proteção social. Esses direitos perpassam desde fragilidade de vínculos familiares até a sua ausência, situação de vulnerabilidade social, ausência de moradia e condições mínimas de subsistência (BRASIL, 2005). Uma das maiores lacunas em relação a esta pesquisa encontra-se justamente na compreensão e materialização do acolhimento institucional para as juventudes.

Dessa forma, o debate a respeito das políticas públicas e sociais enquanto proteção integral dos sujeitos refere para o que aponta Pereira:

Embora seja difícil precisar o que sejam necessidades humanas, existem contribuições teóricas não convencionais, tributárias da tradição marxista, que nos ajudam a identificá-las no marco das relações sociais e, portanto, como algo que não existe a priori, mas determinado por formas concretas de vida em sociedade [...] Tal entendimento é fundamental para estabelecer a diferença entre a mera carência material e necessidades sociais como um conceito complexo, avesso a naturalizações e fatalismos (2006, p. 70).

Diante desses elementos atenta-se para o fato que este se revelou um estudo diferenciado, a começar pela proposta de investigar as trajetórias de vida, buscando dos próprios sujeitos, na situação atual de existência, quais são as suas demandas concretas, não só em relação a uma situação material mais imediata, mas considerando a complexidade que representa uma pessoa. Outro fator, mais

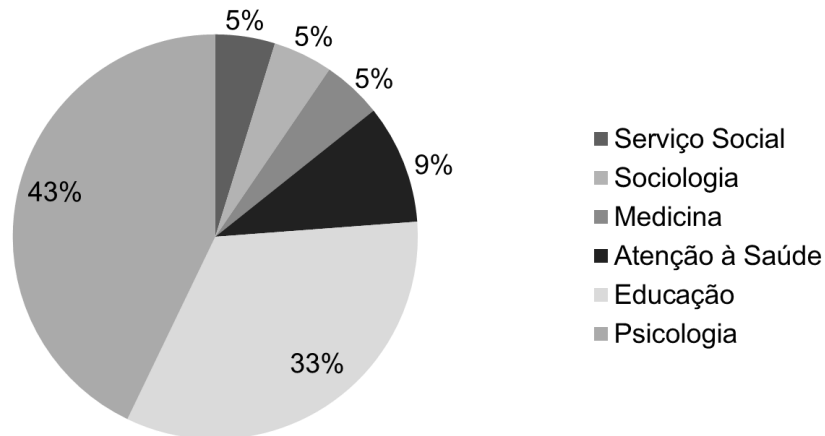
³Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005, p. 38): “Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário”. Tais como: Atendimento Integral; Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e; Trabalho protegido.

tangível no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa em si e a relevância do seu retorno para a sociedade, é o de não terem sido encontradas pesquisas anteriores dentro da área do Serviço Social sobre esse tema. Observa-se que os trabalhos encontrados nas outras áreas do conhecimento tratam-se principalmente de estudos da Psicologia e da Educação, incluindo debates intersetoriais e coletivos, não necessariamente resgatando esse processo enquanto trajetória que não se extingue dos sujeitos, mas abarcando a integralidade a presença e/ou ausência da rede de atendimento mais próxima dessas/es jovens.

Ainda sobre as buscas realizadas na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram mapeados 21 trabalhos, entre teses e dissertações, a partir da combinação dos seguintes descritores: jovem, jovens, juventude, juventudes, acolhimento institucional e proteção social, cujo resultado está exposto no gráfico abaixo⁴:

Gráfico 1

Teses e Dissertações (2004 – 2018) para a busca de Juventudes e Proteção Social



Total: 21 teses e dissertações.

Fonte: Sistematizado pela autora a partir dos resultados apresentados pela BDTD (2019).

Observa-se, a partir do levantamento realizado pela plataforma BDTD, que existe uma produção teórica mais densa em relação ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Apesar da aparição de um trabalho na área do Serviço

⁴ Outros dois trabalhos localizados através dos mesmos descritores foram descartados por estarem escritos em inglês.

Social, a partir dos descritores mencionados acima, o mesmo trata de adolescentes e não de jovens, é importante mencionar que ao associar *serviço social* na combinação mencionada acima (jovem, jovens, juventude, juventudes, acolhimento institucional e proteção social) não consta *nenhum resultado*. Tais dados corroboram com o debate já apresentado sobre a principal área de concentração ser a Psicologia, seguida pela Educação, além do enfoque das referidas pesquisas ser distinto dessa que aqui se apresenta e considerando que não se trata, necessariamente, de um número expressivo de trabalhos. Dentre os diferentes temas destaca-se: institucionalização de crianças e adolescentes, relações familiares e de violência de crianças e adolescentes, relação com o ato infracional, medicalização e práticas institucionais.

Assim, observam-se alguns elementos importantes de compreensão, a começar pelas delimitações que separam infâncias, adolescências e juventudes, sendo que as duas primeiras não são temas de estudo desse projeto. Todavia, é relevante refletir sobre a imprecisão gerada pelo uso, como sinônimos, dos termos adolescentes e jovens onde inclusive em âmbito de juizado utiliza-se “Juizado da Infância e Juventude”, o que já aponta para limitações de compreensão, suprimindo as adolescências e igualando-as às juventudes. Assim, compreende-se o uso dos termos no plural, nesse caso com foco nas juventudes, considerando que, ainda que se encontrem no mesmo segmento etário, existe uma multiplicidade de fatores que unem e separam cada segmento em si mesmo, fatores de classe, território, acesso à educação, experiências de vida e assim por diante. Ou seja, “vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria” (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 22).

Cumprido destacar que a particularidade na análise dos diferentes fatores existentes dentro do segmento juvenil não se confunde com singularidade, não remetendo a uma compreensão pulverizada da realidade. De modo que existe uma pluralidade de elementos que diferenciam as e os jovens entre si, tais como condições de classe social, gênero, orientação sexual, raça/etnia, território e assim por diante, e esses elementos são fundamentais para a melhor compreensão da análise, mas essas diferenças não podem ser utilizadas a partir de um caso isolado, tornando-o referência para toda uma parte dentro do segmento juvenil, por exemplo, utilizar-se da experiência individual de um sujeito da pesquisa para uma

generalização totalizante, nesse caso utiliza-se as falas para corroborar ou refutar dados de realidade. Ou seja:

Cada uma das esferas sociais subdivide-se em esferas autônomas, aparentemente independentes entre si, cada qual com uma referência de valor. Ao mesmo tempo, o individualismo favorece a valorização da subjetividade e de uma moralidade individualizada em torno da singularidade do “eu” que se opõe à sociabilidade (BARROCO, 2010, p. 87).

Dessa maneira, serão valorizadas as distinções que se manifestam dentro do próprio segmento geracional, sendo essa compreensão fundamental, assim como nos distintos grupos etários, demarcando pelo menos a compreensão de que são diferentes, não se desfazendo da práxis⁵, articulando as categorias teóricas com o real concreto e vivido. Logo, “as juventudes são consideradas como um processo, onde são vivenciadas múltiplas transformações – tanto no sentido biológico, como social –, onde ocorre o desenvolvimento intenso da autonomia do sujeito” que se caracteriza de inúmeras formas, desde a *possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos identitários* e assim por diante, no que diz respeito a construção de suas autonomias (SCHERER, 2017, p. 90-1).

Então, ser jovem é processo, mas não apenas enquanto uma fase transitória, afinal, transitórias são todas as fases da vida, é descobrir-se numa independência etária civil (referência à pessoa que faz 18 anos e adquire autonomia para pleno desenvolvimento de seus direitos e deveres legais), o que não implica em independência econômica, por exemplo. Trata-se de uma relação de pertencimento e reconhecimento social, perpassa a busca por autonomia econômica, sendo uma categoria extremamente heterogênea, principalmente se consideradas todas as juventudes que cabem dentro do período legal reconhecido no Brasil, de 15 a 29 anos, segundo o EJUVE, revelando a sua multiplicidade (SCHERER, 2013).

No âmbito da presente pesquisa, centrou-se nas juventudes que têm entre 18 e 29 anos devido ao entendimento de que o acesso a direitos acaba se restringindo nesse período etário. Ainda que o EJUVE compreenda como jovens quem tem entre 15 e 29 anos, existe uma regulamentação de que os sujeitos considerados jovens adolescentes (de 15 a 17 anos) são amparados também pelo

⁵ Enquanto conceito marxista considera-se a práxis como a indissociabilidade entre a teoria e a prática (MARX; ENGELS, 2006).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sem prejuízos de direitos. Não intenta-se excluir esta parte da juventude, mas é possível identificar que os direitos de proteção social no que se referem ao ECA são mais abrangentes e consolidados se comparados ao EJUVE, inclusive pela sua construção social e histórica, ou seja, trata-se de outra forma de materialização do acolhimento institucional. É importante compreender que a construção social de sujeitos históricos conectados ao processo de materialidade do seu tempo é que vai definir seus processos para cada realidade social analisada.

Diante desse debate, a respeito da construção social que se dá para os diferentes segmentos sociais, torna-se importante refletir de que forma cada realidade vem incorporando esse reconhecimento através de direitos sociais e sua materialização. Dito isso, reflete-se que esta pesquisa se apresenta diante de um cenário que, por um lado existe uma normativa prevista, em relação às Repúblicas, nas *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (2009), como garantia de direitos no âmbito da proteção social (embora se trate de uma continuidade da legislação de proteção das infâncias e adolescências, sua repercussão etária integra também as juventudes), por outro lado, revela-se de tamanha fragilidade, não havendo materialidade deste direito, como também pelo fato de diferentes jovens estarem ocupando distintos espaços de acolhimento institucional.

Para Scherer:

Tal movimento dinâmico de (des)proteção social é fruto de uma sociedade capitalista que possui seus limites no âmbito da emancipação política, isto é, na afirmação da não existência de uma real inclusão na sociedade capitalista, pois a exclusão é elemento central e vital para este modo de produção, necessária para a sua reprodução. Nesse sentido, a inclusão/exclusão são concepções fetichizadas, existentes na aparência fenomênica, que carregam em seu interior a perspectiva da (des)proteção social (2017, p. 202).

É extremamente importante compreender de forma crítica a relação que se estabelece entre a proteção social e o contexto que está sendo analisado, pois a contradição enquanto categoria dialética é fundamental, evidenciando que a parte não está descolada do todo. Ou seja, as políticas de proteção estão inseridas numa determinada sociabilidade e buscam proteger de elementos de desigualdades, todavia essa proteção também pode violar direitos (contexto de desproteção social),

à medida que a realidade é mais complexa do que a legislação pode prever, mas isso não faz da proteção social menos importante a partir do momento que se revela enquanto possibilidades na superação dessas desigualdades.

Assim, se materializou a necessidade de estudar essa temática no âmbito desta profissão, articulado com a Linha de Pesquisa 4: Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS, compreendendo as dimensões apresentadas diante de uma temática tão complexa.

Ao adentrar na área do Serviço Social observa-se algumas lacunas a começar pela insuficiência apresentada na busca por pesquisas que se relacionem a esta. Ademais, diante do cenário apresentado cumpre um relato recente, de dezembro de 2018, sobre evento que aconteceu em Vitória/ES, sendo o XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS). Este evento possui GTPs (grupos temáticos de pesquisa) sobre diversas temáticas de interesse da área e cujas demandas emergem na realidade profissional, todavia, apenas no último evento forjou-se um GTP exclusivo sobre a temática das gerações (antes existia incorporado a outro grupo), passando a debater infâncias, adolescências, juventudes e velhices. Oficializou-se então o GTP, compreendendo a importância do estudo dessas temáticas com mais densidade.

Considerando que esse é um dos principais eventos da categoria e reúne, em sua maioria, pesquisadoras/es, destaca-se uma apropriação ainda limitada enquanto área em relação ao tema das juventudes, havendo, durante a discussão do grupo, algumas confusões na compreensão distinta entre adolescência e juventude, tratando-as enquanto sinônimos (disforme da diferenciação já realizada no esboço desse trabalho). De toda forma, reafirma-se a necessidade de espaços como esse, principalmente pela inserção teórica a que se propõe, na intenção de aprofundar cada vez mais os estudos nessa área.

Objetiva-se também a realização de análise das políticas públicas e sociais sobre acolhimento institucional que amparem, mesmo que de maneira restrita, o segmento juvenil. Além disso, o presente estudo propõe-se a caracterizar o acolhimento institucional direcionado para esse público no âmbito do município de Porto Alegre/RS. A natureza da pesquisa é qualitativa, dispondo de técnica de entrevistas abertas semi-estruturadas, em perspectiva exploratória. Afinal, à medida que as juventudes são reconhecidas enquanto sujeitos de direitos e, com isso,

intenta-se respeitá-las, é necessário compreender que direitos são esses e que juventudes estão sendo atendidas pelas e pelos profissionais e gestoras/es nos serviços.

1.2 COMENDO MIGALHAS NA TRILHA: UM CAMINHO METODOLÓGICO

O presente estudo estruturou-se metodologicamente para responder ao problema de pesquisa: *Como vêm se constituindo as trajetórias das juventudes em acolhimento institucional, no que se refere a processos de resistências e violações de direitos?*. Nesse sentido, o trabalho fundamenta-se no método dialético-crítico por se tratar de um processo de investigação que tem como intencionalidade a ruptura com análises imediatistas da realidade. Busca-se, desta maneira, desvendar os fenômenos para além de suas aparências, dando visibilidade a eles, ou seja, contribuindo para desmistificação do real e buscando explicitar as múltiplas determinações que compõem a realidade.

Para Kosik (1995), por meio da dialética é possível ir além da pseudoconcreticidade e buscar as determinações reais do objeto a ser investigado. Na pesquisa fundamentada no *método dialético crítico* as categorias apresentam-se conforme Marx (1993), como elementos de uma dada estrutura representando uma totalidade, trata-se de um todo vivo que, dada a dinâmica das inter-relações, se expressa em novas totalidades que se estendem e se intensificam através das suas inter-relações, em movimento.

O método marxiano compreende duas fases: a de investigação e a de exposição. A primeira como ponto de partida trata das primeiras aproximações ao objeto de estudo que possui a forma de “uma representação caótica do todo”, movendo-se do “concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos” elevando o entendimento das relações entre as coisas, porém, de forma pouco genérica, considerando as determinações particulares deste concreto. O conhecimento que permite uma exposição adequada é, no entanto, um produto da segunda fase em que se representa “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011, p. 77).

O pensamento, conduzindo a investigação, realiza, portanto, um movimento que parte do concreto ao abstrato e depois retorna ao concreto. Em suma, o movimento do pensamento dialético é o ciclo concreto-abstrato-concreto.

Expressando o modo essencial deste método, que revela-se adequado à materialidade real que o ser humano opera em sua práxis, Marx afirma:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 77 e 78).

Está explícito que o conhecimento concreto é um processo, realizando assim o movimento dialético do concreto-abstrato-concreto, de modo que ao retornar para o concreto é realizada a *síntese de múltiplas determinações*, sendo este mais consciente das relações do mundo real. Konder (1981, p. 39) afirma ainda que a dialética é uma “maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana”.

As categorias contradição, totalidade, historicidade⁶ e mediação manifestam-se centrais nessa pesquisa, uma vez que é preciso compreender a totalidade dos fenômenos sociais que envolvem as juventudes direta ou indiretamente, articulando-as através da leitura crítica da realidade que está em constante transformação. Essa leitura não pode ser antidialética, assim:

Reconhecer a historicidade é reconhecer o movimento e a provisoriade dos fenômenos. Somos dinâmicos, estamos em movimento de constituição e somos finitos. A historicidade do real, uma categoria central da dialética, emana do próprio real, é dele apreendida (prática) e abstraída (teoria) para constituir o que chamamos de concreto pensado, no movimento, e a ele retornar para servir de bússola para que o sujeito que busca conhecer/intervir desvende como se processam esses movimentos. Desvendar esse movimento significa identificar as transformações, os novos movimentos que surgem e também analisar os processos e relações constitutivas dos sujeitos e fenômenos sociais, ainda para ter elementos que possam ser ferramentas para neles intervir (PRATES; CARRARO, 2017, p. 163).

Ou seja, a *historicidade* como categoria central nesse estudo manifesta sua relação dialética não apenas no processo sócio-histórico, na realidade concreta disposta também na execução das políticas sociais postas em análise, como também articulando com as trajetórias de vida de jovens que estão inseridos nessa realidade. Assim, a *totalidade* “articula elementos amplos, universais, como a crise

⁶ Para uma compreensão da totalidade do projeto da pesquisa observar o Apêndice A.

do capitalismo, a reestruturação produtiva, o investimento ou os cortes no investimento da seguridade social no Brasil” de modo que realizada uma unidade “entre aspectos universais e particulares e entre teoria e prática” (PRATES; CARRARO, 2017, p. 164).

A partir da compreensão dessas categorias, observa-se a mediação que as mesmas permitem diante do tema de pesquisa apresentado, pela própria complexidade explicitada a partir da compreensão do que é ser jovem e seus desdobramentos na realidade social brasileira. Dito isso, observa-se que a *categoria mediação*:

Apreendida como categoria central do método dialético marxiano, responsável pela complexidade da totalidade e pela dinâmica parte-todo no interior do ser social, a mediação o compõe ontologicamente. Também assume a forma de categoria reflexiva, criada pela razão, para captar seu movimento. Essa dupla dimensionalidade resume a relevância heurística da mediação (PONTES, 2010, p. 187).

Prates e Carraro (2017, p. 164), ao dialogarem com Pontes, complementam que “as mediações ontológicas são aquelas que já estão constituídas como uma cadeia, nossos conhecimentos, experiências, as linguagens, o desenvolvimento dos sentidos e de habilidades” já as reflexivas são oriundas das relações cognitivas articuladas a partir da realidade concreta, realizando sínteses nesse movimento dialético. A *categoria contradição*, por sua vez, possibilita o contraponto dos elementos apresentados pela realidade, coloca em constante tencionamento os conflitos sociais influenciando em processos de superação, conforme as autoras referem abaixo:

A contradição é destruidora e ao mesmo tempo inaugura o novo; é insuportável, porque é tensionada pelo conflito, na medida em que os opostos estão em disputa; quando se acirra, torna-se insuportável e por isso instiga a superação. Por essa razão identificar os momentos em que ela se acirra é de fundamental importância, para muitas vezes estimular o que Marx chama, em suas obras, de pequenas convulsões revolucionárias, ou pequenas rupturas, que podem ter impactos significativos para sujeitos ou grupos, mesmo que não instaurem revoluções mais amplas (PRATES; CARRARO, 2017, p. 165-166).

Esta categoria nos possibilita um ponto de partida fundamental para o debate ora apresentado, já evidenciando que existe uma raiz em comum, sendo necessário esse *tensionamento* do real até que se compreenda a radicalidade (no

sentido marxiano do termo, de *ir à raiz* [MARX; ENGELS, 2006]) das estruturas que compõem a sociedade e suas derivações, aqui as categorias citadas manifestam sua indivisibilidade. Assim, a articulação e escolha dos sujeitos de pesquisa revelam uma complexidade de fatores que buscam reconhecer a realidade como ela se desenvolve, mas também encontrar, a partir das falas dessas pessoas, possibilidades de resistência e até mesmo de mudanças para o espectro das políticas sociais para as diferentes juventudes que ainda se forjam no cenário nacional, com inúmeras lacunas a serem preenchidas.

Observa-se que a categoria mediação estrutura todas as demais, justamente pela sua potencialidade de articulação, afinal, não se trata de balancear, mas justamente compreender cada uma e a totalidade das categorias do método dialético crítico, cujo fundamento está na leitura da realidade tal qual ela se manifesta, mas essa leitura profunda, radical, de essência, e não apenas fenomênica. Dessa forma, compreender e realizar um estudo dessa densidade a respeito das juventudes em acolhimento institucional tem profunda relevância social e também no âmbito da produção do conhecimento, não apenas pela originalidade do tema, mas pela leitura crítica que se propõe através deste trabalho.

O presente estudo possui *natureza de pesquisa qualitativa*. Para Martinelli:

É preciso enfatizar que há alguns pressupostos muito importantes que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa. Um **primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito**. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele [...] o **segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito** e não apenas as suas circunstâncias de vida. Pois as circunstâncias de vida configuram um tipo de fenômeno, outro é o modo de vida [...] **terceiro pressuposto**, que se expressa no **reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social** (1999, p. 22-23, grifo nosso.)

Esta escolha deve-se a compreensão de que esse tipo de pesquisa se apresenta como a melhor forma de alcançar os elementos constitutivos de seus objetivos, visto que os estudos de natureza qualitativa possibilitam analisar aspectos que não são possíveis de serem mensurados em análises quantitativas. A natureza dessa investigação possibilita a inferência de conteúdos complexos como questões subjetivas que compreendem, por exemplo, a percepção das e dos jovens sobre o acolhimento institucional bem como a compreensão das e dos profissionais da rede

de acolhimento sobre os entraves e possibilidades a respeito do acesso a direitos dos sujeitos atendidos (MINAYO, 1994).

Para responder à primeira questão orientadora: *como vem se estruturando o acolhimento institucional para as juventudes no que se refere a materialização da proteção social?*, é utilizada *pesquisa empírica exploratória*, através de *entrevistas abertas semi-estruturadas*. Para a composição da amostra foi realizado um mapeamento da rede de acolhimento no município de Porto Alegre/RS, no ano de 2018, buscando compreender a quem se destinam e qual o foco das instituições de acolhimento. Esta possui seis modelos de acolhimento institucional, que perpassam a faixa etária juvenil (de 15 a 29 anos), todavia nenhum que seja específico para as juventudes. Sobre esses espaços, tratam-se de abrigos para mulheres que sofrem violência doméstica, abrigos para famílias, abrigos para população adulta, albergues, repúblicas e abrigos para crianças e adolescentes. O levantamento foi realizado via internet, conforme quadro abaixo:

Quadro 1

Rede de Abrigos em Porto Alegre		
	Tipo de abrigo	Quais/quantos
1	Abrigos Residenciais e Casas Lares	FPERGS (estadual) FASC (municipal)
2	República	Um espaço que corresponde a duas unidades
3	Abrigos de Enfrentamento à Violência Doméstica	CAVM (SMS) Casa Lilás (FASC)
4	Abrigos para famílias	Duas unidades
5	Abrigo População Adulta	Bom Jesus Marlene
6	Albergues	Municipal Felipe Diel Dias da Cruz

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de FASC (2019c).

A partir do mapeamento apresentado acima foram definidos os serviços para composição da amostra do presente estudo. Considerando a heterogeneidade de modalidades de acolhimento e que nenhuma delas trate especificamente do

acolhimento de jovens, optou-se por realizar a pesquisa em dois modelos de serviços, totalizando três instituições. Sendo, a *República* onde as e os jovens estão transitoriamente, mas por um período mais prolongado, possibilitando processos de planejamento para a vida pós acolhimento, ainda que na realidade de Porto Alegre não seja o modelo preconizado pelas *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*; e *dois Albergues*⁷, um municipal e um da rede de conveniadas⁸ (administração indireta), onde as e os jovens são atendidas/os pontualmente, sem perspectivas de continuidade (a depender do acompanhamento realizado).

Sobre a República é importante mencionar que na realidade municipal a FASC determina que se trata de “proteção, apoio e moradia subsidiada a cidadãos entre 18 e 59 anos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou, extremamente, fragilizados e sem condições de moradia”, sendo que Porto Alegre conta com duas unidades, no mesmo endereço (PMPA, 2019). Já as Orientações Técnicas (2009) preveem que a República é:

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação [...] A república oferece atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento de auto-gestão, auto-sustentação e independência. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência (CNAS, 2009, p. 85).

Esse modelo institucional deve contar com equipe técnica, caráter residencial e estabelecer vínculos com o território no qual está inserido, inclusive socioeconômico. O público alvo desse modelo de acolhimento é de jovens de 18 a 21 anos, cuja situação seja de risco pessoal, social ou de vulnerabilidade, de modo que os vínculos familiares estejam rompidos ou em extrema fragilidade, havendo a

⁷ “Os albergues oferecem atendimento em caráter de pernoite – das 19h às 7h – oferecendo, dormitórios, cuidados de higiene e alimentação, bem como encaminhamentos à rede de saúde, quando necessário” (PMPA, 2019a).

⁸ As chamadas conveniadas referem-se à articulação entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, conforme a Lei Federal Nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (BRASIL, 2014), com aplicação regulamentada em Porto Alegre pelo Decreto Nº 19.775, de 27 de junho de 2017 (PMPA, 2017b).

necessidade de sustentação. “Tal serviço é particularmente indicado para o acolhimento de jovens em processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes por terem completado a maioridade”, não se limitando a estes apenas (CNAS, 2009, p. 85).

Essa escolha se deu pelos seguintes fatores: primeiro, possibilitar uma aproximação com a diversidade etária apresentada pela pesquisa, ou seja, sujeitos que tenham entre 18 e 29 anos. Em segundo lugar, considerou-se que outras modalidades de acolhimento poderiam apresentar focos de atendimento mais específicos que, além de não dialogarem com o direcionamento da pesquisa, também poderiam conflitar com os interesses dos sujeitos e suas demandas concretas mais imediatas, a exemplo das casas para mulheres que sofrem violência doméstica. Em terceiro lugar, a lacuna existente e já evidenciada em relação à escassa produção de pesquisas com sujeitos após os 18 anos, sendo que o debate ainda permanece centrado em jovens adolescentes (de 15 e 17 anos).

Assim sendo, foram *critérios de inclusão* para a participação nesse estudo: querer responder a entrevista e ter condições de fazê-lo; possuir entre 18 e 29 anos impreterivelmente; no momento da pesquisa estar em situação de acolhimento institucional e possuir vínculo com a república ou os albergues. Havendo a possibilidade intentou-se abarcar a maior pluralidade possível de sujeitos, respeitando critérios de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, orientação sexual etc., de acordo com o público em atendimento nos espaços institucionais no período de realização das entrevistas e respondendo aos critérios de inclusão já sinalizados.

Para fins de responder a essa questão orientadora, buscou-se realizar um contato inicial com a equipe técnica da instituição, priorizando-se que a/o profissional que fosse entrevistada/o se tratasse também da/o técnica/o de referência da/o jovem que também seria entrevistada/o. Dessa forma, a equipe era essencial para compor a amostra daquela instituição, contribuindo na seleção dos sujeitos que corresponderiam aos critérios de inclusão.

O tipo de metodologia de coleta utilizada foi de *entrevistas abertas semi-estruturadas* (Apêndice B), onde “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (MARCONI E LAKATOS, 2002, p. 94).

Possibilitando assim, a melhor compreensão a respeito das suas trajetórias de vida, articulando as diferentes violações de direitos e estratégias de resistência.

Para responder à segunda questão orientadora: *quais são os processos de resistência e de violações de direitos vivenciados por jovens em acolhimento institucional?*, além das *entrevistas abertas semi-estruturadas* (Apêndices C e D⁹), foi realizada a *análise documental* de leis e normatizações sobre a proteção social e acolhimento institucional que incluíssem o segmento juvenil (roteiro de análise documental: Apêndice E). Para a realização da análise documental sobre as políticas públicas e sociais voltadas para as juventudes a amostra se constituiu por legislações e normas de operacionalização das mesmas que abarcavam esse segmento social dentro da proteção social relacionada ao acolhimento institucional. Nesse caso, foi realizado um levantamento das legislações pertinentes, levando-se em consideração o espectro de abrangência da pesquisa ora apresentada, conforme será apresentado no capítulo quatro.

Nesse ínterim, é necessário resgatar o debate apresentado ao longo dessa introdução, que trata das diferenças existentes entre quem está no período etário anterior aos 18 anos e posterior a essa idade, já na chamada maioridade civil, uma vez que na coleta empírica só serão considerados os sujeitos que tenham completado os 18 anos, situação distinta para a pesquisa documental, onde serão incorporados documentos voltados também para crianças e adolescentes, além da população adulta (de acordo com os critérios da pesquisa). Observa-se que tanto a pesquisa empírica quanto a documental são transversais às duas questões orientadoras apresentadas, tendo sido fragmentadas apenas para facilitar o processo explicativo.

No que tange à terceira questão orientadora: *de que forma as trabalhadoras e os trabalhadores compreendem a proteção social das juventudes na rede de acolhimento institucional de Porto Alegre?*, utilizou-se das *entrevistas abertas semi-estruturadas*, buscando respostas aos questionamentos relativos ao planejamento e execução dos serviços vinculados a política pública e social, bem como investigando junto às profissionais outras legislações que pudessem ter passado despercebidos à pesquisadora. A partir disso, buscou-se compreender suas percepções a respeito de

⁹ Os roteiros de entrevistas para profissionais da república, dos albergues e abordagem social da FASC foram os mesmos, o roteiro de entrevista para gestão da FASC foi semelhante, diferenciando-se essencialmente no item 6, que corresponde ao bloco de “gestão e planejamento”, com a finalidade do melhor aproveitamento do processo de análise dos dados coletados.

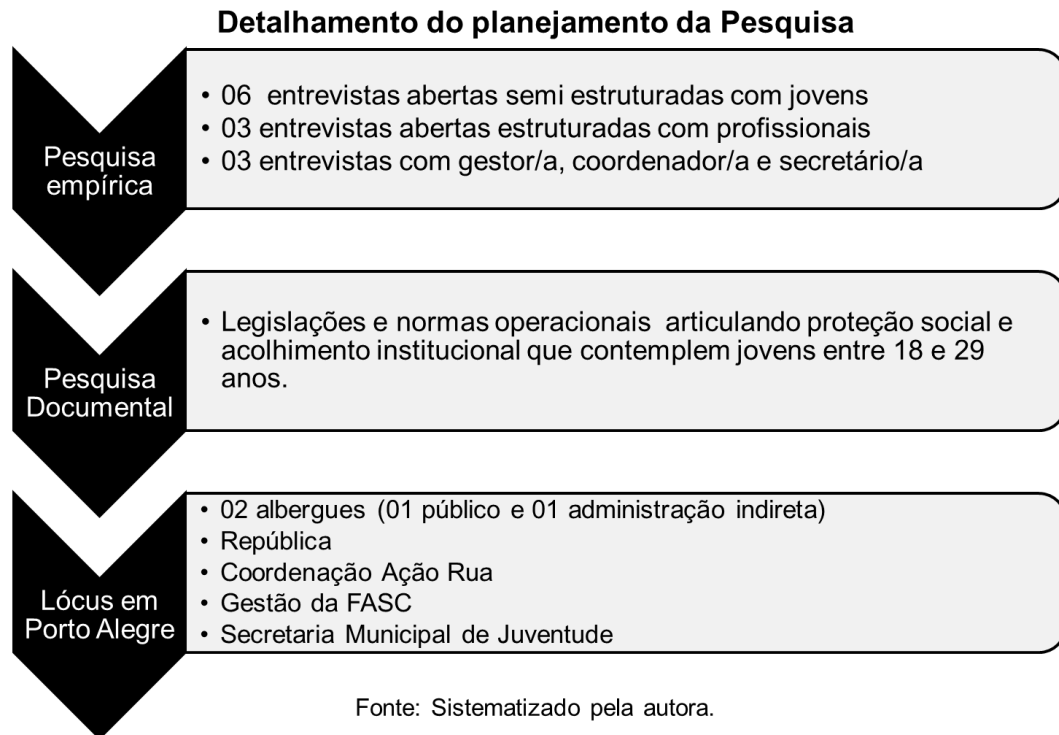
entraves e possibilidades no que tange ao acesso a direitos pelas/os jovens atendidas/os nos referidos serviços.

Para responder a essa questão manifestou-se importante considerar alguns elementos importantes: (1) priorizou-se que as trabalhadoras entrevistadas na República e no Albergue (preferencialmente assistentes sociais e psicólogas) estivessem realizando o acompanhamento técnico dos e das jovens que seriam entrevistados nesses locais, para a melhor aproximação durante o processo de análise dos dados coletados. Além disso, considerou-se fundamentais as entrevistas com (2) a gestora da política municipal de Assistência Social, representada pela diretoria técnica (FASC), visto que são profissionais que estão inseridas também no planejamento da execução desses serviços.

Outro fator relevante correspondeu a inclusão (3) da profissional responsável pela Abordagem Social da FASC (Ação Rua) no escopo da pesquisa. Essa escolha se justificou pelo fato de que a maior parte da amostra se situava, inicialmente, nos serviços para pessoas que se encontram em situação de rua, os Albergues. Dessa forma, considera-se que essa profissional contribuiu para com a pesquisa, apresentando uma profundidade ainda maior e consistente na análise dos dados, bem como para o resultado final de uma pesquisa como essa que consiste não só na produção dessa dissertação, mas também na proposição e qualificação de políticas públicas e sociais.

De acordo com Marconi e Lakatos a pesquisa empírica é aquela cujo objetivo é de “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (2002, p. 83). Sendo assim, apresenta-se a síntese a seguir, evidenciando o detalhamento dos procedimentos contemplados pelo projeto de pesquisa, sendo que no próximo item deste capítulo será realizada uma síntese sobre como a pesquisa se materializou e os motivos que levaram à sua alteração.

Quadro 2



Todo o material coletado a partir dessa pesquisa foi tabulado, compondo o *corpus* da mesma, sendo a coleta documental a partir de roteiro específico e as entrevistas foram transcritas e categorizadas, desde as suas *unidades de significado* até as categorias mais gerais, previamente estabelecidas, bem como as emergentes da realidade (MORAES, 2003). A partir dessa composição totalizante, busca-se responder aos questionamentos levantados pela pesquisadora, compreendendo que seus resultados contribuem não só na qualificação das políticas públicas e sociais já existentes, mas também possibilitam a sistematização de algumas demandas das juventudes na perspectiva da materialização de direitos sociais.

Para a realização da pesquisa foram cumpridos os *cuidados éticos*¹⁰, tendo sido apresentados para as instituições através do *Termo de Aceite Institucional* e para profissionais e jovens através do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, além do *Termo de Consentimento para uso de Voz*, respeitando a Resolução nº 510/2016 no que concerne as normas éticas em vigência e aprovação junto ao Comitê de Ética da PUCRS. Os termos citados acima referem-se à apresentação da pesquisa, contendo os esclarecimentos a respeito da participação dos sujeitos, metodologia de coleta de dados empíricos, bem como o sigilo na pesquisa e a

¹⁰ Conforme parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa: Anexo A.

voluntariedade na participação, podendo decidir pela sua desistência a qualquer tempo.

Estes documentos serviram para que as instituições, profissionais e jovens, com base em informações simples e objetivas sobre a pesquisa, decidissem e declarassem que a sua participação era voluntária e a sua responsabilidade na escolha de participar na pesquisa descrita acima. Além disso, ambas/os foram questionadas/os a respeito de autorização para gravação de voz, uma vez que esta subsidiou significativamente os registros feitos pela pesquisadora, garantindo a qualidade de análise do material coletado, indicando a posição dos sujeitos da pesquisa quanto a permissão do uso dessa ferramenta, cuja finalidade exclusiva referiu-se a transcrição das informações coletadas, para uso na pesquisa e divulgação dos resultados em trabalhos acadêmicos para eventos e na dissertação propriamente dita.

Figura 1



Fonte: Sistematizado pela autora.

Apresenta-se a figura acima, sistematizando o caminho metodológico, traçando um panorama geral da pesquisa, até seu fechamento com o relatório final, que se compreende enquanto a dissertação de mestrado. Para a construção do relatório final/dissertação foi utilizada a metodologia de análise textual discursiva, sendo:

A análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos

entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a *unitarização*; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. [...] que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise (MORAES, 2003, p. 192).

Considera-se critério ético fundamental da pesquisa, a realização de uma devolutiva para as instituições participantes, além do governo municipal, com apresentação dos dados e proposições de qualificação do atendimento prestado ao segmento juvenil. A dissertação, em sua versão final, também será encaminhada para os Conselhos de Juventude das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), buscando contribuir para a qualificação e proposição das políticas públicas e sociais direcionadas para esse segmento.

1.2.1 Da fantasia ao real: a materialidade da pesquisa

Entre o ideal e o real, expõe-se o panorama concreto sobre como se desenvolveu a pesquisa empírica, principalmente, tendo em vista que a amostra inicial não corresponde a amostra final. A começar pela Secretaria Municipal de Juventude (SMJ)¹¹ que, já no período de contato com as instituições, para convite de participação na pesquisa e assinatura do Termo de Aceite Institucional (TAI), soube-se que a mesma passou a se chamar Unidade de Políticas Públicas para a Juventude (UPPJ) a partir de uma reestruturação municipal ocorrida em 2017, estando vinculada agora à Coordenação Geral de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (CGDH – SMDSE). Todavia estas informações não se manifestavam com a nitidez necessária no site institucional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), acrescido ao fato de que os contatos revelaram-se bastante morosos, passando a influenciar no prazo de execução da pesquisa.

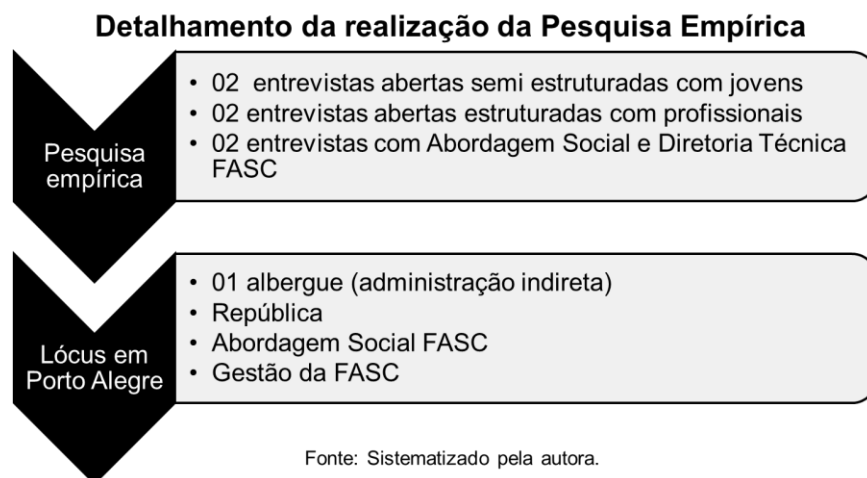
O Albergue Municipal, que também estava previsto na amostra, teve seu funcionamento interrompido durante o período de realização da coleta empírica

¹¹ Segundo a *fanpage* da Secretaria na plataforma *Facebook* (não havia nenhuma informação na página oficial da SMJ hospedada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre): “a Secretaria Municipal da Juventude foi criada em fevereiro de 2005, a partir da compreensão da Prefeitura de Porto Alegre sobre a complexidade das questões relacionadas à população com idades entre 15 e 29 anos e sua importância na sociedade” (SMJ, 2005, s/p).

deste trabalho, deixando de compor o *corpus* da pesquisa¹² (a FASC passou a oferecer o número de vagas correspondentes a esse serviço a partir de duas instituições conveniadas). Por fim, na República Junto foi entrevistada apenas a assistente social, sendo que o número de duas pessoas jovens, conforme estava previsto no projeto de pesquisa e termo de aceite institucional, não se realizou, dada a morosidade e dificuldade nos processos de comunicação junto à instituição que desenvolve esse trabalho na cidade de Porto Alegre.

Destaca-se que a escolha dos sujeitos da pesquisa se desenvolveu em circunstância dos modelos de acolhimento institucional existentes em Porto Alegre, a começar pelo fato de não existir uma República em modalidade específica para a juventude, conforme previsto nas Orientações Técnicas (2009). Sendo assim, apresenta-se o quadro a seguir, evidenciando a concretude da coleta de pesquisa empírica realizada:

Quadro 3



Considerando que existiu um processo de planejamento, conforme exposto no detalhamento da metodologia, e este foi sendo alterado ao longo do seu desenvolvimento, dada a materialidade do real, busca-se apresentar como se desenvolveu a pesquisa. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Juventude não

¹²Segundo matéria no site da Gaúchazh: “Quem dependia do Albergue Municipal, em Porto Alegre, foi buscar novos endereços para pernoitar nesta segunda-feira (2 [de setembro de 2019]). Isso porque foi o primeiro dia de operação das duas novas casas para pessoas em situação de rua disponibilizadas pela prefeitura. O antigo espaço, que ficava no bairro Floresta e era gerido pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), fechou as portas no domingo (1º). Agora, a prefeitura repassou a gestão para uma organização da sociedade civil, a Associação Projeto Restaurar. A entidade já administra casas em Alvorada e Viamão” (ESTRÁSULAS, 2019).

participou da pesquisa não só pelo fato de esta não se caracterizar mais como uma secretaria no município de Porto Alegre, como também pela dificuldade de contato, sendo realizadas várias tentativas, até que dois meses depois, a pesquisadora foi encaminhada para outro setor dentro da mesma secretaria e informada que precisaria passar por comitê de ética próprio do município. Dada a situação de que os prazos relacionados ao cronograma do projeto de pesquisa já estavam bastante avançados e esse comunicado só foi realizado após dois meses, considerou-se na sua exclusão do *corpus* da pesquisa.

Os contatos com a República também foram de bastante dificuldade e morosidade, sendo que o número de telefone que constava na FASC não correspondia ao contato da instituição. Após muitos e-mails enviados, conseguiu-se realizar o contato e agendar a entrevista com a profissional, já as entrevistas com jovens precisariam passar pela assembleia para que as e os moradores da instituição pudessem decidir se iriam participar ou não, esse retorno nunca foi repassado para a pesquisadora. Após muita insistência, em meados de dezembro de 2019 foi enviado um último e-mail (com comunicação telefônica informando sobre o envio), com o questionamento a respeito da possibilidade de realização das entrevistas, caso contrário seria considerada a desistência da instituição, e-mail para o qual a pesquisadora permaneceu sem resposta.

Nesse sentido, é relevante observar que, após realizado o contato com as instituições, revelou-se acessível realizar as entrevistas e conversas sobre a pesquisa com as profissionais dos espaços. Já no caso das e dos jovens esse processo se tornou tão moroso ao ponto de não se viabilizar em um dos casos. Isso implica refletir sobre o não acesso da pesquisadora aos sujeitos de pesquisa sem a mediação direta das instituições, de modo que pudesse ter espaço ela mesma para a apresentação do projeto e conseqüente convite para participação das pessoas interessadas, revelando uma postura que pode ser considerada entre cuidado e tutela.

Por fim, o Albergue Municipal, que também deixou de compor o *corpus* da pesquisa, dado o fato de que a amostra inicial primava pela participação de dois albergues, sendo um da administração direta e outro da administração indireta. À medida que o Albergue Municipal deixa de funcionar e passa a ser gerido por empresas terceirizadas/parceirizadas (manter-se-á as duas terminologias em respeito às falas das profissionais entrevistadas, que tratam da parceirização,

entendendo que a essência do debate é a terceirização), em um novo modelo de atendimento, dividindo-se em duas instituições em novas regiões, além do fato das mesmas estarem ainda iniciando, não configurando um processo de atendimento, articulação com a rede, dentre outras demandas, considerou-se que o mesmo se desqualificou enquanto critérios de inclusão para a pesquisa (administração direta).

Dito isso, observa-se para o fato de que se emprega a expressão “fantasia” no título em referência ao contexto utilizado para estrutura deste trabalho (a partir do uso de uma poesia que faz mediação com os contos de fadas) e também em como as e os pesquisadores manifestam suas intenções em relação ao desenvolvimento das suas pesquisas, mas a realidade, sendo muito mais complexa que o campo do ideal, manifesta a todo o momento seus desdobramentos. Assim, caracteriza-se como se realizou, concretamente, a pesquisa empírica, tendo participado um total de duas assistentes sociais, duas profissionais da gestão da FASC (abordagem social e diretora técnica) e dois jovens do albergue, totalizando seis entrevistas.

Considerando o número reduzido de entrevistas com profissionais (quatro ao todo), buscar-se-á, ao longo do texto, manifestar formas de proteção ética dessas profissionais, de forma que, ao referir uma fala de uma profissional serão utilizados os marcadores P 01, P 02, P 03 e P 04, mas se a fala for imprescindível para caracterizar o local, por exemplo, “no albergue funciona dessa maneira” a expressão “P” que caracteriza a profissional será suprimida. Considera-se esta como uma estratégia de preservação das profissionais, observando que todas elas são únicas nas funções que desenvolvem. Destaca-se ainda que cada instituição possui como equipe técnica apenas as profissionais entrevistadas, ou seja, tanto a equipe técnica da República, quanto a do Albergue são compostas por uma única pessoa.

Cada profissional recebeu um livro intitulado “Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?” e uma versão do Estatuto da Juventude, doados pelo Observatório Juventudes/PUCRS e entregues às profissionais como forma de socialização do conhecimento e agradecimento pelos esforços da realização da pesquisa nas instituições. Observou-se que, na maioria dos casos, foi o primeiro contato das profissionais com o EJUVE, causando espanto até mesmo o seu tamanho reduzido, se comparado ao ECA, por exemplo.

Sobre os jovens entrevistados, ambos estavam no abrigo e, nesse caso, escolheram nomes fictícios para sua identificação, sendo “Apolo” e “Charlie Brown”.

O contexto de realização das entrevistas influenciou o desenvolvimento de entrevistas abertas e semi-estruturadas, enquanto metodologia de pesquisa, visto que as mesmas ocorriam entre o tempo de chegada à instituição-organização-banho e o jantar, além do tempo reduzido, em um dos casos foi possível identificar que a fome também participava do diálogo.

Ressalta-se o esforço da profissional em articular com a equipe de acolhida e resguardar o máximo tempo possível para a realização da entrevista, bem como a máxima disposição dos jovens, tendo estes agradecido pela participação e revelando reconhecimento e preocupação com a realização da pesquisa. Conforme afirmou Charlie Brown: “É um prazer essa oportunidade de poder contribuir com isso”.

Foi realizado um esforço pelas profissionais da república e do albergue (embora só tenha se materializado neste último) de mapear a maior diversidade possível de sujeitos¹³. Assim, em relação às pessoas que acessam o albergue, a profissional relata que se tratam de pessoas “da raça negra [...] basicamente é isso a questão da baixa escolarização e a questão da raça, negro né, a gente vê bastante”, essa fala é significativa em relação aos jovens entrevistados uma vez que ambos eram aparentemente brancos, do ponto de vista de raça/etnia, e tinham 26 e 27 anos. A idade reforça a fala da P 03, ao afirmar que “a nossa maior concentração da população em situação de rua ela vem justamente dos 25 aos 45 anos”. Ou seja, inicia-se revelando marcadores de exclusão de raça/etnia e etária, presentes ao longo do trabalho, desde o resgate das raízes históricas do Brasil em relação à escravização da população negra, até os dados de realidade atuais que relevam esses sujeitos que não acessam diversos espaços sociais, nem mesmo os de proteção última do Estado.

Do ponto de vista da pesquisa documental, bem como de dados de realidade sobre o município de Porto Alegre é relevante mencionar as adversidades no que diz respeito ao acesso à informação, visto que as poucas informações encontradas foram com bastante dificuldade. O roteiro de entrevista com as profissionais incluía uma pergunta estratégica a esse respeito, buscando com estas o acesso alternativo a legislações que pudessem estar no cotidiano de trabalho nas

¹³ Por exemplo, de jovens relacionados havia uma jovem de 24 anos, negra, mãe e gestante, e um jovem LGBT, todavia as entrevistas acabaram não se realizando por motivos alheios à pesquisadora e demais pessoas envolvidas.

instituições (Pergunta nº 19. Quais políticas tu conhece em Porto Alegre que garantem a materialização dos direitos das juventudes?), de modo que não surgiram sugestões específicas a partir da pesquisa empírica.

Existem dois dos documentos do levantamento documental da pesquisa que merecem destaque, trata-se do Plano Nacional de Juventude (PNJ) e do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O documento do SINAJUVE (a lei passou pelo processo de análise, mas o documento explicativo que o sucede não) foi encontrado em razão da busca pelo PNJ, que se encontrava no mesmo site. O PNJ comumente encontrado é o datado de 2004, sendo que o atual PNJ só foi encontrado no site do SINAJUVE, após algumas semanas de busca. Ao recorrer a este site novamente para ter acesso ao PNJ de 2018 (o *link* de acesso original e constante nas referências deste trabalho permanece ativo), encontrou-se em seu lugar o documento do SINAJUVE. Este último não pôde ser incorporado à análise documental, mas será mencionado durante a exposição das legislações.

Por fim, apresenta-se uma breve estrutura a respeito dos próximos capítulos a serem trabalhados, trazendo o desenvolvimento da pesquisa e debates teóricos mais densos. O capítulo dois intitulado *Do passado ao presente: o mesmo conto...* busca apresentar o debate a respeito da construção sócio-histórica até a conceituação de juventudes na atualidade, bem como a realidade social na qual estas estão inseridas, no que tange ao cenário brasileiro. Ademais, adentra no debate que trata da compreensão sobre ser jovem a partir de resultados da pesquisa empírica, realizando a mediação com a concepção de adultocentrismo e adultocracia (GÓIS, 2013; ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

No capítulo três, cujo título é *“Não é doce o caminho de João e Maria”*: *juventudes na cena contemporânea* apresenta-se a realidade brasileira para ser jovem a partir de dados de pesquisas oficiais, bem como a contribuição de autoras/es que trazem em suas análises dados de períodos anteriores, reforçando a materialidade das reflexões esboçadas. Nesse ínterim, debate-se o cenário nacional em articulação com a realidade da presente crise estrutural do capital, articulando com a violência estrutural e conseqüente manutenção da engrenagem do modo de produção capitalista.

O último capítulo *“Aqui pela estrada afora quando se vai bem sozinha”*: *(Des)proteção social* busca contribuir para o debate dessa proteção social que muitas vezes é violadora de direitos, refletindo que as políticas sociais para as

juventudes reforçam caminhos a serem trilhados sozinhos, quando após os principais rompimentos de vínculos, o Estado também se ausenta. Nesse capítulo utiliza-se a técnica de análise documental da pesquisa (textual discursiva) para trabalhar as informações coletadas, problematizando as legislações e normativas existentes e suas finalidades.

Apresenta-se a análise documental com direção para a proteção social das juventudes no que se refere ao acolhimento institucional, evidenciando-se um cenário legal de muitas projeções, cuja concretude ainda está distante da realidade social. Quanto ao último item do capítulo, busca apresentar elementos das trajetórias de vida dos jovens entrevistados, refletindo sobre o caminho até então trilhado, com fundamentos no arcabouço teórico utilizado, em articulação com as escolhas de pesquisa realizadas (documental e empírica).

Os capítulos trabalham com versos presentes na poesia marginal de Agnes Mariá, buscando realizar a interface entre a arte, a expressão juvenil e a articulação teórica. Escolhe-se a poesia marginal porque esta se revela força de resistência das chamadas periferias, a partir dos denominados *slams*¹⁴ (surgidos na década de 1970 nos EUA) e presentes com muita força no cenário brasileiro, havendo diversos grupos em Porto Alegre, também com nomes de batalhas.

A poesia contribui nas reflexões propostas, buscando questionar o projeto de futuro que está colocado para as juventudes e ao mesmo tempo trazer as vozes de (r)existência presentes nessas narrativas (da poesia e dos sujeitos) que insistem em se reafirmar a cada curva da história. Fecha-se o trabalho com a retomada do título principal *“Meu conto é de faltas”: breves considerações*, tendo em vista que esse ciclo precisa se fechar, mas o movimento da história exige flexibilidade para processos que ainda estão em desenvolvimento.

¹⁴ Os slams ou batalhas se manifestam enquanto disputas de poesia falada, onde as e os participantes recebem uma nota e vão evoluindo até o final do processo, havendo ganhadores por dia e depois disputas finais (por período), regionais, até nacional e internacional. Cada poesia deve ter (de modo geral) três minutos e o tema varia de acordo com que o coletivo ou idealizadoras/es estão propondo, a exemplo de alguns slams que ocorrem em Porto Alegre: Poetas Vivos, Slam das Minas, Slam Chamego, Slam do Gozo, Slam Peleia, Slam RS, Batalha da Bonja, dentre outros.

2. DO PASSADO AO PRESENTE: O MESMO CONTO...

No presente capítulo, intitulado *Do passado ao presente: o mesmo conto...* busca-se realizar uma retomada a respeito do que se compreende enquanto juventude a partir do resgate de alguns autores que permitam uma construção sócio-histórica desse contexto de mudanças. Tais leituras favorecem não só o entendimento de como essa categoria vai se construindo, mas também o modo como o segmento juvenil vai se modificando de acordo com o tempo histórico de uma determinada sociedade, atrelada aos seus valores, costumes, cultura, leis.

Utiliza-se a expressão “o mesmo conto...” para problematizar que se trata de um processo histórico e demarcar sua continuidade, apesar das mudanças mencionadas acima, a respeito de dada história de determinado conjunto social que pode revelar-se semelhante em alguns aspectos, mas não se restringe a repetições sociais de maneira estanque, dada a historicidade social. Busca-se resgatar alguns debates a respeito do tema das juventudes para traçar uma elaboração mais aproximada da matriz teórica que fundamenta o presente trabalho.

Se, para compreender o contexto social em que as juventudes estão inseridas, é necessário observar o complexo mais abrangente da sociedade, por outro lado é também essencial atentar-se às vozes dessas juventudes. Dito isso, no último item deste capítulo, adentra-se nas falas desses sujeitos, para dizer o que os jovens entendem que se trata de ser jovem e como as profissionais que trabalham com esses sujeitos revelam o contexto atual a respeito do entendimento de juventude.

2.1 PELA ESTRADA AFORA: COMPREENSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS JUVENTUDES

Em *Pela estrada afora* busca-se apresentar uma leitura a respeito da construção social das juventudes, evidenciando a historicidade dessa relação e fazendo uma crítica a essa ideia do que foi previamente construído, revelando suas mudanças sociais. Resgata-se o processo histórico a partir da obra de Ariès (1981, p. 41) ao realizar uma leitura da composição familiar europeia entre os séculos XVI e XVIII, de modo que existiam três segmentos sociais etários, assim resumidos: *infância, juventude e velhice* (o que o autor atribui também a limitação linguística do

francês). O que distinguia a juventude dos outros dois era a capacidade laborativa, assim, à medida que uma criança passava a ajudar no labor transitava da infância para a juventude (podendo acontecer entre 8 e 9 anos de idade, numa sociedade ainda predominantemente agrária) e, quando essa pessoa não tivesse mais condições de atividades laborativas, passava para a velhice, nesse caso já em torno dos 50 anos, uma vez que a função social da vida estava atrelada somente ao trabalho, para a realidade das classes populares (ARIÈS, 1981).

Essa realidade geracional se manifesta distinta da cena contemporânea, principalmente se observados cada um desses segmentos sociais e suas particularidades, ou seja, na infância não se tem apenas as crianças, enquanto sujeitos homogeneizados, mas uma série de peculiaridades que iniciam com o nascituro, recém-nascido, bebê e assim por diante. No caso da velhice, esta deixou de se restringir centralmente ao fator laborativo, principalmente se consideradas as mudanças em relação a expectativa e condições de vida de lá para cá, uma vez que a idade laborativa foi se transformando ao longo do tempo, inclusive a expectativa de vida das pessoas se alterou consideravelmente desde então, para algumas realidades sociais. Esses processos de mudanças de concepções aconteceram em todos os segmentos etários com o avanço do debate científico em diversas áreas, buscando perceber as complexidades existentes ao pensar infâncias, adolescências, juventudes e demais segmentos.

Retomando a ideia expressa a respeito da categoria social juventudes, situa-se necessário atualizá-la, tendo em vista essa construção social de que jovem seria o sujeito apto para o trabalho, ou seja, essa ideia de juventude vinculada ao trabalho de forma quase indissociável, e não um processo social de construção de identidade e elaboração de escolhas e projeto de vida, respeitando essa trajetória singular que perpassa as juventudes. Segundo Ariès:

A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de viver uma sociedade velha e esclerosada. [...] a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda [...] Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente [...] Assim, **passamos de uma época sem adolescência para uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo** (1981, p. 46-47, grifo nosso).

No esboço do autor já é possível voltar ao debate de juventude e adolescência como sinônimos, mas não será mantida a atenção a isso nesse momento. Se considerada como em meados do século XVI e em diante, observa-se a necessidade de atualização dessa compreensão dada a forma como a própria velhice vem sendo encarada na sociedade contemporânea, assim, nota-se que a construção social das juventudes esteve atrelada a sua condição de venda de força de trabalho. Apesar do processo histórico ter mudado a concepção de juventudes em diversos aspectos, observa-se que essa essência ainda permanece presente em diversos discursos e tende a se reproduzir no aparato legal, uma vez que as escassas políticas direcionadas para as juventudes, mesmo as de educação, se direcionam para o trabalho.

A esse respeito é relevante considerar o exemplo trazido por Esteves e Abramovay (2007, p. 23) que, ao resgatarm a década de 1920 no Brasil, afirmam “naqueles anos, homens e mulheres eram muito mais valorizados ao ingressarem na fase produtiva/reprodutiva de sua existência”, dessa forma era possível identificar um cenário mais sisudo, uma vez que as pessoas jovens tentavam demonstrar ter mais idade do que realmente tinham. Como segue:

Por esse motivo, não mediam esforços para parecerem mais velhos, assumindo posturas e adotando hábitos geralmente associados às pessoas maduras – bigodes, roupas escuras e com um quê de solenidade, aspecto grave etc. – como forma de inspirarem respeito e seriedade (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 23-24).

Assim, as e os jovens assumiam características típicas de pessoas de outros segmentos etários, em geral as mais velhas, buscando melhorar essa credibilidade social. Nesse período era necessário que as e os jovens desvinculassem a sua imagem do ideário que vinha sendo construído socialmente a respeito do ser jovem, embora trouxessem na bagagem, enquanto desenvolvimento social, as responsabilidades da vida adulta.

Voltando um pouco ao debate geracional, enquanto classificações etárias, Donzelot (1980) aponta para o advento da medicina e a preocupação com os índices de mortalidade infantil, que na classe trabalhadora chegavam a atingir 90%, na realidade europeia pré-Revolução Industrial. O autor aponta para inúmeros processos de remodelagem da família e o papel do governo nessa nova forma de

controle. Assim, Donzelot traz ainda as diferenças entre burguesia e classe trabalhadora:

E a infância? No primeiro caso, a solicitude de que é objeto toma a forma de uma *liberação protegida*, de um resgate dos medos e pressões comuns. Em torno da criança a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta. No outro caso, seria mais justo definir o modelo pedagógico como o de *liberdade vigiada* (DONZELOT, 1980, p. 44).

Nesse último caso o autor está se referindo a técnicas de controle utilizadas, tendo em vista o fato de as crianças da classe trabalhadora estarem em *excesso de liberdade* sendo necessária uma vigilância maior na escola ou no espaço de habitação familiar (DONZELOT, 1980). Esse debate traz à tona os princípios da discussão a ser aprofundada no quarto capítulo, a respeito da constituição das políticas públicas e sociais, e seus rebatimentos num modelo de família burguesa, com a centralidade no patriarca e o quanto isso vai se arrastar ao longo de décadas, até que passe a ter uma nova roupagem em políticas recentes (o programa Bolsa Família seria um exemplo, cuja centralidade está na mulher, ou no caso do ECA que altera a nomenclatura de pátrio poder para poder familiar, significando uma mudança que acompanha a realidade social). Rizzini reforça as ideias de Donzelot ao afirmar que:

Através da criança – de como a sociedade a concebe, a molda e regula seus destinos – apreendem-se certos traços que marcam a trajetória de uma nação. É também uma história de gerações e de atribuição de responsabilidades [...] Tais possibilidades definem uma certa criança, cuja infância é classificada de acordo com sua origem familiar e sua “herança” social. Assim, os bem nascidos podiam ser crianças e viver sua infância; os demais estavam sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinado a retê-los ou corrigi-los, vistos como “menores abandonados ou delinquentes” (2009, p. 98).

Ou seja, o lugar de classe vai definir o estereótipo a ser carregado independente de outro fator. Destaca-se que eram extremamente altos os índices, na realidade brasileira, dos processos sociais de inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, com intensa exploração do trabalho infantil, inúmeras mortes decorrentes de espaços não preparados para esses sujeitos e, a transferência da educação à época indo do *pai ao patrão*.

Tais referências são fundamentais para uma compreensão mais adensada da realidade e também com um fio condutor em comum, apesar dos contextos sociais distintos trabalhados pelas/os autoras/es apresentadas/os, compreende-se os processos de transformação das famílias no período de leitura, desde a compreensão de família burguesa na realidade europeia, no contexto pré-industrial e seguinte e, por fim, nos seus rebatimentos no contexto brasileiro, cerca de dois séculos depois.

Observa-se uma importante conexão entre os textos apresentados, pois evidencia-se a necessidade de manutenção das desigualdades de classes e, com isso, identifica-se os rebatimentos sobre a classe trabalhadora em detrimento da burguesia. Qual seja essa afirmação, os estudos apresentados até agora revelam o lugar social da infância dentro dos períodos apontados, passando de uma lógica de alta mortalidade infantil, até sua inserção em espaços de trabalho, inadequados para a faixa etária, estatura e maturidade desse segmento. Dentro desse debate está também, a juventude, principalmente no que se refere aos processos de moralização, a construção social desses sujeitos e os estigmas a ela atribuídos, sendo que todas as discussões têm como pano de fundo o debate das classes sociais, uma vez que no mesmo período histórico têm-se duas faces centrais para a mesma geração em análise.

Entende-se a importância desse fio argumentativo para compreender os debates que se seguem, buscando contribuir nessa discussão conceitual sobre juventudes, presente no próximo item. Ao mesmo tempo, considera-se importante não se desprender do debate de juventude intimamente vinculado ao trabalho, dado que o debate trazido por algumas/ns autora/es já sinalizam para isso, bem como as análises a serem realizadas a partir da pesquisa documental.

2.2 ENTRE BICHO PAPÃO, PANTERA NEGRA E ROBIN HOOD: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDES¹⁵

Para iniciar esse debate é fundamental retomar o processo de conceituação a respeito das juventudes, dito assim justamente porque se trata de uma construção, à medida que existem várias/os autoras/es que tratam do tema, não havendo

¹⁵ Bicho Papão: monstro inventado para assustar crianças desobedientes; Pantera Negra: Super-herói negro (Marvel); Robin Hood: sempre jovem, roubava dos ricos para distribuir aos pobres.

consensos a este respeito e observado que se refere a um debate amplamente realizado por pesquisadoras/es da temática e algumas vezes genericamente focalizado, ou seja, permanece em volta em elementos pontuais, mas esta não é uma regra. Sendo assim, conceituar juventudes é ao mesmo tempo complexo e desafiador, enquanto transita por processos históricos e culturais que fazem jus ao título escolhido, perpassando monstros, heróis e, principalmente idealizações.

Mannheim (1982) elabora um estudo a respeito do *problema sociológico das gerações*, onde afirma da importância desse, ao mesmo tempo que reflete sobre a necessidade da sua apreensão ao se tentar compreender as mudanças sociais, que de lá para cá se complexificaram ainda mais. Ao se referir às gerações o autor os distingue entre *meros fatos coletivos* e *grupos sociais concretos*, o primeiro relacionado a *posição de classe* e o segundo “a união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados” (MANNHEIM, 1982, p. 70).

Sendo assim, existe um debate que se considera central a respeito da tentativa de conceituação sobre o segmento juvenil, primeiro compreender de que sujeitos está se tratando e, em seguida qual a relação que se estabelece entre as juventudes enquanto grupo social. Trabalha-se com o conceito das juventudes no plural, observando a diversidade e multiplicidade presentes nesse segmento social, uma vez que não se reduz a uma questão etária simplesmente, revelando as diversas dimensões vivenciadas por esses sujeitos, a começar por questões como autonomia econômica e a superação de um caráter biológico, apontando para uma categoria heterogênea, atravessada por distintos processos de construção social.

Corroborando sobre o exposto, Esteves e Abramovay afirmam que:

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, na produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (2007, p. 21).

Essa construção social também se revela complexa à medida que o debate em torno do que é ser jovem se manifesta a partir de processos sociais incertos, não levando em consideração a totalidade dos fenômenos mais amplos. Aquino (2009, p.

25) aponta que a juventude se pautou no debate contemporâneo a partir de *duas abordagens principais*: (1) “pela via dos ‘problemas’ comumente associados aos jovens [...] que demandariam medidas de enfrentamento por parte da sociedade” e, (2) “como fase transitória para a vida adulta [...] no sentido de ‘preparar o jovem’ para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo”.

Esse *adulto ajustado e produtivo* certamente tem sido o foco das poucas políticas públicas e sociais destinadas ao segmento juvenil brasileiro, ou melhor, parte desse segmento, uma vez que seria ousado considerar que todo esse segmento etário está sendo respaldado pelo Estado¹⁶. Outro fator relevante, diz respeito a processos de invisibilização, nos quais a visão construída socialmente a respeito do ser jovem passa por um processo de rotulação, estigma, através dos quais o sujeito passa a ser observado pelo seu rótulo e não mais pela sua individualidade, sendo necessário o desvelamento desses processos, observando essas diferentes juventudes para além de fenômenos aparentes, sendo o que Aquino (2009) apresenta como *‘problemas’*.

Esses processos de (in)visibilidade se caracterizam, pelo reconhecimento da juventude como um segmento sem perspectivas, marginalizado, no contraponto está a juventude denominada de mercado, qual seja vender o *ser jovem*, o creme rejuvenescedor, a roupa que coloca os demais segmentos sociais na juventude ou sobre ser jovem há mais tempo, exemplificando com debates mais usuais (SCHERER, 2013). Ou seja, o segmento juvenil vem sendo apropriado centralmente por ser nicho de mercado (a venda do *ser jovem*) ou por ser o centro dos problemas sociais.

Esse processo de invisibilidade em relação à juventude, também por parte do Estado, se refere a um fator de não reconhecimento do protagonismo dessas juventudes e resulta em processos de criminalização e morte de alguns de seus segmentos (a exemplo da juventude pobre e negra, havendo violações de direitos distintas a depender da identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual). Contudo, estas não são as únicas faces dessa juventude que é tão plural e heterogênea, que vivencia distintos processos histórico-sociais. Scherer considera que:

¹⁶ Este debate será aprofundado com o desenvolvimento da análise documental, mas é importante sinalizar que o Plano Nacional de Juventude (2018) assim se afirma: “O PNJ tem por objetivo efetivar os direitos pautados na Lei nº 12.852/13 que irá beneficiar diretamente os 51.4 milhões de jovens brasileiros” (BRASIL, 2018b, p.101).

Nesses dois extremos, observa-se uma categoria que se revela extremamente heterogênea, que muitas vezes é concebida de um modo peculiarmente preconceituoso, que desencadeia diversos processos perversos, esfumando a complexidade do fenômeno que se torna cada vez mais intenso na contemporaneidade: a violação de Direitos Humanos relacionados às juventudes (2013, p. 15).

Para o autor, ainda, “o ser social perde em protagonismo e autonomia em favor de sua instrumentalização por uma lógica de mercado na qual passa a ser visto como um produto” (SCHERER, 2013, p. 15). Assim, ao compreender a diversidade que envolve as juventudes e todas as expressões da questão social que esses sujeitos vivenciam em seu cotidiano, não se pode desprender desses fatores que as invisibilizam, seja na sua descaracterização enquanto sujeitos sociais dotados de direitos, seja na sua manipulação para um viés do lucro capitalista.

Não existe concordância teórica a respeito do tema das juventudes, principalmente no que tange a superação do processo de colocar as juventudes em segmentos serializados, fator reforçado pelo EJUVE (2013) que acabou determinando que entre 15 e 17 anos completos são denominados jovens-adolescentes (nesse caso justifica-se pelo respaldo prévio do ECA), entre 18 e 24 anos completos são jovens (jovens-jovens) e, por fim, entre 25 e 29 anos são os chamados jovens-adultos. Ou seja, considerar esse segmento social como um único grupo etário, a exemplo de jovem adulto já seria uma maneira de restringir sua multiplicidade, embora seja possível compreender pelo debate trazido até aqui que essa divisão etária não favoreça o processo de reconhecimento das juventudes enquanto complexo social, e sim como formalidade imposta pela legislação.

Para Groppo (2000, p. 7-8) “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”. O autor completa afirmando que existe um processo social em comum para alguns sujeitos, assim é possível superar o debate legal apresentado acima sobre o EJUVE (utiliza-se aqui o conceito superar enquanto categoria marxista, uma vez apresentada uma contradição, guarda-se a essência e se avança no processo, preservando o que for fundamental [MARX, 1993]), mesmo porque a complexidade que envolve as juventudes transpassa o debate etário, mas não o extingue.

Desse modo, tentando realizar uma aproximação com o que se entenderia como um conceito mais aproximado do que é ser jovem hoje, resgatando a metáfora da história de João e Maria, após trabalhar com as migalhas de pão e perceber que estas já serviram de alimento aos pássaros, busca-se agora construir um caminho mais tangível, que se manifeste mais consistente mesmo estando no meio do processo, pelo menos para essa jovem pesquisadora. Groppo (2000) se aproxima mais do que pode ser interpretado como relação de pertencimento, esta fundamental enquanto processo de construção de um conceito sobre ser jovem que não se manifeste unicamente de uma perspectiva adultocêntrica, qual seja uma visão de quem já passou por essa fase ou se condicione a esta relação.

O adultocentrismo pode ser definido como um conjunto de ideias e atos preconceituosos dirigidos contra os jovens, os quais são frequentemente infantilizados. Nele, a juventude é entendida como um estado de incompletude e os jovens como incapazes de tomarem decisões. Para o adultocentrismo, os jovens necessitam ter os seus comportamentos tutelados constantemente e são vistos como objeto e não como sujeitos da ação. Isso, ao seu turno, supõe, muitas vezes, a interdição da presença e circulação deles no mundo público (GÓIS, 2013, p. 132).

Esse nexos conceitual posto por uma lógica de adultocentrismo não pode ser totalmente descartado, uma vez que esses sujeitos já passaram por um processo juvenil e trazem, além das suas experiências, um acúmulo teórico significativo, calcado em pesquisas e anos de estudo. Todavia, não trazer articulado a esse debate, a concepção de juventude cunhada por ela mesma, observando cada local a ser ouvido, infringe ao que as e os autores trazem sobre lugar social, uma vez que a complexidade do mundo tecnológico e globalizado intensifica a cada dia as relações sociais em desenvolvimento.

Para aprofundar o debate, atenta-se a exposição de Abramo (2007, p. 79):

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como momento de transição no ciclo da vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da "cultura" e da assunção de papéis adultos.

Ou seja, repercutindo o que a autora vai chamar de *problematização* moral (ABRAMO, 2007), pois reforça padrões a serem seguidos e impostos

hierarquicamente no processo social. Em essência, não se pode desprender do debate de classes sociais, de pertencimento ético, de posição social dentro da sua região, do lugar de gênero, identidade e orientação sexual. Assim, “podemos concluir que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere” (DAYRELL, 2007, p. 160).

No próximo item, busca-se analisar o que significa ser jovem diante da realidade atual. Essa análise é feita a partir das falas dos jovens entrevistados e das profissionais responsáveis pelos seus atendimentos (direta ou indiretamente) e seus entendimentos sobre ser jovem e sobre se colocar nesse lugar. Ademais, trata-se de um processo reflexivo, a partir de elementos teóricos que buscam dialogar com esses entendimentos a respeito do segmento juvenil.

2.3 “VOCÊS ENTENDEM O QUE EU FALO?”: O QUE É SER JOVEM HOJE?

Diante de um contexto de intensas transformações societárias que agudizam, cada vez mais, as expressões da questão social, apresenta-se nesse item a compreensão sobre *ser jovem* a partir das entrevistas realizadas. Neste contexto, busca-se analisar as falas das profissionais e dos jovens participantes da investigação, apresentando um panorama geral a respeito do que é *ser jovem*, principalmente do ponto de vista de Apolo e Charlie Brown. Todavia, não se intenta traçar uma linha histórica da vida dos sujeitos, se aproximando de um estudo de caso, pelo contrário, o uso das suas falas busca evidenciar a materialidade trazida pelos estudos teóricos apresentados, bem como os dados da realidade concreta.

Em relação ao debate de trajetórias de vida, vários dos textos abordados ao longo desse trabalho utilizam a categoria trajetória propriamente dita, em alguns casos, diferenciando as trajetórias individuais e as trajetórias coletivas, contudo, são poucos os autores que trabalham com conceitos definindo do que se trata necessariamente e realizando a distinção a respeito das trajetórias de vida. Nesse sentido, pensar trajetória envolve a noção de percurso, caminho sem que seja uma compreensão de linearidade, mas de processo, tanto que os textos que utilizam essa categoria expressam trajetórias escolares, trajetórias de vida, trajetórias sociais, trajetórias de inserção social, trajetórias infracionais e assim sucessivamente

(DAYRELL, 2007; 2016; NOVAES, 2007; AQUINO, 2007; SCHERER, 2017; KOERICH, 2018).

Para Scherer (2017, p. 86), “as trajetórias de vida constituem um contínuo processo de desenvolvimento em todos os momentos, escolhas, mudanças de rumo e percepções são sempre uma constante, pois a vida humana constitui um processo social”. Assim, pensar nas trajetórias de vida implica compreender os percursos trilhados pelos sujeitos, atentar-se às situações de desigualdades sofridas e seus rebatimentos no todo daquela pessoa, buscando entendimento também sobre suas expressões de resistências e superação. Ademais, no contexto da pesquisa, resgata-se processos de culpabilização e moralização, bem como a relação de pertencimento e fator etário que faz com que jovens se sintam ou não parte do segmento juvenil, além de demarcar o lugar de proteção social quando não se entende o que a juventude está trazendo de demanda.

“No decorrer das trajetórias, o indivíduo busca conciliar as suas expectativas nas esferas de vida pessoal, profissional, familiar, dentre outras. Ao realizar essa articulação, forma-se um modelo de prioridade que norteia a tomada de decisões” (KOERICH, 2018, p.42). Para a autora, ao analisar as trajetórias de jovens, “para além das expectativas e projetos de futuro que os familiares traçam para os jovens, observamos, também, uma forte presença de projeção de outros atores que circundam a vida desse jovem [...]” (KOERICH, 2018, p.43). Considerando a presente pesquisa, observa-se que esses *outros atores* podem ser o grupo de amigos/as da rua, as e os profissionais que atendem nos serviços acessados pelos jovens e a própria maneira como a relação familiar foi preponderante na atual situação em relação à rua (Charlie Brown teve depressão após separar-se de sua esposa, perdeu o emprego e assim acessou o albergue; já Apolo acessou pela primeira vez após brigar com o pai, com quem também trabalhava, na segunda vez foi novamente porque perdeu o emprego).

Ou seja, as trajetórias se manifestam no caráter coletivo da vida social, podendo ser afetadas pelo ambiente externo em profundidade, principalmente nos extremos mais baixos da classe trabalhadora, onde os fatores externos serão preponderantes em relação aos desejos dos sujeitos jovens ou das pessoas que os circundam. “As trajetórias são construídas orientadas pelos projetos de futuro e, quando existe uma alteração nas oportunidades objetivas, criam-se novas expectativas a partir dessa mudança” (KOERICH, 2018, p.43).

Reconhecer-se jovem ou já adulto pode influenciar, então, na forma de vivenciar o acesso a direitos, debatido nessa dissertação, como também a forma de se planejar o futuro, a partir do lugar de inserção social dos sujeitos. Assim, *vocês entendem o que eu falo?* busca apresentar o entendimento das profissionais a respeito do segmento juvenil, e problematizar com os próprios jovens a noção de juventude segundo o seu lugar de pertencimento.

Para Charlie Brown, ao ser questionado se *se considera jovem* a resposta é categórica: “não!” e questionado o por quê responde: “Porque eu sei que a minha bagagem é bastante, é sério, e porque minha mãe pensa que eu sou mais velho do que ela, é horrível isso é, e ela não falou pra mim fui eu que fiz vai que alguém escute, eu não me importo que tu escute ta? [...]”. Para ele, o não pertencimento a juventude está relacionado a um acúmulo de experiências sociais e de vida que não corresponderiam à *bagagem* de uma pessoa jovem, talvez relacionando a um contexto de inexperiência que seria esperado desse segmento social. Também apresenta como argumento o fato de uma pessoa mais velha que ele, a mãe, defini-lo velho, correspondendo quase que a uma autorização a sentir-se como tal.

Essa fala permite resgatar um pouco do conteúdo debatido ao longo deste capítulo, a respeito desde a ideia de construção social da categoria juventude, até a elaboração desse processo enquanto experiência individual ou de determinado *grupo social concreto* (MANNHEIM, 1982). Outro fator que se evidencia trata da ideia dessa *fase transitória para a vida adulta*, que possui a função social de preparar a juventude para essa próxima *etapa* (AQUINO, 2009).

Não se busca atribuir juízo de valor à fala de Charlie Brown, pelo contrário, intenta-se compreender a localização do que o entrevistado apresenta nesse contexto mais amplo social e historicamente. Na contramão dessa fala, com um ano de diferença, Apolo (26 anos, Charlie Brown tem 27) traz à reflexão sobre o lugar de pertença:

Ah, eu me considero jovem, ainda sou novinho ainda [risos de Apolo], eu não tenho nenhum fio de cabelo branco nada. Por que? Por que eu me considero jovem? Bah... pela minha idade também [...] Como então... acho que é por causa que é... como é que se diz? [Vivacidade?] É! A energia que tem ainda. É por isso que eu me sinto jovem. Véinho já levanta da cama, já tá todo dolorido [risos].

Sendo assim, observa-se a ideia que envolve a construção social da juventude significando o oposto a velhice, onde o conceito de *vivacidade* seria um benefício exclusivo desse segmento social. Apolo também se refere ao fator idade, reforçado pelo seu acesso ao ID Jovem (Identidade Jovem)¹⁷, programa do governo federal destinado a compra de passagens interestaduais e a meia-entrada em espaços culturais para jovens inseridas/os em famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico.

Dessa forma, a juventude pode ser considerada como trânsito entre a heteronímia infantil/adolescente para a autonomia presente na maturidade, que é cimentada por um processo plural, relacionado com uma série de elementos de diversas ordens que incidem neste processo, na conjunção do contexto juvenil, envolvendo questões de gênero, étnicas, de acesso a bens e serviço, entre diversos fatores que compõem as trajetórias de vidas destes sujeitos inscritas no âmbito da luta de classe. Ao mesmo tempo, mostra-se fundamental a análise da juventude não simplesmente como um momento de passagem, na perspectiva do “vir a ser”, mas como sujeitos que vivenciam processos singulares em suas trajetórias no presente (SCHERER, 2017, p. 91).

Nesse sentido, pode-se compreender a necessidade do reconhecimento como sendo jovem ou não enquanto um fator de resistência quando existe, por exemplo, uma autoafirmação a partir da ideia das responsabilidades que permitem um descolamento dessa imagem juvenil. Charlie Brown, em determinado momento da entrevista afirma que utiliza o seu *skate* para procurar emprego, uma vez que essa busca requer o uso de ônibus e cada dia é mais distante o lugar a realizar a procura, mas o fato de estar com o *skate* o faz sentir preconceito, uma vez que este produto é marcadamente atribuído ao segmento jovem dentro do contexto de não responsabilidade. Apolo afirma que “o mais importante quando a gente era criança [risos] se a gente pudesse voltar naquele tempo e não fazer nada, não tinha muita responsabilidade [...] quando era criança a gente nem pensa nisso”, então é possível compreender que manter-se vinculado a juventude possibilita-lhe alguma sensação de liberdade no que diz respeito a algumas responsabilidades que já lhe são exigidas, mas não necessariamente foram consultadas sobre a sua aceitação.

¹⁷ “A Identidade Jovem ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto 8.537/2015” (ID JOVEM 2.0, 2019).

Assim, é possível observar o processo de construção social da juventude marcado por um de seus rótulos, uma vez que é “carregada de significados negativos, prevalecendo o rótulo de *geradora de problemas*, cujos desdobramentos e consequências se fazem sentir tanto em seu cotidiano quanto na sua relação com as diversas instituições sociais de que participa” (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 28). Essa atribuição da *geração de problemas* a cargo da juventude é um *preço alto* que vêm lhe sendo cobrado, justifica-se na não empregabilidade, no não acesso a políticas de moradia, na dificuldade do acesso à escola e ao território, no direito à vida da juventude negra ou trans. Trata-se do que Lacerda elabora enquanto *diabolização da juventude*, “esta dissonância – entre o pensado e o que se apresentava – resultou em uma política de linguagem que se pretendeu em vantagem em relação ao próprio jovem, marcada, desde o seu nascedouro, por um julgamento de caráter moral” (LACERDA, 2010, p. 05).

No caso de Apolo, observa-se uma resistência ao se considerar jovem, principalmente quando se considera o fato de já estar na idade que corresponde, segundo o EJUVE (2013), à jovem-adulto, quando vincular-se à juventude implica processos de pré-julgamentos, ademais, observa-se também a uma ausência de preocupação em relação a esse estigma e essa percepção de irresponsabilidade. É importante considerar que a entrevista se deu entre o banho e o jantar, dado o ingresso de Apolo ao albergue, assim sendo é possível perceber múltiplos atravessamentos no que diz respeito às condições de existência imediatas, foi possível identificar em Apolo uma necessidade e afeto na possibilidade de conversar, mas ele também tinha pressa, pois Apolo respondia à entrevista enquanto seus companheiros jantavam.

Assim, calando-lhes a palavra por meio dos mecanismos de exclusão anteriormente discriminados – compreendidos, entre outros, pela visão dual e maniqueísta tanto de seu presente quanto de seu futuro; pela imposição de uma ordem adultocrata, na qual os espaços de contestação e expressão juvenis são raros, e pela culpabilização por mazelas quase sempre associadas a episódios violentos, que, apresentadas como inerentes à juventude, ficam despidas de um significado social –, reforça-se uma prática que trafega na contramão da noção ética aqui referida. Isso porque – e justamente em função da sua natureza excludente – não contempla a síntese dos chamados interesses coletivos, aí compreendidos os juvenis, síntese também imprescindível para a constituição do que até então se conhece como democracia (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 49).

Além de reforçar esse lugar não escolhido pela juventude, permite resgatar o debate a respeito da conceituação de adultocentrismo brevemente apresentada no item anterior. A concepção adultocêntrica não se restringe ao segmento social adulto e tampouco se expande a todo o segmento, trata-se justamente dessa compreensão de valores, apreensões a respeito da vida, normas que se estabelecem de forma verticalizada, quase se tratando de uma herança geracional, podendo ser apreendida inclusive por jovens, que podem reproduzir esse comportamento. Essa concepção também é reproduzida pelas profissionais quando questionados acerca do seu entendimento sobre juventudes, reproduzindo alguns julgamentos estanques como se tratando de todo um segmento social em unidade e não plural, como já foi apresentado. Sendo assim, apresenta-se extratos das falas das quatro profissionais entrevistadas a respeito do que é ser jovem e/ou o que entendem por juventude. Uma das profissionais, quando questionada acerca das características da juventude na atualidade responde:

P 01: [...] Eu acho que era diferente no sentido da drogadição, não vou dizer que não tinha, lógico que tinha uma maconha atrás do colégio, alguma coisa assim, mas era diferente nesse sentido da drogadição, da questão da violência, não tinha tanto essa questão da informatização, do celular, das redes sociais. Eu acho que era um período que a gente vivia melhor no sentido assim de não ter tanta questão de depressão que é uma coisa bem presente hoje entre os jovens também. Eu acho sei, eu fiz 35, eu acho que a gente era mais feliz. Ah ficava na rua até tarde. Eu acho que hoje o jovem tem tanto medo de tantas coisas, se depara com essa questão da violência, se depara com essa questão da própria inserção no mercado de trabalho. A gente fazia estágio, com 15, 16 anos já tava fazendo estágio e estudava de noite e hoje é bem difícil eu vejo bem complicado nesse sentido. Eu acho que era mais fácil ser jovem antigamente do que hoje, não sei né. Uma reflexão meio, se tu parar pra pensar, a gente não para pra pensar “no meu tempo era assim” que a gente se sente tão velha. Mas eu penso assim, acho que principalmente a questão da violência, eu acho que a questão da inserção acho que hoje é mais difícil, mais competitivo também, antes tu tava lá estudando o teu ensino médio, tava inserido num estágio, hoje é muito difícil nesse sentido assim. E o próprio jovem que tá inserido na faculdade também tem essa dificuldade de se inserir também no mercado de trabalho. Acho que é isso.

Observa-se uma concepção adultocêntrica quando a profissional se refere alguns elementos a respeito do segmento juvenil, generalizando-os, ainda que sua fala se revele contraditória, visto que abrange elementos da sociabilidade que demarcam mudanças temporais, como no exemplo do uso das tecnologias e o fato de já haverem estudos que tratam dessa relação com a saúde mental das pessoas. Mas também se revela dual, ao apresentar uma concepção da forma que era para

si, sem considerar todo o segmento juvenil que existia àquela época, e com isso, infere que é diferente, a partir das suas experiências pessoais, tomando-as não apenas como exemplos, mas parâmetros mais amplos de compreensão.

É interessante observar o complexo de elementos trazidos pela profissional, todavia, a questão do trabalho se expressa também contraditória dentro da sua fala, apresentando a facilidade e interesse em trabalhar da sua geração juvenil, sendo os sujeitos que acessavam a escola, mas demarcando a realidade social existente hoje que não se trata apenas do interesse em trabalhar, havendo todo um complexo estrutural da atual sociabilidade contemporânea. Outro fator refere-se a dimensão de poder *aproveitar* mais e a relação com o aumento da violência, por exemplo.

P 02: [E o que tu pensa da juventude hoje? Como era na tua época?] Complicado, porque na minha época não tinha tanta informação, mas não tinha também tanta dificuldade quanto hoje, né. E aí tu vê pelos dois lados, porque hoje tem muita informação, hoje é fácil eles ter um celular, eles ter acesso à internet, eles ter conhecimento, só que sem orientação eles acabam usando esse conhecimento, essa informação para um lado negativo, que acaba prejudicando eles. Muito fácil tu ter uma internet e acaba não estudando, acaba tendo muitos jogos, porque na minha época não tinha, tinha desenho de tarde e de noite não tinha. De noite era novela até certo horário e depois a TV saía do ar tu não tinha programação de madrugada. Hoje tu chega em qualquer butequinho tem uma net, tu pode ficar sentado a tarde inteira ali olhando desenho, olhando filme, olhando o que tu quiser. E aí acaba tirando eles do foco que é estudar, que é participar, que é em busca da sua evolução como pessoa. E aí eles vão se perdendo e o quê que acontece? Novamente nós acabamos no tráfico, ele para lá na biqueira, como eles dizem, pra se virarem. Que daí não precisa o estudo, né, precisa a cara e a coragem, precisa vender, precisa a inteligência de articular com a rede deles, com aquela rede interna que tem.

Na presente fala se revela, novamente, a questão a respeito da tecnologia, mas agora apresenta-se um contexto mais normativo, inclusive implicando na concepção de estudo. Trata-se desse pensamento de que a juventude não sabe utilizar a sua autonomia e isso implica no seu protagonismo, de modo que precisa de uma orientação externa que se aproxima de controle. A fala dessa profissional apresenta muitos elementos adultocêntricos quando ela se refere a uma quase tutela dos jovens que atende, uma vez que ela faz muita menção ao fato dela *fazer, levar, orientar, buscar, organizar* “os meus jovens”, vamos “protegê-los” para que eles possam se “gerenciar”. Quando questionada sobre como compreendia o acolhimento institucional¹⁸, a profissional responde da seguinte maneira:

¹⁸ As compreensões a respeito do acolhimento institucional propriamente dito serão retomadas no capítulo 4, item, 4.3.

P 02: Eu entendo como uma parte muito importante. Porque no acolhimento, né, é o primeiro momento que tu tem com ele. Eu acho que ali tu define toda uma trajetória, porque um bom acolhimento com carinho, com respeito, com ética, né, com bom direcionamento tu vai... tu não vai modificar a história de vida daquele jovem, mas tu vai mudar a trajetória. Talvez tu comece por ali, pelo acolhimento, **ajeitar ele**. Não sei se **sonhar com ele**, mas a **planejar com ele um amanhã diferente**. Né, a **buscar um emprego, a construir sua família** [...] (Grifo nosso).

Os extratos grifados buscam possibilitar a melhor exemplificação do que foi mencionado acima, reforçando o caráter até mesmo adultocrata na postura da profissional, uma vez que a sua fala reproduz uma lógica de realizar *para a/o* jovem e não de uma concepção de realizar *junto com* essa/e jovem. Ainda que se compreenda que a intenção seja a de contribuir no desenvolvimento dessa/e jovem, alerta-se para o fato do lugar profissional, do respeito à opinião, à autonomia, à liberdade de escolha das e dos jovens, de modo que, por exemplo, apenas a concepção de família e como esta poderia se organizar já renderiam uma ampla discussão.

Observa-se que, para além do debate de adultocentrismo, existem outros determinantes estabelecidos institucionalmente para o desenvolvimento da atuação profissional, desde diretrizes e normativas oriundas do ente Estado (que contrata os serviços, nesse caso terceirizados) até os valores institucionais de acordo com missão, valores etc.. Sendo assim, não descarta-se o complexo das relações estabelecidas institucionalmente, mas avança-se no debate também para as posturas mais individualizadas que são oriundas do contexto cultural e do desenvolvimento histórico, dado que essas posturas são reflexos de construções realizadas socialmente e, muitas vezes, reproduzidas individual ou coletivamente.

No caso de Apolo¹⁹, afirma que pretende estudar, o que lhe falta é oportunidade e seus interesses são justamente dentro do contexto tecnológico, quando questionado a respeito do futuro responde que: “É meio inesperado né, tu não sabe o dia de amanhã. Tu... Estuda, se tivesse mais oportunidade de estuda eu queria estuda, coisa assim [...] a arte, computador... alguma coisa assim”. Para o jovem a questão da tecnologia tem um sentido na direção oposta da trazida acima na fala de uma das profissionais, demonstrando justamente o contexto de

¹⁹ Sobre a escolha do nome: “Apolo? Pelo, amm... porque Apolo ele era um deus da arte, da... da música”.

atualização de determinada geração de acordo com o tempo histórico de da sociedade em que se insere, influenciando no contexto cultural, na forma de se relacionar e assim por diante.

De fato, as novas tecnologias também possuem reflexos negativos, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho e sua conexão com o quadro de trabalhadoras/es mais jovens. Para Antunes (2018), com o avanço das tecnologias da informação e comunicação acreditou-se numa *nova era da felicidade*, de modo que um novo maquinário seria o bastante, ou seja, uma sociedade digitalizada e tecnologizada seria a sociedade contemporânea do paraíso, mas um de seus resultados foi a soma de um trabalho *uberizado* a um trabalho *pejotizado* que criou um segmento de *escravos digitais*²⁰.

É relevante considerar como as duas primeiras falas de profissionais apresentadas de aproximam do ponto de vista da compreensão de construção social, de acordo com cada época histórica, atrelada às histórias de vidas das pessoas. Outra concepção que emerge da investigação, diz respeito a construção social da juventude, sendo que a próxima fala dialoga com essa diferenciação temporal também, mas não se limitando a ideia de juventude misturada com adolescência das duas primeiras.

P 03: [...] o jovem de hoje, diferente da minha época que, há trinta anos atrás eu era jovem, hoje eu não sou mais, éh, ele tem essa possibilidade de um mundo ampliado, mundo globalizado, porque ele tem ferramentas pra isso, nós não tínhamos. Por outro lado, eu acredito que nós tivéssemos muito mais segurança, nós tínhamos uma-uma capacidade de ser jovem com muito mais... com muito menos risco em relação ao ser jovem. Eu acho que hoje o jovem hoje tá bastante exposto. E daí e-eu, eu formo essa opinião muito a partir do que eu vivo aqui mesmo né, claro que eu tô, eu vejo hoje éh... convivo muito mais com jovens da periferia, os jovens pobres, os jovens negros, então eu tô dizendo ISSO desse jovem que eu conheço, que ele tá muito mais exposto a fatores de risco do que eu estive na minha infância, mas eu necessariamente também não convivia naquela época com jovens pobres, negros e periféricos, então eu não sei te dizer se lá também não era violento e talvez eu não soubesse disso.

Observa-se que, para a entrevistada, é o mundo mais globalizado que permite mais acessos à juventude, ainda que confronte isso, novamente, com o tema da violência e a compreensão da exposição da juventude a ela, sendo que a violência promovida pelas redes sociais também possui uma importante relevância

²⁰ “Trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como ‘trabalho autônomo’ visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar direitos trabalhistas” (ANTUNES, 2018, p. 23).

no cenário contemporâneo. Para Novaes (2007, p. 253) “os dilemas e as perspectivas da juventude contemporânea estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais”.

Assim, é possível identificar essa relação da violência com territórios mais periféricos, e a relação do acesso as diferentes tecnologias em espaços menos empobrecidos. Scherer realiza uma discussão a respeito de *territórios violentados* e como essa dinâmica afeta a vida das pessoas, sendo que “o território não se constitui em, apenas, um local geográfico estático e homogeneizado – mas um espaço vivo, repleto de contradições e lutas onde se estabelecem múltiplas relações” (2018, p. 256). Atualmente, é possível refletir sobre o lugar do processo de globalização pela via das tecnologias, a materialidade do virtual para o território onde os sujeitos se inserem e como, em algumas situações, essas relações se misturam.

Outra profissional entrevistada afirma:

P 04: [...] Eu acho que... é uma juventude que também sofre do consumismo assim, e aí a gente não é tão solidário, né, também porque talvez todo mundo sofra disso, não é só dessa juventude, mas é uma juventude que tá ali, né. Recém completou dezenove, que quer uma vida, que tem esperanças, que é frustrado ou o contrário, né, tá saindo de uma perspectiva ruim e o quê que vai ter pela frente, o futuro assim, né. Eu acho que é assim, eu sempre acredito, eu acho que tem tudo, se é, se é, é eles ali, tem. Um momento bom na vida, dezenove, vinte, vinte e um, vinte do, vinte e cinco, tá bem, tá indo, né, por mais difícil que esteja se tu consegue... só que tu tem que ter apoio, né, tu tem que ter ser apoiado, né, tu tem que ter, tu tem que ter... eu acho que é isso, política tem que fazer a sua parte, o Estado, a sociedade tem que fazer a sua parte, né, e a pessoa.

No contexto atual é possível identificar um componente vinculado ao consumismo de forma bastante expressiva, que não se restringe ao segmento juvenil, todavia, é relevante considerar a entrada do segmento juvenil enquanto nicho de mercado, da segunda metade do século XX em diante, de modo que jovens passam a ser vistas/os como consumidores na concepção capitalista e passam a ser criadas demandas específicas para esse segmento social (SCHERER, 2017). Assim sendo, a fala expressa uma perspectiva que pode ser considerada *moralizadora* quando implica um fenômeno social para apenas um segmento social e *tuteladora* à medida que as experiências anteriores podem se tornar parâmetros de continuidade, como se a história e os laços etários representassem uma linha de continuidade (GÓIS, 2013). As duas últimas falas se contrastam exatamente dentro da dualidade

juvenil mais evidente na cena contemporânea, que corresponde ao *jovem de consumo do jovem causador de problemas*.

As concepções mais generalistas de juventude não se resumem em contradições duais, ainda que esta forma expositiva apresente algumas facilidades no processo de análise. A próxima fala sintetiza parte do debate apresentado ao longo deste capítulo, desde a compreensão de que ser jovem é um *estado de espírito* até a complexidade de atribuir-lhe a responsabilidade pelo futuro, como únicas/os protagonistas do desenvolvimento da sociedade em que este segmento está inserido.

P 02: Eu poderia te responder que é um estado de espírito. Porque nós temos jovens velhos, nós tivemos um aqui que agora saiu. Esse menino era um velhinho no corpo de um adolescente, de um jovem 18 anos, mas parecia um velho de 60. Tava sempre reclamando, tava sempre cansado. E eu acho que ser jovem é essa coisa de acreditar, de tentar, de buscar. Porque é aquela sede do conhecimento, né, eles vêm como sendo uma página em branco e vai sendo escrito no dia-a-dia. Eu acho que tu educa pela, pela experiência, pela... pela reprodução.

Ademais, a fala reitera a concepção *adultocêntrica* (GÓIS, 2013) e *adultocrata* (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007), onde se realiza uma compreensão normatizadora e hierarquizada a respeito da compreensão de juventude, não impedindo que jovens também realizem essa leitura sobre outras pessoas jovens. Ou seja, “o adultocentrismo nega as capacidades e potencialidades presentes nas juventudes, reforçando a ideia de que os jovens não possuem competência para construir suas próprias histórias, não havendo necessidade de serem ouvidos” (SCHERER, 2017, p. 84). Para Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considera-la não mais a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (2007, p. 158-9).

No complexo da sociedade atual é cada vez menor o espaço de diálogo num atendimento, ou mesmo entre as equipes de trabalho, mas atentar-se para as experiências dos próprios sujeitos mantém-se como o caminho mais acertado, buscando entender o que as e os jovens falam, para então responder socialmente o

que é ser jovem hoje. É interessante considerar a relação entre as falas das profissionais e a articulação teórica, observando o que os jovens sinalizam sobre o que é necessário para que uma pessoa conheça a outra. Para Charlie Brown: “[O que tu acha que eu preciso saber pra ti conhecer?] Bah! Essa pergunta que eu nunca tinha ouvido, simplesmente tempo e convivência”. Apolo reforça a necessidade de convivência: “[...] Ou... Sei lá... Pra conhecer uma pessoa tem que saber os gostos dele né, a música, o livro, qual filme... Basicamente é o dia-a-dia, conviver com a pessoa também pra conhecer”.

A escolha das falas se deu a partir do processo de análise, para evidenciar a gama de possibilidades, contradições e compreensões sobre ser jovem a partir de seis sujeitos distintos, caracterizando principalmente o quanto ainda será necessário avançar para uma compreensão de juventude enquanto segmento social e dotado de direitos, compreender, por exemplo, o porquê de um jovem que acessa os serviços da proteção social nunca ter sido questionado sobre o que é relevante para ele, ultrapassando barreiras estabelecidas pelo contexto institucional cada vez mais acirrado. O presente item buscou materializar, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa as compreensões a respeito de como as juventudes se revelam enquanto uma categoria social com demandas específicas, ao mesmo tempo em que esta se trata de uma elaboração social dialeticamente construída, pelas pessoas que pertencem à juventude ou não.

Assim, revela-se o quanto essa categoria também é atravessada por concepções ideológicas, de modo que se evidenciam, predominantemente, a juventude como um momento difícil de vida impactada por diversas expressões da questão social, onde o desemprego e a violência aparecem como principais elementos, cujos dados serão apresentados no próximo capítulo com maior densidade, sendo que, quando se trata da violência existe uma cisão na compreensão do papel do segmento juvenil – atravessada de inúmeras contradições –, aparecendo como vítimas ou como responsáveis da violência.

O próximo capítulo busca apresentar como a sociedade vem dialogando com as diferentes juventudes no que diz respeito aos dados de realidade, buscando caracterizar o contexto social para ser jovem no Brasil, evidenciando que as falas trazidas no presente capítulo não estão descoladas da totalidade social, refletindo que não são apenas singularidades, mas se inserem no processo de desdobramento das expressões da questão social no que se refere à realidade do município de

Porto Alegre. Realizar essa leitura compreendendo a crise estrutural do capital e os processos de descartabilidade existentes no atual modo de produção permitem compreender o complexo para ser jovem, estudar e trabalhar na realidade contemporânea.

3. “NÃO É DOCE O CAMINHO DE JOÃO E MARIA”: JUVENTUDES NA CENA CONTEMPORÂNEA

Em referência ao famoso conto de João e Maria, Agnes afirma que esse caminho não é doce, fazendo referência ao destino que os aguarda no famoso conto, uma casa toda feita de doces que esconde em seu interior perversidades. Pensar nas juventudes contemporâneas e o projeto societário que está em vigência faz refletir que esse caminho é muitas coisas, inclusive nas resistências.

Assim, esse capítulo da dissertação busca elaborar uma compreensão a respeito do debate sobre as juventudes, desde a realidade emergente no município de Porto Alegre/RS, até sua articulação com o tema da crise estrutural do capital e seus rebatimentos na proteção social das juventudes. Serão apresentados dados de realidade apresentando a condição social para ser jovem no Brasil, com o lugar de classe demarcado.

Por último, busca-se realizar uma reflexão sobre o tempo presente, de massivo desmonte do que é público, dos direitos sociais, daquilo que se manifestava enquanto garantias de direitos ou a última defesa destes. Refletir sobre o contexto vivenciado em Porto Alegre, onde empresas privadas estacionam bicicletas e patinetes nas calçadas, ciclovias, praças (bens públicos) para obtenção de lucro sem grandes problemas, mas pessoas em situação de rua (dentre elas uma parcela do segmento juvenil) são tratadas, como nas seguintes palavras, pela secretária de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre, Comandante Nádia: “Nós não vamos admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público e as pessoas não podem levar seus filhos, seus pets. Não têm condições de caminhar nem em uma calçada, porque uma pessoa se acha no direito de morar na rua” (ESTRÁSULAS, 2019, s/n).

Essa fala expressa publicamente a violência vivenciada por esse segmento social, parte importante no *lócus* dessa pesquisa. Trata-se da naturalização e banalização da violência e tais expressões poderão ser verificadas também nas falas de quem vivencia isso no cotidiano.

3.1 “AFINAL TODA MAGIA É NEGRA MESMO QUE TENHA CABELO LISO E O OLHO CLARO”: A REALIDADE BRASILEIRA PARA SER JOVEM

A seguir busca-se tratar da realidade concreta por meio de dados oficiais de pesquisas que apontam alguns (des)caminhos para as juventudes contemporâneas na cena brasileira e que acabam revelando, principalmente quando se chega nos índices de violência, que os processos discriminatórios e de exclusão no Brasil têm raça/etnia e classe social. Segundo o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Boletim intitulado “Mercado de Trabalho: conjuntura e análise” (BMT – nº 65), sobre os dois primeiros trimestres de 2018:

De acordo com as estatísticas do IBGE, na comparação interanual, verifica-se que a maior queda na desocupação, em termos absolutos, aconteceu no conjunto dos trabalhadores mais jovens (18 a 24 anos), cuja taxa recuou de 27,3% para 26,6%. Entretanto, esta melhora não ocorreu por conta da expansão da PO [população ocupada], e sim devido à retração da força de trabalho. De fato, os microdados mostram que, em relação ao segundo trimestre de 2017, o contingente de jovens ocupados recuou 0,8%, interrompendo uma sequência de três altas consecutivas (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018, p. 15).

Segundo o Boletim nº 66 (2019) essa queda na desocupação obteve uma “retração de 0,1” ponto percentual, considerando os segmentos entre 18-24 anos e 25-39 anos. Observa-se que tais índices são extremamente altos se comparados ao conjunto da população, cuja taxa foi a 13,1% no primeiro trimestre de 2018 (em 2014 era de 12,4%), os dados revelam ainda que quanto menor a idade das pessoas jovens e menor a sua escolaridade os índices pioram (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018). É importante considerar a sinalização do Boletim nº 66 para o fato que a queda nas taxas de desemprego não se refere a um aumento da oferta de vagas, mas a uma *retração da força de trabalho*.

Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais* produzida pelo IBGE (2019), entre 2016 e 2018 a taxa de jovens de 18 a 24 anos que frequentava o ensino regular foi de 32,7%, sendo que o *abandono escolar* antes de concluir a etapa adequada afeta esse segmento etário em 63,8%. O documento aponta ainda, para a realidade de jovens-adolescentes de 15 a 17 anos, cujo abandono escolar é quatro vezes maior na camada dos 20% mais pobres da população em comparação aos 20% com maiores rendimentos, fator que se agrava no próximo período etário, de

jovens de 18 a 24 anos²¹ (IBGE, 2019). “Entre os jovens com 25 a 29 anos não estudantes e não ocupados, 44,1% não tinham finalizado o ensino fundamental e 31,2% tinham finalizado somente este nível de ensino ou alcançado o médio incompleto” (IBGE, 2019, p. 43).

Nesse sentido, é importante considerar o contexto de classe social, sendo que à medida que os jovens se encontram em camadas mais empobrecidas os dados de escolaridade se agravam, refletindo na relação com o trabalho. No que se refere ao cenário de educação e trabalho, segundo a *PNAD Contínua Educação 2017* essa combinação entre jovens era a seguinte:

No Brasil, em 2017, havia 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade e esse patamar foi similar ao ano de 2016. Dentre essas pessoas, 13,3% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando; 28,7% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,0% estavam ocupadas e não estudando. Em relação a 2016, verifica-se um aumento de 1,2p.p. no grupo de pessoas que não estava ocupada, nem estudando, em detrimento dos grupos onde as pessoas se encontravam ocupadas. Essa trajetória pode estar relacionada ao momento econômico vivido pelo país (IBGE, 2018, p. 12).

Ainda segundo a PNAD, no público jovem “em 2017, 17,4% dos homens e 28,7% das mulheres não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando. Entre as pessoas de cor branca, essa proporção foi 18,7% e entre as de cor preta ou parda foi 25,9%” (IBGE, 2018, p. 12). No caso do boletim 66, traz ainda um conjunto qualitativo de compreensões a respeito da *recente crise econômica brasileira*, sendo que, é possível identificar uma trágica combinação em relação ao público central deste trabalho, a confluência da juventude com a população em situação de rua (em alguns casos, em situação de acolhimento para pernoite nos albergues), pois à medida que ocorre retração em relação ao mundo do trabalho a juventude sofre primeiro seus reflexos, principalmente no que se refere a baixos índices de escolarização:

A partir de 2016, sob novo comando, o Poder Executivo, contando com amplo apoio da mídia e do Poder Legislativo, concebeu e impôs uma

²¹“A análise da adequação idade-etapa para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade evidencia que a maior desigualdade por classes de rendimento incide no percentual de frequência ao ensino superior [...]. Enquanto 63,2% dos jovens desse grupo de idade pertencentes ao quinto da população com os maiores rendimentos frequentava o ensino superior, somente 7,4% dos jovens no quinto da população com os menores rendimentos estavam nessa situação, ou seja, um percentual 8,5 vezes menor. Jovens pretos ou pardos têm metade do percentual calculado para brancos em relação à frequência ao ensino superior (18,3% e 36,1% respectivamente)” (IBGE, 2019, p. 82-3).

mudança estrutural nas finanças públicas, de longo prazo, por meio da EC no 95/2016, que congelou por vinte anos os gastos sociais do governo federal, de modo que prevalece o ideal do Estado “mínimo” no social [...] Para agravar ainda mais a situação, o ajuste fiscal implicou desmonte de políticas públicas de desenvolvimento social e aquelas que possuíam perspectivas emancipatórias, com a extinção e o rebaixamento de órgãos governamentais e a drástica redução orçamentária de políticas que haviam sido conquistadas pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída: mulheres, jovens, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, população negra, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, entre outros (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018, p. 147).

Observa-se ainda um complexo de retirada de direitos a partir dessa emenda, uma vez que várias pastas vinculadas à garantia de direitos sociais já evidenciavam um orçamento limitado, já marcado por medidas de contingenciamento, de modo que a aprovação dessa emenda implica no agravamento da crise econômica brasileira, com profundos impactos para a população mais empobrecida. Isso se dá em resposta às exigências de manutenção da ordem capitalista, num contexto de Estado neoliberal acentuado. Para Paniago (2012, p. 60), o neoliberalismo “apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda”. A autora conclui que é possível observar diversas “medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas”, na contrapartida de “imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho” (PANIAGO, 2012, p. 60).

Sendo assim, a atual gestão governamental evidencia seus planos para a juventude por meio do lançamento, em novembro de 2019, da *Carteira Verde e Amarela*, sancionada por meio de medida provisória, sendo “a principal ação do governo para gerar empregos entre jovens de 18 a 29 anos, que nunca tiveram emprego formal. A iniciativa deve ser responsável pela abertura de 1,8 milhão de vagas em um prazo de três anos”. Com a nova medida o cenário se mostra favorável para os empresários, sendo desobrigados a realizar sua contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS – de 20% sobre a folha), as alíquotas do Sistema S e o salário-educação. No que se refere a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) “cairá de 8% para 2%, e o valor da multa poderá ser reduzido de 40% para 20%, decidida em comum acordo entre o

empregado e o empregador, no momento da contratação”. Os demais direitos trabalhistas permanecem, segundo a nota do governo no site do Ministério do Trabalho (PROGRAMA, 2019).

De acordo com as informações prestadas, a medida vale apenas para novas pessoas contratadas e não pode ultrapassar 20% do total funcionárias/os constantes no quadro das empresas. Essa medida revela o lugar da juventude para a atual gestão estatal brasileira, da precariedade, da substituição de mão de obra barata, em defesa dos empresários, não revelando nenhuma informação concreta de benefícios para o segmento juvenil, porque de fato não há, a não ser a demissão de pessoas com mais de 29 anos para contratações ainda mais precárias. Ademais, a ideia de negociação entre *empregado* e *empregador* no ato da contratação é, no mínimo, risível, dada a realidade de desemprego agravada pela baixa escolaridade, exposta anteriormente, considerando que essa/e jovem esteja mesmo em condições realizar tal negociação. Tais afirmações podem ser reforçadas por Dayrell:

O trabalho faz as juventudes! Essa constatação, aparentemente óbvia, revela uma faceta da realidade brasileira na qual milhões de jovens se inserem desde muito cedo no mundo do trabalho, interferindo diretamente na forma como se constroem socialmente como jovens, interferindo nas relações que estabelecem com a família, com os amigos, delimitando o tempo livre e o lazer, disputando o tempo da escola, dentre outras consequências! Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil (DAYRREL, 2016, p. 07).

O mundo do trabalho revela-se enquanto um divisor de águas na vida das juventudes, sendo a necessidade de sobrevivência que se coloca à frente de todas as outras possíveis demandas em relação a projetos de vida. No que se refere a contingente populacional e relação com a renda familiar, a síntese do contingente populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Coordenação de População e Indicadores Sociais (CPIS) aponta que:

Os jovens de 15 a 29 anos de idade correspondiam a 24,3% da população, em 2013, e estavam presentes em 49,4% do total de arranjos familiares residentes em domicílios particulares, no Brasil. Nas famílias com ao menos um jovem de 15 a 29 anos de idade o rendimento mensal familiar per capita médio foi 36,3% inferior ao rendimento nos arranjos familiares sem jovens e 22,4% inferior ao rendimento familiar per capita médio do total dos arranjos familiares (IBGE; CPIS, 2015, p. 32).

Ou seja, manifesta-se uma situação de vulnerabilidade que inicia na composição da renda familiar, havendo outros fatores ainda a serem considerados, como território, condições de moradia, mobilidade urbana e assim por diante, cuja base está na precarização do mundo do trabalho, oriunda do atual projeto societário. No caso dos sujeitos dessa pesquisa, esses vínculos já foram rompidos ou encontram-se fortemente fragilizados.

Segundo o documento *Estimativa da PopRua no Brasil* produzido pelo IPEA em 2016:

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência, entretanto, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais (NATALINO, 2016, p.7).

Segundo Natalino (2016) isso se intensifica à medida que a população em situação de rua, muitas vezes, não tem nem a sua documentação básica, que permite acesso à programas do governo federal. De toda forma, o documento aponta ainda que esse cenário vem mudando, pois as gestões municipais vêm fazendo um esforço para realizar esses mapeamentos, assim, dos 117 municípios que realizaram alguma pesquisa, possuem “no total, uma população de rua de 35.805 pessoas. Somando-se os que realizaram pesquisa e os que fizeram um levantamento com a própria equipe municipal, temos 1.924 municípios que informaram uma população de rua total de 85.040 pessoas” (NATALINO, 2016, p. 13). Considerando que esses municípios possuem 69,2% da população total brasileira, trata-se de uma aglutinação importante, a respeito do IPEA reunir essas pesquisas para esse estudo.

O documento afirma ainda que “estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes” (NATALINO, 2016, p. 25). Tais dados evidenciam um processo de interesse de gestão, de acordo com a realidade de cada município, uma vez que o IBGE não contempla essa população nos Censos oficiais, considerando o aspecto dos domicílios em detrimento dos

sujeitos. Esses elementos são intensificados à medida que ocorre a burocratização dos mecanismos do Estado no não acesso à documentação e consequente não acesso a serviços básicos²², ou seja, revela-se uma cidadania pela lógica da propriedade privada e do controle, pois o sujeito só é contabilizado se possui um bem material.

Pimenta (2019) traz alguns dados sobre a população em situação de rua em Porto Alegre a partir de um censo realizado por pesquisadoras/es da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com apoio da FASC, no ano de 2016²³, realizando uma análise comparativa com os dados levantados em 2007, 2008, 2011. Sobre os dados de 2007-2008 (2019, p. 88), “observa-se que a população entre 18 e 24 anos reduziu sua participação à metade”. Essa informação dialoga com o dado trazido por uma das profissionais entrevistadas, ao relatar, que é justamente esse conjunto etário que não aparece enquanto população demandante, expressivamente, da proteção social. Outro dado que corrobora a pesquisa empírica diz respeito às informações a respeito da escolaridade desses sujeitos, “se considerarmos o percentual daqueles que completaram apenas o ensino fundamental, verifica-se que 70% dos adultos não completaram a escolaridade básica obrigatória”, fator que impacta diretamente na inserção de trabalho formal da população em situação de rua (PIMENTA, 2019, p. 90).

É importante ressaltar o percentual de pessoas que afirmaram passar o dia trabalhando (17,8%). Quase todos, portanto, possuem alguma renda que, apesar de baixa, lhes garante alternativas de sobrevivência na rua, ainda que, em geral sejam atividades autônomas e de pouca estabilidade, como o trabalho envolvendo reciclagem (23,9%), jardinagem (14,0%), guardar e lavar carros (12,8%) e pedir (9,9%) (PIMENTA, 2019, p. 90-1).

Essas informações a respeito de atividades laborativas evidenciam uma demanda por trabalho e consequentemente manutenção de sobrevivência, refutando argumentos do senso comum de que essa população está na rua por falta de

²²Em entrevista realizada com Charlie Brown, este refere que até para procurar emprego encontra entraves, pois precisa apresentar um endereço fixo para possível contato e situações semelhantes.

²³ “Ao final da pesquisa foram cadastrados 2.115 indivíduos adultos considerados em “situação de rua” na cidade de Porto Alegre. Em 2007, 2008 e 2011 foram cadastrados 1.203 e 1.347 pessoas, o que representa um aumento de 75,8% desde 2011. A grande maioria é do sexo masculino, percentual que passou de 81,8% em 2007-2008 para 85,3% em 2016, com diminuição de pessoas do sexo feminino. Em 2016, 34,4% dos cadastrados se autodeclararam brancos, 24,6% pretos ou negros, 12,4% pardos, 2,8% indígenas, 0,8% amarelos e 24,5% outras denominações, dentre as quais se destaca a categoria “moreno” (10,0%), o que sugere um percentual ainda maior da população negra e parda” (PIMENTA, 2019, p. 88).

perspectivas ou *comodidade* (revelando o lugar dessa população no *exército industrial de reserva*, enquanto população economicamente ativa *apta ao trabalho* [MARX, 2011]). Contudo, o cenário social não tende a mudar, dado o contexto em que se acentua o modelo de Estado neoliberal, com a refração dos direitos sociais, atingindo os índices de empregabilidade, conformando a crise estrutural do capital debatida no próximo item do presente capítulo.

Se por um lado observa-se esse processo em relação à inexistência de determinados investimentos federais, por outro, os que já existem revelam um agravamento após aprovação da EC 95 (BRASIL, 2016), em que setores como saúde e educação já vêm enfrentando seus rebatimentos. Nesse sentido, cumpre apresentar que as taxas de escolaridade acabam revelando mais essa condição de vulnerabilidade, apontando para uma situação de maior agravamento futura, pois segundo o IBGE e CPIS (2015, p. 109):

É importante ressaltar que, em 2013, 31,0% dos jovens de 18 a 24 anos de idade não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando, representando uma queda de 7,6 pontos percentuais nos últimos nove anos (Tabela 3.12). Essa taxa representa o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho.

Essa última informação dialoga em essência com os elementos trazidos pelo Ministério do Trabalho ao afirmar as taxas de desemprego e sua relação com a situação de baixa escolaridade. Assim, o não acesso à educação alarga o processo de vulnerabilização dos sujeitos, não só em relação ao emprego (que em situações mais extremas, vai ter vínculos estreitos com a questão do tráfico de drogas), até o projeto vigente do “jovem que merece ser morto” porque na lógica meritocrática posta na sociedade “não trabalha por que não quer”, dentre outros estigmas sociais facilmente reproduzidas no âmbito do senso comum.

Sobre a situação das juventudes em números, revela-se uma conjuntura que beira a barbárie ao remeter-se aos índices de mortalidade nessa faixa etária. Segundo o Mapa da Violência 2016, no Brasil no ano de 2014, do total de vítimas fatais por arma de fogo (44.861), 94,3% (42.291) foram registradas como homicídios por arma de fogo (HAF) e, destes últimos, 59,7% (25.255) HAF são jovens (WAISELFSZ, 2016). Já no Rio Grande do Sul ocorreram 2.052 HAF e, dessas pessoas, 1.080 vítimas de HAF são jovens (WAISELFSZ, 2016), ou seja, observa-se

que nesta unidade federativa este segmento representa mais da metade das chamadas “mortes matadas”.

Tal referência se manifesta fundamental se observado, por exemplo, o contexto social de chacina da juventude negra e periférica na realidade brasileira. Dados dos Atlas da Violência dos últimos anos mostram o aumento consecutivo da mortalidade de jovens negros, na contramão do decréscimo de jovens não negros, evidenciando o que o documento aponta como *Juventude Perdida*, de modo que se observa o desinteresse do Estado brasileiro quanto a gritantes dados de realidade. O Atlas aponta que já na década de 1980 esses dados se manifestavam importantes, sendo que àquela época a maior densidade estava em torno dos 25 anos, ao passo que hoje está em 21 anos, ou seja, morrem cada vez mais em números e ainda mais jovens em idade (CERQUEIRA, 2017, p. 25). Tais fatores se reforçam no Atlas da Violência 2018 e de 2019, evidenciando um processo histórico de desvalorização da vida, principalmente em se tratando da vida jovem, negra e da periferia.

Wolff (2015) nos possibilita aprofundar esse debate, ao relatar o sistema escravagista, sistema predominante na totalidade da história da sociedade brasileira, e seus fundamentos na política e na vida privada, uma vez que os escravos eram propriedade dos senhores de escravos como as máquinas são propriedade dos donos das indústrias. A autora complementa o debate, dado que a cultura racista instalou um “processo de desumanização” que perdura até hoje. Para Wolff, “a forma com que o poder punitivo se desenvolveu na época revela essa dupla inserção: os negros eram alvos do poder punitivo privado, com toda gama de castigos corporais definidos por seus senhores, mas eram também sujeitos do Direito Penal, quando assim interessasse ao seu proprietário” (2015, p. 59).

Observa-se que a *gama de castigos corporais* se traduz na atualidade na mortalidade da população negra. Uma vez que o Atlas da Violência 2019 também aponta para o aumento da mortalidade de outros segmentos sociais, ainda da população negra, como é o caso do homicídio de mulheres, por exemplo. Verifica-se, então, que mais uma vez os dados a respeito da mortalidade de pessoas negras aumentaram, para o caso das mulheres negras em relação às mulheres não negras que retrocederam (CERQUEIRA, 2019).

Essas informações são reforçadas pelo Atlas da Violência 2019:

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017 (tabela 1.1). Conforme apontado anteriormente esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno (CERQUEIRA; et al, 2019, p. 25).

Ou seja, ocorre um alto índice de mortalidade juvenil na realidade brasileira e ao debruçar-se mais a fundo se observa que a grande maioria é pobre e negra, com demarcadores de raça/etnia e classe bem delimitados. Conforme sinaliza o Atlas da Violência novamente:

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (CERQUEIRA; et al, 2018, p. 40).

Esses dados a respeito da mortalidade de jovens no Brasil incidem sobre diversas pesquisas que buscam compreender os fatores histórico-sociais que influenciam para uma realidade tão gritante. O que se percebe é que existe também o não visto, uma vez que, ao tratar da proteção social, apresenta-se certa insuficiência no que diz respeito às pesquisas sobre esse segmento social, principalmente se observado a relação entre raça/etnia e o número de jovens *matados*. Nesse sentido, o debate a respeito de Juvenicídio, evidencia o processo de jovens enquanto *matáveis*, justamente pela "condição de mortalidade juvenil provocada pela dinâmica societária contemporânea, que descartabiliza vidas de jovens em todo globo, especialmente em países de desenvolvimento capitalista tardio e periférico" (SCHERER, 2018, p. 261). Pode-se observar ainda que:

A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o

desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país (CERQUEIRA; et al, 2019, p. 25).

Assim, não se trata de uma situação isolada, mas a sua complexidade e longevidade já ultrapassam a marca de vida da juventude, evidenciando o projeto societário que está colocado e que existem sujeitos descartáveis, principalmente se reforçarem os estereótipos da pessoa que não possui valor para o capital, *afinal toda magia é negra mesmo que tenha cabelo liso e olho claro*. Ou seja, se por um lado houve um panorama de crescimento de investimento e acesso às políticas públicas e sociais em meados dos anos 2000, por outro, é fundamental o reconhecimento desses acessos diante da virada econômico-política que o Brasil vivenciou no período subsequente. Uma vez que é possível observar um agravamento das desigualdades sociais, somadas a um contexto político de cunho neoliberal, onde os interesses de ordem social ficam aquém em relação a uma promessa de reordenamento econômico. Para Pereira:

Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta (2008, p. 159).

Observa-se um efeito escalonado no cenário político-econômico em que à medida que ocorre uma intensificação da crise impacta diretamente e com maiores rebatimentos aqueles grupos historicamente mais vulneráveis, dentre eles as juventudes. Tais elementos subsidiam as reflexões a respeito do tema de pesquisa e instigam o que esses estudos mais genéricos não mostram sobre as trajetórias de vida nesses meandros das políticas públicas e sociais, os acessos e não acessos, como vêm se materializando essa proteção ou desproteção social, bem como os determinantes de raça, etnia, gênero e classe que se manifestam nessas pesquisas, apontando para diferenças que não são “apenas” estatísticas.

No que se refere ao município de Porto Alegre, atenta-se para a necessidade de acesso a dados de juventude mais consistentes, até a elaboração desse trabalho, encontrou-se apenas um documento de uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Juventude, em 2006 com 2.100 jovens e técnica de amostragem, além da pesquisa qualitativa com 20 jovens (coletada em 2007).

Segundo essa pesquisa, 49,4% são jovens do sexo masculino e 50,6% do sexo feminino, demonstrando uma limitação binária que restringe a compreensão da realidade. Desses sujeitos, 72% estão dentro da faixa etária da pesquisa ora proposta (18 a 29 anos), 39,3% concluíram o ensino médio, sendo 70% estudantes de escola pública. Um dado bastante relevante sinaliza que 60,7% “não possuía família própria e não morava só” (SMJ, 2007, p. 14).

Tais dados deixam em aberto várias lacunas, ao mesmo tempo em que despertam diversos questionamentos, todavia, uma amostra mais consistente e atual dessa realidade se faz necessária. Nesse sentido, cumpre atentar para o exposto por Antunes:

Desse modo, além das clivagens e transversalidades existentes hoje, entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, brancos, negros e índios, qualificados e desqualificados, empregados e desempregados, entre tantos outros exemplos que configuram a nova morfologia do trabalho, os imigrantes ilustram também o quadro tendencial de precarização estrutural em escala global. (2013, P. 18)

Ainda que o autor esteja referindo-se mais diretamente aos imigrantes, permanece um universo de problematizações a serem feitas no âmbito desses atravessamentos, cuja importância busca se mostrar central neste trabalho. Por outro lado, um rápido passeio nos centros urbanos brasileiros, “alvos” de imigrantes, nos trazem de volta ao tema central que remete sempre a juventude negra.

Esta reflexão não demonstra sua complexidade em totalidade e no movimento do real. Pois não se trata apenas de saber o perfil desses sujeitos e, conhecendo esse perfil, poder realizar o cruzamento das informações com outros bancos de dados. Mas, é de suma importância, por exemplo, saber a realidade étnico-racial da população juvenil que se encontra em acolhimento, uma vez que a juventude negra é a que mais morre no Brasil, é o que apontam os dados de pesquisa a esse respeito, principalmente os Mapas e Atlas da Violência.

A realidade, não só da juventude negra, mas também de outros segmentos etários nessa categoria é de um aumento nos índices de dados de mortalidade, na contramão das pessoas não-negras, cujos dados vêm decrescendo nos últimos anos (CERQUEIRA, 2017; 2018; 2019). Sendo assim, o próximo item busca apresentar o debate teórico mais aprofundado, realizando a conexão entre esses dados de realidade (da estrutura) e o complexo da superestrutura, relacionando com

a crise estrutural do capital e a conseqüente violência estrutural, uma vez que esses debates não estão descolados.

3.2 “A DESGRAÇA É PER CAPITA”: JUVENTUDES E A RELAÇÃO COM A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Diante do debate apresentado a respeito do resgate sócio-histórico e posterior processo de conceituação de juventudes e construção de um fio argumentativo para elaboração de um conceito, além da evidência de um cenário nada favorável para ser jovem no Brasil, intenta-se, agora, afinar o debate para compreensão da crise estrutural do capital e os meios de articulação entre os principais temas desse capítulo. “Não é doce o caminho de João e Maria/Que cansado de comer migalhas na trilha/São flagrados furtando celular no ‘Fantástico’ reino das maravilhas”, afinal, qual o lugar reservado para as juventudes em tempos de agudização de crise, articulada com a violência estrutural que assola a sociedade moderna.

O debate a ser apresentado a seguir busca realizar uma leitura mais abrangente a respeito da conjuntura, na lógica de compreender a crise estrutural do capital e como esta rebate na vida do segmento juvenil, adensando mais o debate teórico já sinalizado com os dados de realidade do ponto anterior. Em *a desgraça é per capita* não se busca realizar uma leitura fragmentada, mas justamente atentar-se para a crítica que se apresenta nessa estrofe de Agnes e a complexidade nela existente.

Para iniciar o debate, sobre a conjuntura posta na atualidade é importante considerar o contexto de crise estrutural do capital e as recentes mudanças que “afetam a vida material e subjetiva de todo ser humano, o que nos exige refletir criticamente sobre as determinações e particularidades que conformam os processos sociais em curso na sociedade brasileira” (PRATES; CARRARO, 2017, p. 162). Uma das melhores formas de definir o capitalismo é justamente entendendo sua dinâmica de crises em função da razão estrutural de seu modo de produção. Este já vive um esgotamento histórico dado que, suas crises agora se metabolizam na crise estrutural da humanidade que Mészáros explica:

A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural e continuará, enquanto o

capitalismo sobreviver. Mas, na nossa época histórica, há um tipo muito mais fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. **A crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica** (MÉSZÁROS, 2011, p. 136, grifo nosso).

Considerando os dados apresentados no item anterior deste capítulo, é possível identificar que o segmento juvenil é um dos mais afetados por esse processo, fator que se intensifica à medida que esse segmento estiver mais marginalizado em relação aos acessos, no que diz respeito inicialmente a saúde, moradia, saneamento básico, educação, assistência social e assim por diante. Para compreender melhor essas tendências de marcas históricas da sociedade capitalista observa-se o pensamento desenvolvido por Marx. Sobre os fundamentos do desenvolvimento social o autor refere que:

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Numa certa etapa do seu desenvolvimento, **as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes** ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social (MARX, 2007, [s.n.], grifo nosso).

Evidencia-se que a teoria marxiana compreende o processo de produção e reprodução social em uma dinâmica unitária. As crises cíclicas do capitalismo e a crise estrutural têm como base a contradição fundamental, decorrente do desenvolvimento social, que emerge de luta de classes, dada a divisão social do trabalho em razão do modo de produção capitalista, cujo antagonismo é o “**conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais**” e o segmento juvenil brasileiro não está descolado desse processo, ainda mais em uma época de números expressivos de seu contingente populacional (MARX, 2007, [s.n.], grifo nosso).

Desde a análise de Marx sobre o capitalismo, vive-se pelo menos dois novos processos significativos para a economia mundial correspondentes a esta dupla tendência: a concentração de capital e a tendência à queda da taxa de lucro. Sendo o primeiro um processo de mundialização do capital, sob uma lógica imperialista de

monopólios comerciais e de Estados sob ramos de produção e nações menos desenvolvidas. A segunda, já sob efeito dos limites da expansão imperialista do capital (mesmo após a I e a II Guerra Mundial) foi a chamada extrema financeirização do capital na década de 1970. Estas características começam a apontar para o momento atual que está marcado pela crise estrutural do capital, uma vez que “o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

Lembrando que *ativar os limites absolutos do capital*, não significa que já se esgotaram os limites absolutos da produção e reprodução social da vida (MÉSZÁROS, 2011). Isto quer dizer que a manifestação, por exemplo, da crise acentuada a partir de 2008 teve um desenvolvimento consequente às características que o autor remete assim:

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua *escala de tempo* é extrema, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante* [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796).

Ou seja, por mais que ocorram alguns assensos de ordem econômica, manifestam-se de forma isolada e reiteram-na em outra parte, dado o caráter universal de crise e seu complexo de globalização; a lei geral da acumulação capitalista²⁴ permite compreender essa ideia trazida por Mézáros de permanência, à medida que à tendência a queda da taxa de lucro impõe um padrão de aumento

²⁴“Lei Geral da Acumulação Capitalista: A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2013, p. 875).

da exploração. Essa reflexão crítica e também radical, no sentido de buscar as raízes dessa crise estrutural e seus reflexos nas demandas sociais, se manifesta fundamental num contexto de retrocessos de direitos, cuja situação já vinha se materializando na contramão dos direitos sociais e se mostra agravada diante do novo governo, com características ultraconservadoras e ultraliberais. Dardot e Laval no prefácio de seu livro à edição brasileira argumentam que:

O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades.

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (2016, p. 7).

Sendo assim, o contexto de enxugamento severo da máquina pública pelo viés dos direitos sociais, não se resume a realidade brasileira, mas está conectado ao contexto de globalização e suas normas de funcionamento. Sobre o enxugamento dos direitos: toma-se o exemplo do congelamento de gastos aprovado a partir da Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016), na contramão da manutenção dos privilégios da classe dominante, como os perdões de dívidas bilionárias dos grandes empresários para com a Previdência Social enquanto tenta-se aprovar uma reforma que ataca ferozmente os direitos da classe trabalhadora, sendo esta parte importante no tripé da Seguridade Social brasileira (peça chave no desenvolvimento da presente pesquisa), congelamento do orçamento da educação, atacando uma parcela importante da juventude, dentre tantos outros ataques.

Nesse sentido, Yazbek (2004, p. 35) afirma que a “violência da pobreza’ como elemento cotidiano: os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida”. Silva (2005, p. 09-10) afirma que a “violência não é um fenômeno pontual e localizado, ainda que assim apareça imediatamente e que essa dimensão singular e imediata seja importante e sirva como ponto de partida para estudos mais aprofundados e reveladores”, com isso afirma-se a preocupação com uma leitura crítica da realidade, buscando compreender como se manifesta esse movimento dialético entre estrutura e superestrutura e seus impactos na luta de classes.

Observa-se a partir das ideias das/os autoras/es e dos dados de realidade apresentados até aqui que existe um projeto societário em andamento e esse projeto não é direcionado para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, a juventude, a não ser para a intensificação da sua exploração. Para Paniago (2012, p. 67):

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários.

Encontra-se o significado dessa situação, ao se considerar o papel da principal superestrutura política no país. Já em 2017, durante o governo Temer (que assume a presidência após processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016), estava posto um importante contexto de redução de direitos sociais, a começar pela reforma trabalhista, assim, já significava o “aumento das desigualdades, da pobreza, do desemprego, da violência, de busca pelas políticas sociais, com menos recursos para estas políticas” (PRATES; CARRARO, 2017, p. 169). Reforçado por Paniago (2012, p. 59):

Entender o mundo de hoje implica nos debruçarmos sobre uma realidade social comprometida em todos os seus poros pela crise estrutural do capitalismo. Crise econômica, crise política, crise das subjetividades, das artes e das humanidades em geral – formas variadas de expressão da crise de superprodução que encontra seu fundamento neste modo de produção, relação já revelada por Marx desde o século XIX.

Os rebatimentos, desde as bases estruturais da sociedade capitalista até a atual conjuntura política, sobre as vidas das juventudes se manifestam vital em diferentes esferas. Dados de pesquisa revelam que a juventude brasileira morre por diferentes gatilhos, LGBTfobia, com destaque para a transfobia, suicídio, assassinato, assassinato policial, feminicídio, entre outros.

É possível observar as elaborações realizadas por Antunes (2018), “as transversalidades entre classe, gênero, etnia, geração, tudo aparece nas *complexas*

fábricas” (p. 21). O autor cita ainda os exemplos de indústrias têxteis e de alimentos, *call-centers* e setores de serviços.

Faz-se necessária a reflexão de que todo o modo capitalista de produção é regulamentado politicamente por um Estado²⁵ que reflete justamente essas relações de classes antagônicas e contraditórias com as forças produtivas. Essa determinação Marx tomava como “fio condutor” de seus estudos e resumia: “a totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1982, [s.n.]).

Existe, pois, uma indissociável relação entre a *produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada*, isto é, a *totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular*, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2004, p. 11).

Resgata-se Barroco:

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo (2015, p. 624).

É preciso combater esse *irracionalismo* reificado “que invade as esferas e dimensões da vida social” numa lógica de “desvalorização da vida cotidiana” cujo fim é a “naturalização das consequências” apresentadas pelas contradições sociais (BARROCO, 2015, p. 624). Sendo assim, é fundamental o aprofundamento teórico a respeito da violência estrutural, analisando suas formas constitutivas, com vistas a romper com essa visão superficial de que as decisões políticas, por exemplo, não influenciam a vida dos sujeitos no seu dia-a-dia, na ausência de acesso a medicamentos, no acesso precário a bens e serviços sucateados, manifestando-se enquanto violências, independente da assimilação destas na vida cotidiana. É fundamental superar esse conservadorismo que reforça as violações de direitos em

²⁵Compreende-se por Estado o que Marx (2011) refere enquanto um comitê/balcão que serve para gerir os negócios da burguesia, ou seja, não é neutro. Logo, o Estado é o aparato previsto no ordenamento jurídico, mas também é composto pela sociedade, ainda que permeado de contradições.

suas múltiplas expressões de violência que agudizam cada dia mais a vida da classe trabalhadora e reforçam processos alienatórios.

Para entender a sociedade na contemporaneidade como uma condição fundamental para a violência estrutural e a própria situação econômico-política atual é preciso considerar suas contradições estruturais. Ou seja, retornando o debate para a centralidade da violência, Silva afirma que “a violência, de forma geral, revela um desejo de destruição do outro, daquele que é ‘diferente’ e ‘estranho’, que foge dos padrões socialmente estabelecidos” (2008, p. 35).

À medida que a classe trabalhadora se expande e conseqüentemente o seu exército industrial de reserva, onde se encontra a maior parte da população jovem, distintos processos de violência são perpetrados contra esses sujeitos, influenciando esse todo complexo de rebatimentos estruturais. Assim sendo, observa-se uma *processualidade* que envolve os fenômenos sociais, de modo que os mesmos não estão *petrificados* no desenvolvimento da história, das totalidades mais próximas, até a totalidade mais ampla (PRATES; CARRARO, 2017).

Essa materialidade histórica da qual falamos, por sua vez, é fruto de múltiplos condicionantes, políticos, sociais, culturais, econômicos, de possibilidades e de interdições, logo para apreender essa materialidade histórica, em movimento, é preciso protegê-la por múltiplos ângulos que, articulados, alteram o seu sentido, ampliam os significados que podem ser atribuídos a esse conjunto interconectado de condicionantes. O desvendamento de novas conexões aporta novos sentidos. Estamos falando da totalidade, que é também histórica e que, além da interconexão entre esses diversos aspectos, articula elementos amplos, universais, como a crise do capitalismo, a reestruturação produtiva [...]. (PRATES; CARRARO, 2017, p. 164).

Qual seja o movimento particular – universal – particular, uma vez que revela o processo de abstração dos fenômenos, se materializando na *síntese de múltiplas determinações*, em desenvolvimento de leitura radical para o entendimento desses desdobramentos sociais (MARX, 2011). Para Silva (2005, p. 08) “não existe uma relação mecânica e direta entre a violência estrutural e outras formas de violência reproduzidas nos espaços urbanos”, fator que aporta para o tema apresentado, em suas diferentes nuances. Assim, o movimento de análise do real manifesta sua singularidade diante da escolha do tema, a particularidade em relação ao segmento juvenil e a análise do tempo presente para esta leitura de realidade.

Considerando o debate a respeito do exército industrial de reserva, trata-se daquele que pressiona o exército ativo e sua relação com o mundo do trabalho,

conforme cresce o primeiro, aumenta o nível de exploração do segundo, para Marx (2011, p. 875) “quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial”. Para o autor “o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa” sendo que “juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (MARX, 2011, p. 874).

Assim, é importante atentar-se para o debate que segue, a respeito da *barbarização da vida social*:

São cada vez mais diversificadas as refrações da “questão social²⁶” e suas complexas relações na medida em que se universalizam aspectos de barbarização da vida social em função da crise na qual o capital está imerso nas últimas décadas (cf. Cap. 5). Por outro lado, são cada vez mais frágeis as bases universais das políticas sociais brasileiras em face dessa massificação da “questão social” (SANTOS, 2012, p. 247).

Compreender a relação entre os processos de manutenção do modo de produção capitalista e seu projeto de subjugação da classe trabalhadora, permite um olhar mais crítico para a compreensão do significado de proteção social e porque muitas vezes ela desprotege, assim como, possibilita também, entender qual é o lugar da juventude nessa relação de complexos, uma vez que esta centra-se principalmente no exército industrial de reversa e avança dentro deste quando sua raça e condição de modo de vida se intensificam. Ou seja, busca-se um entendimento das múltiplas violações de direitos presentes na vida de jovens, ainda que em alguns momentos o enfoque esteja na concepção de violência mais “bruta”, sendo possível identificar todos os atravessamentos presentes nessa discussão. Para tanto, dialogar com o exposto por Pereira (2004, p. 51) é imprescindível:

Se partirmos do princípio de que o conceito *questão social* sempre expressou a relação dialética entre *estrutura* e *ação*, na qual *sujeitos estrategicamente situados* assumiram papéis políticos fundamentais na transformação de *necessidades sociais* em *questões* – com vista a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias – pergunta-se: de que *questão* estamos hoje falando, se os riscos e necessidades contemporâneos ainda carecem de efetiva problematização.

²⁶Utiliza-se a mesma autora para compreensão de questão social, sendo as lutas de classes *ineliminavelmente constitutiva* destas: “Elas [as lutas de classes] atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e com a mesma intensidade, privatizando o seu resultado final” (SANTOS, 2012, p. 30).

Dito isso, vale destacar toda a construção teórica que se buscou realizar até este momento, principalmente quando a pauta está centrada na juventude, pois, se por um lado, apresenta-se um debate a respeito do seu lugar na sociedade, desde presença significativa no exército industrial de reserva até fatores de mortalidade gritantes, por outro, existe uma construção social já explicitada sobre o lugar da juventude enquanto sujeito laborativo, nesse caso, não se deve reivindicar direitos, mas trabalhar. Todavia, as necessidades sociais das juventudes *batem à porta* das agendas políticas, justamente porque não existe essa cisão, pelo contrário, são contradições que expressam a mesma realidade.

Intenta-se agora conectar os temas até aqui abordados, com vistas a materializar esse movimento, compreendendo desde as raízes históricas do modo de produção capitalista e sua articulação com o debate em torno do segmento juvenil que se revela tão atual e seus rebatimentos dentro deste contexto social. Marx (2011) afirma, ao mencionar que os homens fazem sua história de acordo com o meio social ao qual estão inseridos:

E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011, p. 25-6).

Esta citação reforça o conservadorismo (BARROCO, 2015), além de se disfarçar de novo – neoconservadorismo – cuja essência permanece a mesma, existente não só na realidade brasileira, que toma força a cada dia e intensifica os processos de subalternização, isolando os membros da classe trabalhadora, a partir de uma lógica alienante e individualizadora, Marx e Engels, n’*a Ideologia Alemã*, ao analisarem o contexto dos alemães, referem que:

somos obrigados a lembrar que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a

história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda a hora, para manter os homens com vida (2006, p. 53).

A citação apresentada considera as condições de existência como necessidade humana vital, bem como a importância do cumprimento dos direitos sociais construídos historicamente e materializados legalmente na Constituição brasileira, ou seja, cumpre ao Estado a garantia de tais direitos, resguardando as juventudes, nesse caso em especial. É visto, então, que não se trata apenas do desejo das juventudes uma saída satisfatória para a situação em que se encontram hoje, no que diz respeito aos subempregos, índices de mortalidade, ausência de possibilidades de desenvolver autonomia econômica em relação à família, como também os preconceitos gerados por não estar nos padrões normativos (nesse caso refletindo necessariamente sobre o segmento LGBT, debate sempre necessário quando trazida a instituição família).

Por hora, busca-se aprofundar esta noção e observar a raiz geral de produção de necessidades humanas para todas as épocas:

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2006, p. 44-45).

Essa produção, que é a fundamental condição para a existência humana, determina então a reprodução social da vida. Os diferentes modos de produção que se desenvolvem e caracterizam as diferentes épocas históricas, determinam, portanto, as diferentes formas de consciência social, de organização e cooperação do trabalho, e transformam-se junto da produção novas necessidades e forças produtivas. Atualmente a sociedade revela seu caráter burguês, cuja base está no sistema econômico capitalista que se determina pelo modo de produção de mercadorias (MARX, 1980).

Esta definição como razão histórica do desenvolvimento social, que inclusive justifica a afirmação de Marx e Engels “a história de toda sociedade até nossos dias

é a história da luta de classes” (2011, p. 23), permite definir os fundamentos da crise cíclica no modo de produção capitalista e em seguida a crise estrutural. Para tanto, é preciso localizar a chamada reprodução ampliada do capital, que acaba por causar as crises cíclicas em função de um determinado desenvolvimento da composição orgânica do capital²⁷.

A acumulação e a expansão do capital aparecem como um ciclo de reprodução crescente da riqueza do capitalista. Para Marx, a “lei da produção capitalista [...] em última análise, é apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora” (1980, p. 721), ou seja, o que ele chama de mais-valia. Contudo, este ciclo, ao ser rompido pela tendência a queda da taxa de lucro do capitalista, dada a sua reprodução ampliada irracional em dinâmica de concorrência entre os capitalistas, gera a crise cíclica do capital. Sendo então, fundamental entender esta crise justamente porque é o que explica a situação atual de retrocessos na garantia de direitos, através das políticas públicas e sociais, por parte do Estado.

Desse modo, torna-se imprescindível articular o debate a respeito da violência articulada ao complexo da violência estrutural, uma vez que está fundamentalmente relacionada à crise estrutural do capital, ou seja, a violência estrutural é a cena mais trágica ao mesmo tempo em que é o motor propulsor da crise estrutura do capital. Minayo (1994) afirma que a realidade social se estabelece como “o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (1994, p. 15).

Enquanto aproximações sucessivas com a realidade, aprofundar o debate a respeito da violência e como esta se tangencia na realidade concreta é de suma importância, pois são os seus desdobramentos que vão materializar essa estrutura ora apresentada. Assim, é preciso evidenciar os atravessamentos sociais que impactam a vida das juventudes e dos demais sujeitos sociais, seja àqueles diretos

²⁷ Marx: “Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo o capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital” (1980, p. 713).

ou mesmos àqueles que se ocultam nas estruturas (políticas, ideológicas), de modo que os processos de resistência mostrem suas faces, superando a “militarização da vida cotidiana” (BARROCO, 2015, p. 629).

Violência estrutural para Silva (2005, p.3) significa o “uso da força”, seja ela física ou não, “capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas”, em grande parte das vezes já naturalizadas. Para o autor “a **violência estrutural se materializa** envolvendo, ao mesmo tempo, a **base econômica** por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua **sustentação ideológica** (a superestrutura)” (2005, p.3, grifo nosso).

Assim, violência estrutural é uma expressão de intensificação das diferentes expressões de complexificação da crise estrutural do capital manifestando-se enquanto seu motor propulsor, acentuando as contradições existentes na sociedade capitalista. Não se trata, em absoluto, de uma leitura fragmentada ou mesmo distorcida dos diferentes impactos dessas expressões na vida dos sujeitos, ou seja, não existem violências isoladas da realidade social, sendo a raiz em comum, àquela gerada pelo conflito capital/trabalho na sociabilidade atual.

Intentou-se realizar o debate adensado na crítica marxista para compreensão da relação entre crise estrutural do capital, a qual tem sua manutenção favorecida pela violência estrutural, uma vez que esta não está só na estrutura, mas é transversal a todo o sistema capitalista de produção, e como seus rebatimentos se manifestam a partir de uma *violência da pobreza* implicando na *barbarização da vida social*. Processos nos quais resultam, em última instância na confluência da juventude em população em situação de rua, sendo esta parte significativa do exército industrial de reserva.

No próximo capítulo, busca-se desenvolver problematizações e reflexões sobre como pensar projetos de vida e futuro diante de um contexto como o apresentado até agora, de desemprego estrutural, violência e outros fatores que fazem parte de um projeto de sociedade marcado pela atual crise do capital. Ou seja, compreender a relação das juventudes nesse complexo e como cada segmento juvenil tem lugar marcado é fundamental para pensar processos sociais de resistência e sobre quais estratégias são necessárias para a juventude hoje. Apresentam-se resultados a respeito da análise documental articulada à proteção social, bem como alguns resultados da pesquisa empírica.

4. “AQUI PELA ESTRADA AFORA QUANDO SE VAI BEM SOZINHA”: CONTEXTO DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS JUVENTUDES

Neste capítulo apresenta-se um breve contexto da proteção social brasileira em seu processo de conformação, principalmente a partir da seguridade social e como a assistência social se insere no campo das políticas públicas e sociais. Esse processo permite compreender os significativos avanços da política social não contributiva embora o segmento juvenil não tenha sido incluído enquanto um segmento social específico, permanecendo no escopo da população adulta em geral (de 18 a 59 anos). A compreensão desse contexto permite visualizar mais nitidamente a realidade social de intenções legais de proteção da juventude, mas que muitas vezes se constituem numa perspectiva excludente, dado seu caráter contraditório, que reforça a desproteção social.

Em *aqui pela estrada afora quando se vai bem sozinha* apresenta-se o estudo realizado, a partir da metodologia de análise textual discursiva (MORAES, 2003), e como as políticas públicas e sociais voltadas para as juventudes vêm se constituindo isoladas de projeções concretas para a sua materialização, reforçando um ciclo de leis que expõem ideias, mas não saem do campo formal. Sendo assim, as políticas de juventude acabam se isolando do campo da proteção social e o segmento juvenil isola-se do próprio arcabouço legal que deveria protegê-lo.

As lacunas entre as normatizações e as ações concretas de políticas públicas voltadas para as juventudes, especialmente após os 18 anos de idade, foram identificadas por meio do desenvolvimento da pesquisa documental. As legislações voltadas para as juventudes ou que a englobam genericamente revelam um cenário em que os direitos das juventudes, que já são escassos, o são ainda mais quando refinadas para o acolhimento institucional junto à proteção social. Nesse sentido, num primeiro momento busca-se explicitar o processo de construção das políticas sociais no Brasil, para compreender com mais nitidez a complexidade dos documentos colocados em análise e suas reflexões com a conjuntura atual, buscando realizar uma mediação para uma investigação mais adensada da pesquisa empírica no último item do presente capítulo, para sintetizar as compreensões que versam sobre o problema geral de pesquisa.

Por fim, no último item deste capítulo busca-se evidenciar algumas compreensões sobre acolhimento institucional e proteção social, equipes de trabalho

extremamente restritas, dada a falta de normatização específica para as instituições analisadas, resumindo-se a uma profissional na equipe técnica em cada uma das instituições entrevistadas. A pesquisa revela também elementos que se relacionam às trajetórias de vida desses jovens, em especial a sua experiência de acolhimento e como estas são impactadas pela existência de espaços institucionais, atravessados de contradições, num momento de extrema fragilidade social e rompimentos de vínculos com suas famílias.

4.1 “E ASSIM NASCE O TAL PRÍNCIPE ENCANTADO”: PROTEÇÃO SOCIAL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Este primeiro item do capítulo, busca trazer um breve panorama histórico a respeito da construção da proteção social no Brasil e seus desdobramentos até os dias de hoje. Para tratar de políticas públicas e sociais é necessário, portanto, adensar também as temáticas referentes à pobreza e sua relação com a proteção social. Para Yazbek a pobreza e a exclusão social são expressões da questão social que revelam “o precário sistema de proteção social público” brasileiro num contexto de crise estrutural do capital (2002, p. 33).

À medida que o Brasil concentra muita riqueza, ao analisar o outro extremo, onde está localizada a pobreza (YAZBEK, 2002), observa-se que haviam no Brasil, em 2018, “25,3% da população com rendimentos inferiores a [...] R\$ 420 mensais”, aproximadamente, “o que equivale a cerca de 44% do salário mínimo vigente” no mesmo ano (IBGE, 2019, p. 58). Essas desigualdades não podem ser supridas apenas através de políticas públicas e sociais, dado o contexto de limites existentes no modo de produção capitalista, todavia elas se inserem nesse contexto justamente pela sua potencialidade de realizar tensionamentos na ordem do capital. Sendo que o presente debate busca apresentar seu papel junto ao segmento juvenil.

É necessário compreender como as políticas públicas e sociais vêm realizando mediações no modo de produção capitalista, de modo a tensionar ou não o conflito entre capital e trabalho, considerando que tais políticas não são um fim em si mesmas e que seu caráter redistributivo possui limites em relação a uma concepção ampliada de proteção social. Sposati (2009, p. 24) afirma que existe uma “forte desigualdade social” entre os ricos que, “são poucos e muito ricos”, e os pobres que, “são muitos e têm sua pobreza medida em graus que os qualificam

como indigentes, miseráveis, remediados etc.". Yazbek aponta que a divisão entre as classes não as coloca *monoliticamente contrapostas*, estabelecendo as relações de poder existentes entre estas, uma vez que "a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista" (2002, p. 35).

Assim, retoma-se o exposto no capítulo três a respeito da função do exército industrial de reserva e como os setores da juventude vão se configurando dentro desses substratos, de acordo com seus recortes dentro da própria classe trabalhadora. Sobre o modo de integração entre as classes, Ianni (1963, p. 109) afirma que "criadas com o próprio sistema, as classes ajustam-se reciprocamente de conformidade com as condições socioculturais também engendradas com o capitalismo". Ou seja, o processo de desigualdades sociais é parte constituinte do modo de produção capitalista e, a pobreza, é uma estratégia de manutenção da dominação de classes. Sendo assim, a *violência da pobreza* não é apenas material, mas está atrelada a todo o complexo da vida social na sociabilidade capitalista, sendo que a pobreza é uma *categoria multidimensional*, porque além do não acesso a bens é "categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças" (YAZBEK, 2012, p. 290).

Para Ianni (1963) o processo de industrialização vai implicar numa configuração histórico-econômico-social bastante complexa, afinal, trata-se de um desenvolvimento produtivo ainda pouco explorado enquanto legado histórico, cuja análise ultrapassa um caráter meramente econômico. Essa leitura da realidade a partir da totalidade social manifesta-se fundamental para a compreensão dos fenômenos para além das lutas dos trabalhadores e, também, busca apreender os avanços políticos que se manifestarão logo em seguida e seu papel de apaziguamento das lutas que vinham sendo travadas no bojo do desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora brasileira, referindo-se aos processos de luta instaurados no período que compreende as décadas de 1930 e 1940. Nesse período, ocorre a materialização de ações solidárias e filantrópicas enquanto respostas às políticas de *estabilização da economia*, numa lógica restritiva estatal com perspectiva privatizadora.

Sendo assim, para a realidade brasileira a proteção social esteve por muito tempo, atrelada ao modelo de trabalho formal e, conseqüentemente, a uma parcela reduzida da população, considerando o contexto de maioria da população rural no

período de criação de alguns desses direitos, de modo que a partir da década de 1930 o país começa a passar por grandes transformações, “focando um possível desenvolvimento econômico a partir do incremento de sua produção por meio da ampliação e da diversificação de seu parque industrial” (BAPTISTA, 2012, p. 182).

Sabemos que de modo geral o padrão de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, assim como dos países latino-americanos, foi bem diverso daquele observado nos países europeus, pois as peculiaridades da sociedade brasileira, de sua formação histórica e de suas dificuldades em adiar permanentemente a modernidade democrática, pesaram forte nesse processo. Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado (YAZBEK, 2012, p. 294).

O modelo de Estado neoliberal se instaura nos países *capitalistas avançados* no final da década de 1970, adentrando no cenário brasileiro apenas na década de 1990, legitimando um discurso de tolerância e banalização social da pobreza (PANIAGO, 2012). É nesse cenário que se forja a proteção social brasileira, marcada pelos processos de mobilização social por um lado e manutenção da dominação de classes pelo outro²⁸, em um país com um histórico marcado por um longo período de escravização e de uma abolição precária, sem que tenha se concretizado na vida da população negra. Os movimentos de sindicalização da população vão fazer parte do reconhecimento do Estado a respeito da ampliação de direitos sociais, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, “esse novo tipo de relação, que contemplava os interesses das classes médias e dos trabalhadores sindicalizados, constituiu a base de uma grande aliança social que deu sustentação aos governos a partir da década de 1930 e persistiu até 1964” (BAPTISTA, 2012, p. 183).

Com o enfrentamento da população à ditadura militar e as fortes violações de direitos que o país passou, a partir da década de 1960, intensificam-se as lutas por direitos sociais e a defesa dos direitos humanos, tendo os sindicatos sido perseguidos, muitos líderes assassinados, com repressão aos direitos de liberdade de expressão e assim sucessivamente (BAPTISTA, 2012). Com a abertura democrática, no período de 1970 e 1980, os movimentos sociais passam a ganhar

²⁸ Sobre a função social do Estado, Paniago (2012, p. 74) afirma que “mesmo no período do liberalismo clássico ele jamais deixou de ocupar um papel vital na defesa dos interesses prioritários da expansão do capital, dosando sua presença de acordo com as demandas de lucratividade dos capitalistas”.

força e caracterizam-se por seu papel fundamental na expansão dos direitos humanos e sociais.

A conformação da Constituição Federal de 1988 propõe e materializa uma série de direitos sociais ao longo da década de 1990, com base nas demandas apresentadas pela população. Desta forma, é necessário pensar a proteção social dentro dessa concretude para todo o segmento populacional, mas também considerando as especificidades de alguns grupos sociais. Nesse sentido, avançou-se no que diz respeito a implementação de um sistema de garantias de direitos para as infâncias e adolescências, garantia de proteção social de pessoas idosas e com deficiência, permanecendo em aberto um sistema de garantias de direitos para as juventudes.

Essa formação constitucional estava relacionada ao direito a ter direitos e ao direito do exercício de uma cidadania participativa, conforme explicita Baptista (2012, p. 185):

Define, por meio de normas constitucionais programáticas, fins e programas de ação futura para a melhoria das condições sociais e econômicas da população. A intensa participação popular no decorrer de sua construção criou condições para que o Brasil tivesse uma Constituição democrática e comprometida com a supremacia do direito e a promoção da justiça. A partir dela o Estado brasileiro passou a ter o dever jurídico-constitucional de realizar a justiça social.

A demanda por justiça social inspira o debate e a luta pelos direitos das juventudes à medida que esta é marcada por pautas sociais específicas e vai se conformando numa categoria social que se transforma junto com a sociedade em que se insere. Nesse ínterim, Rizzini (2011) faz um estudo extremamente relevante ao resgatar as legislações brasileiras buscando compreender como o contexto legal e político foi se formatando para a não manutenção de direitos, mas, por outro lado, também como um legado histórico importante para a criação de direitos de proteção social.

Nessa perspectiva, a proteção social é:

um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a *seguridade social* (ou *segurança social*), o *asseguramento* ou *garantias* à seguridade e *políticas sociais*. A primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais

constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. (PEREIRA, 2008, p. 16).

Ou seja, significa que “a proteção social não é sinônimo de tutela nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como a política social – parte integrante do amplo conceito de proteção – poderá também ser denominada de política de proteção social” (PEREIRA, 2008, p. 16). Para Paiva e Hillesheim (2016, p. 243) a proteção social foi deslocada da ideia construída de direito de cidadania “para uma perspectiva de acesso ao excedente econômico produzido pelos próprios trabalhadores pela lógica do desenvolvimento do trabalho – mal pago, informal e precário – como condição para aquele acesso”. Sendo assim, esse conceito amplo referido por Pereira, que trata da proteção social enquanto um *asseguramento* para a população sem se tratar, necessariamente, de uma perspectiva tuteladora, é atravessado por essa perspectiva de um acesso restritivo, considerado apenas pelo contexto econômico, onde, muitas vezes existe uma série de critérios que vão buscar definir quem é o sujeito mais necessitado dentre os necessitados.

Sposati (2009, p. 28) afirma que “a aproximação entre capitalismo e risco é genética”, ao tratar de risco social. A autora expressa também que “a noção de riscos tem um conteúdo substantivo [o que é risco], um adjetivo [gradação do risco] e outro temporal [consequências]” (2009, p. 29). Sendo assim, a proteção social se materializa enquanto *prevenção*, supondo a *redução de fragilidades aos riscos*. Assim, as redes de solidariedade e ações religiosas se materializavam na órbita da *sobrevivência* e, por outro lado, o campo da proteção social, atrelado ao trabalho formal, evidencia que a combinação de *assistência à pobreza* e *repressão* é resultado da modernização conservadora, dentro do processo de expansão do capitalismo monopolista (YAZBEK, 2012).

Pereira (2009, p. 166) afirma que, ao considerar a perspectiva de proteção social:

Trata-se daquela que apreende essa política como produto da relação dialeticamente contraditória entre *estrutura* e *história* e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre *capital x trabalho*, *Estado x sociedade* e princípios da *liberdade* e da *igualdade* que regem os direitos de cidadania. Sendo assim, a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas).

Para a autora, tais elementos evidenciam o porquê de a política social não ser exclusividade de uma única classe ou apresentar um aspecto linear, reforçando seu caráter *dialeticamente contraditório*, permitindo “à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor” (PEREIRA, 2009, p. 166). Nesse cenário complexo, a Assistência Social se revela uma política pública e social extremamente importante, *afiançadora de direitos*, sendo destinada a quem dela precisar e marcando esse novo contexto histórico-social brasileiro a partir da Constituição Cidadã (SPOSATI, 2009). Assim,

constata-se, que a política social – que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência – configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (BEHRING, 2006, p. 24).

Yazbek (2012, p. 304) afirma o lugar estratégico da política de Assistência Social não contributiva, “voltada para o enfrentamento da pobreza e para à construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista” presentes na história das políticas sociais brasileiras. Para a autora, a pobreza é fruto da sociedade capitalista, sendo que as políticas sociais estabelecem *profundos paradoxos*, à medida que as políticas públicas e sociais se conformam enquanto tensionamento em relação ao Estado às suas garantias constitucionais e, também, viabilizam os ajustes à ordem capitalista internacional. Evidencia-se, então, um ponto de tensionamento na luta de classes e seus importantes reflexos para a classe trabalhadora (BEHRING, 2006).

A ideia de (des)proteção social atrela-se a esse movimento de proteção que desprotege, a partir de uma lógica de políticas públicas e sociais que vão se forjando individualistas de modo que perdem o seu caráter coletivo de conquista e acesso a direitos, influenciando num cenário de culpabilização dos usuários desses serviços. Ou seja, é preciso atenção para não correr o risco de acabar restringindo o conceito de proteção social “aos serviços socioassistenciais. Neste caso, o conceito de proteção social passa a ser confundido com a Assistência Social e perde sua

potencialidade de se constituir em amplo conjunto de direitos sociais” (CFESS, 2011, p. 9).

Boschetti (2018, p. 20-21) afirma que a Assistência Social pode ser:

espaço de mediação para o acesso aos bens e serviços públicos, com o objetivo de fortalecer as lutas políticas organizadas de resistência à barbárie capitalista e como espaço de mobilização para defender a emancipação política. Para tanto, é preciso reconhecer suas potencialidades reais, mas também seu aprisionamento e funcionalidade às perspectivas conservadoras e neoliberais.

Nesse sentido, a compreensão de processos sociais de desigualdades e resistências dentro do campo das políticas sociais é fundamental. Ao propor a análise sobre como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional, no que se refere às violações de direitos e resistências vivenciadas, entende-se como fundamental a compreensão dessa construção sócio-histórica da juventude enquanto categoria social, ainda que esse conceito tenha desdobramentos distintos ao longo do período histórico. Ademais, esse movimento passado-presente possibilita uma análise mais precisa para a compreensão da (des)proteção social das juventudes hoje.

Santos traz ainda a complexificação desses processos a partir da compreensão das expressões da questão social enquanto uma raiz em comum e suas reificações na sociabilidade capitalista:

São cada vez mais diversificadas as refrações da “questão social” e suas complexas relações na medida em que se universalizam aspectos de barbarização da vida social em função da crise na qual o capital está imerso nas últimas décadas (cf. Cap. 5). Por outro lado, são cada vez mais frágeis as bases universais das políticas sociais brasileiras em face dessa massificação da “questão social” (2012, p. 247).

Sendo assim, é necessária uma leitura crítica desses fenômenos e um adensamento teórico cada vez mais consistente para defesa dos direitos conquistados e ampliação dessa proteção social que não se manifesta apenas enquanto ações pontuais, mas do reconhecimento dos sujeitos enquanto um todo inacabado e em movimento. “A desmercadorização é constitutiva da natureza da política social pública estatal” (SPOSATI, 2018, p. 2316), ou seja, esse processo de *desmercadorização* implica diretamente numa política social coletiva de proteção e não individualizadora, assumindo um viés de não culpabilização dos sujeitos que

a acessam, mas efetivamente de proteção. Para Boschetti, “um sistema de proteção social não é somente a justaposição de programas e políticas sociais, e tampouco se restringe a uma política social, o que significa dizer que a existência de políticas sociais em si não constitui um sistema de proteção social” (2018, p. 26).

É nesse sentido que se busca apresentar a análise documental da pesquisa, evidenciando o processo de conformação de direitos sociais que envolvem as juventudes. Uma vez que foi possível perceber o longo caminho traçado pela proteção social na história brasileira, demarcando que a implementação de políticas públicas e sociais no campo formal não garantem direitos, apesar de se constituírem fundamentais nesse processo de materialização. Outro longo caminho revela-se a respeito da conformação de um, então chamado, sistema de garantias de direitos. Sendo assim, apresenta-se a síntese que segue a qual relaciona o modo como se constituiu o processo de análise documental, iniciando pela inclusão do segmento juvenil no texto constitucional a partir da EC nº 65/2010. Assim, o plano amostral se divide nos seguintes eixos: constitucional; legislações que tratam dos direitos das juventudes; direitos de crianças e adolescentes; assistência social; e população em situação de rua.

Quadro 4

PLANO AMOSTRAL – PESQUISA DOCUMENTAL

EIXO	LEI OU NORMATIVA
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Juventude	Emenda Constitucional Nº 65 - de 13 de julho de 2010
	Estatuto da Juventude - EJUVE - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013
	Plano Nacional de Juventude – PNJ 2018
	Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE - Decreto nº 9.306 de 15 de março de 2018
	Decreto Nº 9.025, de 5 de abril de 2017 - COIJUV
Criança e Adolescente	Estatuto Da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990
	Lei da Adoção - Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017
	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006)

(continuação)

EIXO	LEI OU NORMATIVA
Criança e Adolescente	Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)
Assistência Social	Lei Orgânica de Assistência Social – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
	Política Nacional de Assistência Social – PNAS - 2004
	Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS - 2012
	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH - 2006
PopRua	Política Nacional para a População em Situação de Rua - Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009
	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019
	Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop (2011)
	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - 2014

Fonte: Sistematizado pela autora.

Conforme definido no escopo do projeto de pesquisa, foi realizado um mapeamento a respeito das legislações, normas e programas que abarcassem de alguma maneira o segmento juvenil, para além da questão etária, mas articulando a proteção social e o acolhimento institucional. Sendo assim, no próximo item adentra-se em cada eixo de direitos, de acordo com o exposto no quadro acima, para compreender os caminhos e descaminhos da proteção social das juventudes na realidade brasileira.

4.2 O FANTÁSTICO REINO DAS MAGIAS INACABADAS: AS JUVENTUDES NA CENA DOS DIREITOS SOCIAIS

O EJUVE é datado recentemente na história social brasileira (2013) ainda que se revele em uma luta histórica desde a década de 1990, mas tendo o ano de 1985 como um marco importante desse processo, instituído pela ONU como o Ano Internacional da Juventude. Essa construção social tratada por Esteves e

Abramovay (2007) se manifesta também nesse processo legal, considerando que a construção do processo legislativo emerge das lutas sociais cotidianas.

Através da Emenda Constitucional nº 65 (sua proposta ficou conhecida como PEC da Juventude) o termo *jovem* foi inserido na Constituição Federal em 2010, influenciando então na criação do Estatuto da Juventude (SCHERER, 2015). A aprovação do EJUVE é marcada por contradições desde a sua origem, uma vez que foi aprovado depois da Política Nacional de Juventude, que data de 2004 e foi implementada em 2005, processo contrário das demais políticas sociais brasileiras. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) também datam de 2005.

O título deste item faz referência à perspectiva de que, muitas vezes, compreende-se o aparato normativo como uma *magia*, algo tão *fantástico* que, pela sua simples existência, já resolverá todos os *problemas* que afetam as juventudes. É preciso compreender que, embora necessárias em um sistema de garantia de direitos, as normatizações, por si só não garantem a materialização desses direitos.

Essas legislações necessitam de ações concretas, que mediatizem esses direitos sociais, a exemplo da necessidade de um fundo público de financiamento para as políticas de juventude, ou seja, cria-se *magicamente* o Estatuto da Juventude, mas se trata de algo inacabado porque não garante esses acessos, sem prever sequer orçamento para o desenvolvimento mínimo e manutenção das suas pautas. O campo dos direitos sociais é fundamental, mas é importante resgatar que na sociabilidade capitalista, a realidade das políticas públicas e sociais se revela limitada e contraditória, conforme exposto no item anterior.

O cenário de direitos das juventudes se materializa enquanto um terreno fértil de muitas promessas e estas se mostram muito frágeis, a começar pela intenção da Política Nacional de Juventude, que se propõe a dar conta de todo o segmento juvenil, mas que, 14 anos depois, apenas atualiza o que se comprometeu a realizar em 10 anos. Assim, as legislações apresentam intenções, mas estas não podem se efetivar sem propostas para a sua concreta materialização. Concretude, é nesse sentido, que se apresenta o capítulo enquanto *o fantástico reino das magias inacabadas*, uma vez que se manifestam uma série de direitos sociais na direção de processos sociais emancipatórios (compreensão de emancipação política em

Marx²⁹), mas estes, muitas vezes, não passam de *poções mágicas* que acabam não adentrando nas demandas sociais efetivamente.

Ao tratar da constituição de um Sistema de Garantia de Direitos, Baptista trabalha com cinco eixos garantidores de direitos, sendo o último o da disseminação do direito “que objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania e, especificamente, discutir, contextualizar, em uma perspectiva crítica, a garantia desses direitos (BAPTISTA, 2012). Assim, evidencia-se o atraso das legislações para a juventude no processo de elaboração e constituição de um sistema de garantias de direitos, uma vez que seu desenvolvimento ocorreu de forma morosa, com diversas dificuldades nas elaborações legislativas, de modo que apenas o campo legal expressa algum avanço, deixando em aberto a materialidade dos direitos das juventudes no que se refere à proteção social.

No que diz respeito às aproximações junto a Constituição Federal, observa-se que ela possui, essencialmente, três manifestações a respeito do tema das juventudes, seja na inclusão ou mesmo ausência de direitos. Dentre elas, em seu artigo 24 (BRASIL, 1988) equivale adolescência e juventude, ao afirmar que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VX: proteção à infância e juventude”.

Essa equiparação traz prejuízos a ambos os segmentos (além dos que serão trabalhados especificamente sobre as juventudes) uma vez que posteriormente o próprio texto constitucional vai realizar a devida distinção. Resgatando o que já foi debatido, existe uma diferença entre adolescência e juventude que não é apenas etária, mas que também revela condições biológicas e caráter social, sobre como cada segmento vai ser tratado culturalmente etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

Silva e Andrade afirmam que a alta incidência de crianças e adolescentes em situação de rua na década de 1980 e a consequente aprovação do ECA em 1990, “resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais”, foram um “marco importante para a questão juvenil”, ainda que este tenha se limitado até os 18 anos (2009, p. 48). Isso não só manteve o termo *juventude* associado à *adolescência*, como também implicou que “os jovens maiores de 18

²⁹ “A *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática” (MARX, 2010, p. 41).

anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo ECA”, embora isso não tenha significado a não mobilização de segmentos juvenis e movimentos sociais em razão desses direitos (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 48).

Novaes (2007, p. 253) completa a referência trazida acima ao afirmar que:

De fato, a partir dos anos 80, em vários países do mundo proliferaram iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para a inclusão econômica, societária e cultural de segmentos juvenis.

No Brasil, o debate ganhou força nos anos 90. Nessa época, pesquisadores, organismos internacionais, movimentos sociais, gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar aspectos singulares da experiência social dessa geração, identificando suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades.

Ou seja, da gama das lutas e movimentos sociais, do princípio de formalização em direitos, o segmento juvenil é, de fato, incluso como sujeito de direitos com demandas específicas apenas a partir da EC 65/2010, que altera o artigo 227 da Constituição Federal (CF):

CF, Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Trata-se de um passo fundamental no processo de construção dos direitos das juventudes, mas existe uma ressalva não menos importante a ser considerada, se lá no artigo 24 a Constituição equipara adolescente e jovem, aqui ela separa o direito à saúde da assistência. No § 1º do artigo 227 lê-se “o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais [...]” (BRASIL, 1988), questiona-se aqui a distinção promovida pelo legislador que formulou tal redação, destacando o segmento juvenil num direito considerado universal, mas não o incluindo no artigo 223 que trata da Assistência Social (ou seja, e a quem dela necessitar).

Não se trata de desconsiderar o direito à saúde e sua importância, é preciso defendê-lo mais do que nunca, num contexto de retrocessos no qual todas as políticas sociais vêm sendo severamente atacadas. Depois do processo de

mobilização social pela conquista dos direitos formais das juventudes, o eixo articulador para ser debatido nesse trabalho é justamente a materialização da proteção social, a partir da política de Assistência Social, sendo esta uma proteção para quem dela precisar, havendo especial destaque para a juventude que é demandada enquanto agente de mudança social, encontra-se no ápice da demanda social (sem moradia, com fome, sem transporte), mas permaneceu ausente desse debate. Quando questionado sobre as principais dificuldades no seu cotidiano, um dos jovens entrevistados, Charlie Brown responde: “transporte e comida poderia ter uma facilidade pra quem tá numa instituição”.

Ou seja, observa-se a gama de contradições apresentadas a respeito do tensionamento provocado pelas políticas sociais nessa fala, evidenciando o que Yazbek (2002) trata da pobreza dividida em graus, marcando a *violência da pobreza*. Do ponto de vista da inclusão da Assistência Social na Seguridade Social, Sposati afirma que foi uma *decisão plenamente inovadora*, significando a “ampliação dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação”, considerando que esta tarefa *permanece em construção* (2009, p. 14). Em que pese:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Quando se trata do direito a assistência social, observa-se a ausência do segmento juvenil, deixando uma lacuna que vai impactar diretamente nos desdobramentos da Política Nacional de Assistência Social, lembrando que são setores da juventude os mais afetados pela pobreza. Entende-se, nesse caso, que o inciso primeiro do artigo deveria ter incluído o segmento juvenil, ainda mais se considerado o texto da EC 65/2010, que, apesar de alterar o artigo 227

expressamente, afirma tratar-se amplamente de “cuidar dos interesses da juventude” (BRASIL, 2010). Diante dos dados apresentados no capítulo três, observa-se como materialização justamente a ausência de um direito considerado fundamental para o reconhecimento do segmento juvenil enquanto sujeitos de direitos além da garantia de autonomia e sobrevivência dentro dessa faixa etária.

Outro momento em que a constituição se ausenta de incluir a juventude refere-se ao fato da consequente exclusão desse segmento do artigo 204 da CF (inserido na seção IV que trata da Assistência Social), que se refere ao orçamento da Política de Assistência Social. As contradições revelam equívocos fundamentais, pois a EC nº 65/2010 incluiu a juventude no artigo 227, e nesse artigo constitucional, no § 7º está escrito que “no atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204” (BRASIL, 1988). Ou seja, no artigo 203 o ente legislativo, se eximiu de considerar a juventude enquanto sujeitos que dela necessitassem e, conseqüentemente, no artigo 204, evidenciou-se que o processo de formulação de direitos não é linear ou estanque, de modo que se entende que a EC nº 65/2010 não foi cumprida na sua totalidade. Porque mesmo que permanecesse referindo-se apenas ao artigo 227 (sem incluir os artigos 24, 203 e 204), pela sua redação geraria um efeito cascata nos dois últimos, alterando o artigo 204 que implicaria na consequente alteração do artigo 203 (BRASIL, 1988; 2010). Ademais:

Sob a concepção hegemônica, principalmente pela visão conversadora, liberal e neossocial-liberal, a assistência social é transversal, porque está dedicada a possibilitar acessos materiais que não estão disponíveis no mercado aos convencidamente pobres, com explícita demonstração de sua precariedade. Confrontar essa maneira de ver, significa adotar a concepção de que a assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social e é, portanto, o campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos (SPOSATI, 2009, p. 14-5).

Nesse sentido, essa materialização de uma exclusão do segmento juvenil, no texto constitucional que envolve justamente um cunho político e orçamentário revela o atual contexto de descaracterização do segmento juvenil na égide dos direitos à proteção social, senão àquela que está atrelada à sua possibilidade e inserção no mundo do trabalho. Ainda a respeito do texto constitucional, o Art. 227 da CF traz, no § 8º, a forma de regulamentação sobre os direitos das juventudes: “I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; II - o plano

nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas” (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Juventude de 2013 “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (BRASIL, 2013). Em seu artigo terceiro, a legislação apresenta uma série de diretrizes, buscando *desenvolver a intersetorialidade; incentivando a participação juvenil; ampliando as alternativas de inserção social do jovem; priorizando atenção aos seguintes direitos: saúde, educação, político, econômico, social, cultural e ambiental; garantia de acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre*³⁰; *traz o território como espaço de integração e; trata da gestão da informação e produção de conhecimento sobre juventude*, dentre outras diretrizes.

Os documentos que versam sobre o tema das juventudes apontam para a necessidade da ampliação dos direitos desse segmento social, o PNJ, inclusive, afirma que irá cobrir a totalidade da juventude nacional a partir dos 11 eixos de direitos previstos no EJUVE e propostos como objetivos e metas no plano. Segundo o documento do PNJ: “todas as ações estão pautadas para o decênio e espera-se que os resultados deste PNJ sejam refletidos em toda a sociedade brasileira por meio da prestação dos serviços públicos de qualidade, que venham atender a toda a coletividade, e em especial a juventude brasileira (BRASIL, 2018b, p. 101).

Considera-se aqui, no campo formal, o PNJ um dos principais documentos, uma vez que aponta para a materialização dos direitos das juventudes. O primeiro Plano é de 2004, sendo construído a partir dos movimentos sociais que reivindicavam o segmento juvenil como sujeitos de direitos. Sobre este, existem diversos artigos e publicações (inclusive, várias delas organizadas por instituições atreladas ao poder público, a exemplo do IPEA), problematizando a sua existência, potencialidades, fragilidades e processos históricos, reivindicando seu avanço. É importante considerar que a construção das bases legais para as juventudes se deu por meio das lutas dos movimentos sociais, bem como, pela incidência política nas esferas de controle social. O EJUVE foi criado após terem acontecido duas das três conferências de juventude, de modo que acabou incorporando as pautas das

³⁰ Recentemente, ocorreu em Paraisópolis, na cidade de São Paulo, a morte de 9 jovens que *curtiam* um baile *funk* na comunidade, onde, após alguns disparos da polícia se desencadeou uma correria e, segundo a polícia a e os jovens morreram pisoteada/os. Moradores da comunidade realizaram um protesto no dia seguinte às mortes e apresentaram discordâncias da versão da polícia (SILVA, 2019).

juventudes, apresentadas nesses espaços, já na formulação do seu texto. Até o ano de 2019 ocorreram três Conferências Nacionais de Juventude (ConfJuv), em 2008, 2011 e 2015. Para Scherer (2017, p. 126):

[...] as demandas das juventudes nas conferências nacionais estão relacionadas à ampliação de um sistema de proteção social que, de um lado, possam fortalecer políticas específicas, e por outro tenham a possibilidade de compreender a heterogeneidade presente nesse segmento. Esta questão se evidencia ao compreender as requisições específicas para as juventudes como políticas para: jovens negros; jovens mulheres; jovens no campo; jovens LGBTs, entre outros; bem como quando se sugere a criação de um Sistema Nacional de Juventude, que possa abarcar as demandas do segmento juvenil.

No caso da ConfJuv de 2015, estava nas principais pautas da juventude o não extermínio da juventude negra e a demanda por reforma agrária. Esses elementos evidenciam o processo de politização e interesse social do segmento juvenil, confrontando discursos da inadaptação da juventude em relação à ordem social previamente estabelecida. Pelo contrário, evidencia-se a sua demanda para além do processo de inserção no trabalho e consequente adaptação a presente sociabilidade estabelecida.

O documento que trata do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) foi encontrado no *site* que se refere ao próprio sistema, ao ser realizada a busca pelo PNJ atual (se realizada a busca genérica pela plataforma *Google* os resultados encontrados referem-se ao PNJ de 2004), sendo que o documento do SINAJUVE era desconhecido pela pesquisadora até então, influenciando inclusive no fato de não ter sido analisado no presente trabalho. Segundo o Decreto nº 9.306/2018 que institui o SINAJUVE:

Art. 5º São objetivos do Sinajuve:

- I - promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações destinadas à população jovem;
- II - estimular o intercâmbio de boas práticas, de programas e de ações que promovam os direitos dos jovens previstos no Estatuto da Juventude;
- III - integrar as políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos anual e plurianual;
- IV - ampliar a produção de conhecimento sobre a juventude;
- V - incentivar a cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para a observância do Estatuto da Juventude;
- e
- VI - estimular e articular a elaboração e a implementação dos planos de juventude dos entes federativos (BRASIL, 2018a).

Destaca-se aqui a reafirmação a respeito da proposta de ampliação da *produção de conhecimento sobre a juventude* num cenário de desmonte da pesquisa no país, incertezas a respeito do futuro da CAPES e CNPq, além do contingenciamento de gastos a partir EC 95 (BRASIL, 2016). Essa demanda legal está presente no art. 3º, inciso VIII do EJUVE: “estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude” (BRASIL, 2013), sendo que o processo de gestão e acesso à informação também já foi tencionado ao longo dessa pesquisa.

O SINAJUVE intenta se consolidar como um sistema de garantia de direitos, mas existe ausência prática nos documentos de ações voltadas para as juventudes, fala-se muito de intenções. No caso da soma dos documentos, reconhecer jovens entre 15 a 29 anos não significa muito, quando são os documentos voltados para a infância e adolescência que acabam trazendo algum conteúdo mais efetivo, como uma preocupação de futuro com o público que ampara no presente e com a faixa etária bastante restrita, de modo geral limitando-se aos 21 anos.

Afirma-se a dificuldade de acesso a alguns documentos que tratam dos direitos e dados de realidade referentes ao segmento juvenil, com destaque para o Plano Nacional de Juventude, dado que todas as buscas levam ao primeiro documento (de 2004), sendo o que consta ainda no site da câmara dos deputados, por exemplo, o documento passou a constar a partir de 2018, sem divulgação expressiva. Já em 2019³¹, durante as pesquisas a respeito dos documentos das conferências de juventude (os quais não foram encontrados em suas fontes originais, apenas na literatura), encontrou-se uma proposta de conferência que demonstra não dialogar em nada com o principal segmento social interessado. Além de movimentos sociais e outras formas de organização que pautam os direitos das

³¹ Houve a previsão de uma Conferência Nacional para esse ano, com o tema o tema “Novas Perspectivas para a Juventude”, segundo o art. 2º do Decreto Nº 9.974, de 16 de agosto de 2019 que “Convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude” (BRASIL, 2019b). A conferência foi convocada em meados de agosto para ser realizada em dezembro do mesmo ano, considerando que a etapa final foi prevista para esse mês, na prática elegeu-se um prazo de três meses para a realização das conferências livres, municipais e estaduais. Todavia, o Decreto nº 10.127, de 25 de novembro de 2019 (Altera o Decreto nº 9.974, de 16 de agosto de 2019, que convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude) alterou a previsão de realização das etapas obrigatórias, passando a ter como novo prazo de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, um processo que se revela absolutamente verticalizado (BRASIL, 2019c). Observa-se que o prazo extremamente curto revela o atraso de convocação, em relação a previsão expressa no EJUVE que estabelece que compete à União, Estados e Municípios convocarem as conferências no prazo máximo de quatro anos, conforme artigos 41, inciso V; 42, inciso IV e; 43, inciso IV, respectivamente (BRASIL, 2013).

juventudes, evidenciando um processo hierarquizado que não dialoga com os sujeitos diretamente interessados.

O PNJ de 2018 traz o processo histórico desde a primeira proposta em 2004 e até apresenta um quadro comparativo, mas apenas atualiza o plano antigo que não se materializou, mesmo com relatório de votação de mais de seiscentas páginas da época, ademais, valida-se para mais dez anos, isso depois de transcorridos 14 anos da aprovação do primeiro (renova-se até 2028, mas devido a composição do seu texto, é difícil afirmar se está aprovado ou se constitui como mera proposta ainda, ao mesmo tempo que busca se revalidar a partir no plano de 2004). Para o PNJ:

O Brasil tem hoje a maior população de jovens de sua história: são 51 milhões de brasileiros na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nossa juventude é plural e diversa e, ao mesmo tempo, sofre os impactos das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes no país. Diante desse cenário, a **UNESCO no Brasil acredita que os jovens são responsáveis por transformar o seu futuro e contribuir para a solução de desafios importantes**, como a erradicação da pobreza e o combate à violência, por meio da promoção de uma cultura de paz (BRASIL, 2018b, p. 13. Grifo nosso).

Todavia, ao resgatar o documento de 2004, observou-se que ele não trazia um número de lei, quando era encontrado, não existia uma menção formal deste nas referências dos textos que tratavam do documento. Quando o plano foi encontrado, estava em uma aba específica no site do SINAJUVE (e não nos sites de juventude do antigo MDS, do atual MFDH ou mesmo do CONJUVE, todos sites que se encontravam no ar durante a realização da pesquisa), o PNJ encontrado é datado então de 2018. Trata-se de uma revisão do anterior, considerando que o plano deveria ser atualizado a cada dez anos, conforme o EJUVE, mas eliminando todo processo anterior, sem realizar balanços do antecessor, da sua não efetividade, como alguém que imprime novamente um texto, porém em novo *layout*³².

Nesse sentido, é interessante observar que o EJUVE apresenta apenas um artigo que trata de orçamento, sendo o art. 24, em que “o poder público destinará, no âmbito dos respectivos orçamentos, recursos financeiros para o fomento dos projetos culturais destinados aos jovens e por eles produzidos” (BRASIL, 2013).

³² Em dezembro de 2019, os links dos dois PNJs estavam ativos, podendo ser encontrados nas referências (BRASIL, 2004; Brasil, 2018b). Todavia, como o atual PNJ (2018) estava no local onde atualmente se encontra o documento do SINAJUVE, para ter acesso ao documento, é necessário ter o link salvo, *a priori*.

Apresenta-se um texto bastante limitado no que se refere ao complexo de direitos a serem amparados e materializados, sendo que o orçamento é parte fundamental das responsabilidades da União, estados e municípios. Nesse sentido, destaca-se que:

cabe a cada ente federativo consolidar um novo formato de relação com as necessidades de proteção social da população e, nela, das famílias. O modelo de proteção social não contributiva não é o continuísmo de velhas práticas assistencialistas ou de modos de gestão tecnocrática. A CF/88, em seu artigo 204, explicita a clara opção pelo formato democrático de gestão, o que é detalhado pela Loas (SPOSATI, 2009, p. 20).

Observa-se novamente o contexto de debate em torno da Política de Assistência Social, demarcando suas contradições, onde jovens acessam a política como sujeitos adultos, sem considerar suas demandas específicas e particularidades, como, por exemplo, em políticas de acesso à moradia ou à terra, onde existem algumas condicionalidades, além de prioridades por segmentos sociais, nos quais o segmento juvenil não se enquadra, mas ainda assim, sem desconsiderar a relevância política e social da LOAS. Revelando-se um cenário de *magias inacabadas* que se conformam na desproteção social das juventudes.

No que diz respeito ao SINAJUVE, seu art. 14 institui o SIMA (Subsistema de Informação, Monitoramento e Avaliação) “com a finalidade de gerir a informação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2018a), tratando ainda do desenvolvimento de indicadores de monitoramento e avaliação. O Decreto nº 9.025/2017 institui o COIJUV (Comitê Interministerial da Política de Juventude) que se aproxima da proposta do SIMA, segundo suas competências estabelecidas no art. 2, referindo-se ainda no seu inciso II a proposição e regulamentação do Fundo Nacional de Juventude. Apenas aqui aparece uma menção, não seria possível considerar proposta, a respeito de financiamento, além do roteiro tradicional: União, estados, Distrito Federal e municípios, guardadas suas competências e atribuições específicas (BRASIL, 2017).

Na busca pelo PNJ, foram encontrados ainda o “Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, em formato de cartilha e o Decreto Nº 8.736, de 3 de maio de 2016 que instituiu o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (MMA, [201-]; BRASIL, 2016). Esses documentos foram descartados no processo de seleção do material a ser analisado, mas a sua menção refere-se ao fato de que se

mostra possível uma série de elaborações sobre direitos, mas reitera-se que a sua efetiva materialidade vem na contramão dessa variedade de planos.

Considerando o contexto de desenvolvimento da presente pesquisa, que envolve não apenas a pesquisadora, mas outros sujeitos que trabalham essa temática, dado o caráter coletivo de construção de determinado estudo, reflete-se a respeito da máxima dificuldade encontrada não apenas na busca de documentos (o âmbito municipal dispensa comentários, não apareceram documentos nem pelas falas das profissionais que trabalham diretamente com essas políticas e esse segmento social – ainda que a compreensão a esse respeito venha a ser questionada no próximo item de debate), mas também pelo acesso aos dados desse segmento social, a dificuldade em contatar diretamente com as e os jovens – havendo um filtro institucional significativo, que entende-se estar além das profissionais entrevistadas. Apresenta-se também todo o processo de legislações e normas que têm *aparecido* e sequer se tornam notícia, minimamente entre quem se interessa pela temática. Nesse caso, direito ao protagonismo da própria juventude aparenta-se cada vez mais distante no complexo debatido!

Trata-se dessa dificuldade extrema porque ainda são as crianças e adolescentes que, através dos seus direitos, abrem caminhos para uma profundidade um pouco maior. No que se refere aos documentos analisados que se referem à infância e adolescência observa-se uma trajetória sócio-histórica significativa, já abordada no segundo capítulo. São eles: ECA -1990, Lei Adoção - 2017, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - 2006, Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes – 2009. As leis se apresentam como base para alguns entendimentos dos documentos que versam sobre a materialização de direitos, compreendendo em alguns momentos uma parte do segmento juvenil. O PLCFC menciona sobre a necessidade de existência de repúblicas para o público que sai do acolhimento institucional destinado a crianças e adolescentes e as orientações técnicas abordam a descrição e funcionamento desse modelo, que trata do objeto central dessa dissertação, a proteção social pela via do acolhimento institucional.

No que refere às e aos jovens pós 18 anos, existem dois documentos que tratam da república, sendo as *Orientações Técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes* e o da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, ao passo que o documento que trata das *Orientações Técnicas: Centro de*

Referência Especializado para População em Situação de Rua acaba se referindo apenas aos Centros Pop, deixando a especificação, no que se refere aos documentos consultados, a respeito dos serviços de albergue em aberto, tendo em vista o detalhamento existente para outros serviços.

No caso da descrição da república prevista nas Orientações Técnicas (2009) chama a atenção para o fato da previsão de composição da equipe, sendo composta por um/a coordenador/a (1 profissional para até quatro unidades) e a equipe técnica com 2 profissionais para atendimento de até 24 jovens, não mencionado qual especialidade (a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* através da NOB-RH/SUAS delimita um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a), de modo que também não menciona funções de *educador/cuidador residente e/ou auxiliar de educador/cuidador residente* como para as Casas Lares. Mesmo em se tratando de um auto-gerenciamento, observa-se que o processo de construção de autonomia não é estanque, não basta apenas transferir as e os jovens de uma casa com todo um aparato operacional-organizativo, técnico, gestor e financiado, para um espaço sem a provisão mínima.

Afinal, trata-se de sujeitos que *ainda não conquistaram a autonomia*. Outro fator que chama a atenção é para a dubiedade de interpretação para o fato da divisão entre masculina e feminina, dando a entender que devem ser unidades de acolhimento separadas, o que poderia ser considerado um retrocesso se comparado a realidade prevista para as Casas Lares, de composição mista. Sendo assim, apresenta-se o quadro abaixo contendo os distintos conceitos de *República*, sendo três deles no mesmo site do governo federal (no site do MDS, onde se buscam informações a respeito dos Serviços de Acolhimento existem seis abas, conforme a modalidade pesquisada, sendo elas: Crianças e Adolescentes; Adultos e Famílias; Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência; Mulheres em situação de violência e; Situação de calamidades e emergência):

Quadro 5

Sistematização de conceitos sobre República:

Segundo o MDS, na aba sobre *Adultos e Famílias*:

República: Obrigatoriamente voltado para egressos dos serviços de acolhimento. Atende a indivíduos que estão em processo de saída das ruas. Acolhem no máximo 10 (dez) indivíduos, divididos em unidades masculinas e femininas. O serviço objetiva a gradual autonomia de seus

(continuação)

<p>residentes incentivando sua independência ao funcionar num sistema que permite que seus moradores tomem as decisões com relação ao funcionamento da unidade de maneira conjunta (SERVIÇO, 2015c).</p>
<p>Segundo o MDS, na aba para pessoas Idosas:</p> <p>República: Destinada a pessoas idosas que tenham condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda. O serviço objetiva a autonomia de seus residentes incentivando sua independência ao funcionar num sistema que permite que seus moradores tomem as decisões com relação ao funcionamento da unidade de maneira conjunta (SERVIÇO, 2015a).</p>
<p>Segundo o MDS, na aba <i>Crianças e Adolescentes</i>:</p> <p>Acolhimento em República para Jovens egressos de outros Serviços de Acolhimento: Serviço de acolhimento indicado prioritariamente a jovens que passaram anteriormente por serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que oferece apoio e moradia a jovens de 18 a 21 anos. Cada unidade tem até 6 pessoas. O serviço tem como objetivo a gradual autonomia de seus residentes, incentivando sua independência ao funcionar num sistema que permite que seus moradores tomem as decisões com relação ao funcionamento da unidade de maneira conjunta (SERVIÇOS, 2015b).</p>
<p>Segundo a FASC – Porto Alegre/RS:</p> <p>Serviço de Acolhimento em República: Oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a cidadãos entre 18 e 59 anos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou, extremamente, fragilizados e sem condições de moradia. O atendimento busca a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O Serviço é desenvolvido em sistema de autogestão ou co-gestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. O Serviço é composto por duas Repúblicas (PMPA, 2019).</p>

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de UNIDADES (2015) e PMPA (2019).

A primeira definição refere-se ao segmento que está em processo de saída das ruas, o segundo as pessoas idosas e o terceiro a jovens (prioritariamente de 18 a 21 anos), sendo assim, além de não existir um consenso ou mínima padronização a respeito do conceito de república propriamente dito, visto que todas essas definições estão localizadas no mesmo espaço do site do MDS (UNIDADES, 2015), tampouco qualquer delas trata do segmento juvenil enquanto previsão legal (de 18 a 29 anos –EJUVE, 2013). Já a definição presente no site da FASC da prefeitura de Porto Alegre, trabalha com um conceito generalista em relação aos três anteriores. Essa discussão não se trata meramente da formalidade por uma definição, mas apresenta, no seu cerne, a falta de normatização a respeito de um importante

espaço para tratar da proteção social das juventudes, no que diz respeito ao acolhimento institucional³³.

No caso da previsão das repúblicas, a não inserção do segmento juvenil no artigo 203 da CF, que trata da Assistência Social se evidencia fortemente, considerando que a juventude aparece como sujeito de direito porque esse direito está atrelado à proteção da infância e adolescência. Apesar de ser uma consequência natural da vida a juventude vir após a adolescência, do ponto de vista biológico, existir um modelo protetivo tão específico (com materialidade em constante questionamento nesse trabalho) chega a manifestar-se enquanto um privilégio, no campo formal, tão idealizado que esquece de existir. Justifica-se que, para quem passou pelo acolhimento institucional de crianças e adolescentes, via de regra, deveriam existir as repúblicas, todavia, se a pessoa não passou por essa modalidade no período anterior por algum motivo, mas aos 18 anos necessita de acolhimento, ela é duplamente desconsiderada pelo sistema (uma vez que a fragilização e rompimento de vínculos não se manifestam instantaneamente na vida dos sujeitos, havendo uma série de violações anteriores a necessidade efetiva de acolhimento institucional). No caso da pessoa jovem que não acessou o espaço de crianças e adolescentes, ela é automaticamente adulta e conta com uma proteção do Estado ainda menor, desconsideradas suas demandas enquanto sujeito jovem.

Conforme a fala da P 03: “A gente tem uma diferença muito grande entre os abrigos que acolhem basicamente as pessoas há com mais TEMPO de vida, do que um jovem, então é, acaba no... nos serviços da população adulta acaba se materializando com muito pouca ênfase”. Segundo a profissional, a pessoa jovem que não pode acessar a República, também tem dificuldades de acessar os outros espaços de acolhimento para pessoas adultas porque “a gente não tem jovens que ingressem nos abrigos da população adulta, eles não conseguem se adequar a esse espaço”.

O Eca e a Lei da Adoção não tratam de juventude, enquanto expressão utilizada nos documentos, caracterização de idade, mas o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e as Orientações Técnicas trazem

³³ Cabe aqui uma reflexão, nos espaços de discussão e encaminhamentos de rede é muito comum que as e os profissionais não tenham conhecimento que a república existente em Porto Alegre não é específica para a juventude, ainda que seja prioritária. Nas entrevistas realizadas com a gestão da FASC essa informação não era nítida para as profissionais.

uma pulverização do conceito. Sendo, para o PNCFC, além do uso da expressão Infanto-juvenil, expressa que:

Jovem adulto: Juntamente com a temática da sexualidade, à medida que avança a adolescência, aumentam as preocupações do jovem com sua inserção no mundo do trabalho e a entrada na vida adulta. A partir de um processo permeado pelo autoconhecimento, construção da identidade e desenvolvimento da autonomia, de modo crescente o adolescente fará escolhas e se responsabilizará pelas mesmas, adquirirá maturidade e, enfim, tornar-se-á adulto” (2006, p. 28).

O extrato escolhido do texto busca evidenciar o quanto precisa ser avançado no que diz respeito ao trato das juventudes enquanto segmento social dotado de direitos específicos. Ademais, ela reforça, após o documento demonstrar que não possui domínio do termo, a ideia de juventude meramente como tempo transitório de uma fase da vida à outra. Em contrapartida, merece destaque o trato da questão da sexualidade, praticamente inexistente ao longo da totalidade dos documentos.

Para as Orientações Técnicas (2009), o segmento juvenil aparece nos seguintes termos: *entrada na vida adulta; infanto-juvenil; infância, adolescência ou juventude; infância e juventude*. Outro fato que chama a atenção deste documento, após a diversidade de termos, é a definição de ciclos da vida, contida no glossário, revelando algumas contradições, sendo estes:

Diferentes etapas do desenvolvimento humano (infância, adolescência, juventude, idade adulta e terceira idade), ou do desenvolvimento familiar (marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos) (CNAS, 2009, p. 106).

Ou seja, reconhece-se o segmento juvenil como os demais segmentos sociais e não apenas estanque enquanto transição rígida da adolescência à vida adulta. Já no eixo da Assistência Social (LOAS 1993, PNAS 2004, NOB/SUAS 2012, NOB-RH/SUAS 2006) ainda que se encontrem legislações anteriores ao EJUVE, observa-se o uso coerente da expressão jovem, quando esta aparece. Cumpre resgatar que algumas legislações foram selecionadas pelo vínculo que possuem com outras, como no exemplo do SUAS, que se configura a partir da lei que estabelece a garantia de direitos, materializado na LOAS, essa por sua vez precisa definir como vai garantir os direitos que prevê, então além da política nacional, dada sua complexidade, entram também as NOBs. A LOAS não trata da particularidade

juvenil justamente porque é criada a partir do artigo 203 da CF, já mencionado em outros momentos, todavia, existem direitos que são amparados por essa lei que poderiam facilmente ser considerados para o segmento juvenil enquanto especificidade, não apenas pelo caráter de necessidade genérico, vide:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

A PNAS e as NOBs tratam sobre como serão materializados os direitos referentes à Assistência Social, o que possibilita perceber que no campo do segmento juvenil e suas legislações específicas, como o EJUVE precisam se verticalizar mais, de modo que possa *descer* do plano formal, até ações concretas de materialização. Considerando que existe uma hierarquia formal dos direitos, ou seja, uma forma conceitual e verticalizada na qual se organizam, por exemplo, o PNJ se subordina ao EJUVE, que se subordina à Constituição Federal – considerada Carta Magna – de modo que não deve haver incoerências entre elas.

Como é possível perceber ao longo desse processo de análise, o EJUVE está sendo cercado de planos e sistemas, precisando de mais materialidade, de modo que faltam especificações sobre como o direito à moradia, por exemplo, vai se tornar concreto na vida das juventudes (financiamento, subsídios etc.). Entretanto, para isto, tudo que trata do segmento juvenil vai precisar sair do discurso de autonomia, protagonismo e afins, tão facilmente propagados, e passar a debater com a juventude com a mesma seriedade e responsabilidade que lhe é exigida, envolvendo muito trabalho, outra palavra bastante utilizada para esse segmento social (desde o sujeito que “quer” trabalhar até a criminalização da juventude pelo não acesso ao trabalho).

A respeito da PopRua foram analisadas quatro legislações e normas, sendo que o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua é uma atualização de uma parte específica da Política Nacional da PopRua, mas foi separada do texto original

(diferente das outras legislações) (BRASIL, 2019a). Chama a atenção o fato de ter sido promulgada por Mourão e Damares, visto que menciona a necessidade do IBGE e IPEA para atualização dos dados a respeito da PopRua, aponta-se para isso considerando os debates públicos ocorridos em 2019 a respeito de descrédito das instituições mencionadas, implicando inclusive na proposta de redução do censo decenal a ser realizado em 2020 pelo IBGE (retoma-se aqui a reflexão a respeito da EC nº 95/2016 e seus impactos no que refere ao contingenciamento de gastos e consequente desmantelamento dos direitos sociais).

Observa-se que não existe uma tipificação a respeito do funcionamento dos albergues, influenciando diretamente na realização dos serviços prestados. Segundo a profissional entrevistada do albergue, sendo este terceirizado/parceirizado da FASC:

eu acho que hoje a gente vê um desmonte muito grande de tudo que a gente...[...] a própria questão da parceirização, da fragilização que isso traz pros usuários [...] acaba que fragiliza, o que que eu percebo assim, como eu te disse, uma funcionária dum serviço público que tá muito tempo a frente desse serviço daqui a pouco é parceirizado como é carteira assinada é um serviço frágil que a gente vê que o próprio profissional recebe um valor que não é tão importante assim, tu não tem aquele vínculo.

Assim, segundo a profissional, evidencia-se um processo que diz respeito não apenas ao contexto de desmonte das políticas públicas e sociais, mas desse lugar do cotidiano, onde acontecem os desdobramentos das decisões tomadas diretamente na vida dos sujeitos. Ademais, o lugar de tensionamentos que essas profissionais se encontram em defesa dos direitos dos usuários. Sendo assim:

Outra dimensão a ser considerada aqui diz respeito à necessária vinculação entre benefícios e serviços. O benefício em espécie deveria ter o acesso necessariamente vinculado a um conjunto de serviços. Nessa perspectiva, o modelo de gestão deve estar apto não só a cadastrar beneficiários, mas a vincular territorialmente os benefícios a um conjunto de serviços que fortaleçam as condições do cidadão. É uma operação que supõe tanto o trabalho com pessoas como com as condições de qualidade de vida instaladas ou a serem instaladas (SPOSATI, 2009, p. 24).

Sposati traz elementos que merecem ser ampliados, para o contexto de articulação ainda entre a legislação, a norma, o plano e a tipificação que vão garantir a efetividade de acesso a direitos sociais. Essa exposição legal não se trata de uma

regra, mas se evidenciou presente no que diz respeito à análise documental da presente investigação.

No que se refere aos direitos sociais voltados para as juventudes, enquanto horizonte mais amplo deste trabalho, é possível observar um processo de ascensão do debate legal, mas que vai ser implicado pela retomada mais incisiva do projeto neoliberal, marcando processos de invisibilidade e (des)proteção social desse segmento. Ainda assim, todo o campo dos direitos para/das juventudes é marcado por políticas públicas e sociais focalizadas, não expressando um sistema de garantia de direitos.

Escolhe-se o título que apresenta a expressão “príncipe encantado” justamente para problematizar o contexto de criação e articulação da proteção social e as contradições que se revelam desde o seu cerne, sendo que sua materialização se dá na prática e não de maneira idealizada. Ou seja, em muitos contextos a proteção social se constitui de maneira idealista, como nos contos de fadas, onde o príncipe encantado aparece para salvar a princesa, revelando um contexto muitas vezes fantasioso para a proteção social e para algumas políticas públicas e sociais.

Por fim, se já em 2002, Yazbek sinalizava para o risco de *grave regressão* dos *direitos sociais*, a retomada da cultura tuteladora na contramão do protagonismo e projetos societários emancipatórios, onde o *favor* substitui o *direito*. Assim como a *pobreza persistente e naturalizada* enquanto resultado de uma sociedade cada vez mais marcada pela desigualdade. Os tempos atuais exigem atenção redobrada, dado o caráter de alteração que as presentes atualizações governamentais já implicaram no desenvolvimento desta investigação.

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos perversos da crise. As possibilidades preventivas e eventualmente retributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156)

Essa análise das autoras reflete para os processos estudados anteriormente, numa lógica de atualização da compreensão desse Estado que responde cada vez mais aos interesses da burguesia, retirando da classe

trabalhadora e, conseqüentemente, os segmentos da classe mais necessitam, para manutenção das desigualdades sociais e acentuação da exploração. A leitura de realidade apresentada por Marx se atualiza, revelando os componentes estruturais da sociedade capitalista e sua divisão em classes sociais.

No que se refere as legislações acerca dos direitos das juventudes, observa-se a morosidade do processo e conseqüentes reflexos da conjuntura social diretamente relacionada ao momento histórico que o Brasil estava vivenciando durante esse período (PNJ em 2004 e EJUVE em 2013), marcado por um contexto neodesenvolvimentista³⁴. Materializando-se, assim, inúmeros avanços no âmbito legal, que não se concretizaram na realidade social, inclusive como consequência da retomada acentuada do neoliberalismo no contexto brasileiro, marcando a ausência de efetividade de direitos para o segmento juvenil.

Assim, encaminha-se para o último item deste capítulo para a apresentação a respeito das trajetórias de Charlie Brown e Apolo dada a argumentação teórica, social e legal elaborada até este momento. Tenciona-se no último item as lacunas que as legislações deixam em aberto, revelando que a não inclusão do segmento juvenil no artigo 203 revela-se com profundos impactos, influenciando no desdobramento de todo o aparato normativo que trata da assistência social e da PopRua, em oposição ao sistema de garantias de direitos possibilitado às infâncias e adolescências. Busca-se apresentar algumas falas trazidas pelas profissionais e jovens para evidenciar esse processo de desproteção social apresentado.

4.3 “CLARO QUE QUEREMOS VIVER FELIZES PRA SEMPRE”: MEDIAÇÃO DA CONJUNTURA DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS JUVENTUDES

³⁴ “A situação que se cristaliza a partir do segundo governo Lula é diferente. A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 679).

Inicia-se a presente exposição apresentando as primeiras palavras expostas pelo mais recente documento que trata das juventudes, o SINAJUVE³⁵ (2019), escritas pela ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

Deposito nos jovens a capacidade de transformar de maneira inovadora nosso amado Brasil. Como a juventude alcançou aproximadamente 1/4 da população nacional, a maior de nossa história, é tempo de aproveitar esse panorama, e avançarmos como nunca.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) entende ser vital priorizar o jovem, para que ele, desde o início da vida profissional, tenha esperança e consciência de que seguir um caminho íntegro e honesto, afastado da criminalidade, trará maiores realizações a longo prazo, além de estabilidade, segurança e, inclusive, maior expectativa de vida (ALVES, 2019, p. 07).

A fala coloca em evidência toda a elaboração que se intentou realizar ao longo da presente pesquisa, absolutamente descolada da realidade para existir enquanto jovem na sociedade brasileira, sinalizando desconhecimento técnico, incompatibilidades teóricas com a temática e com as reivindicações da juventude, a partir das conferências realizadas, por exemplo. Realiza-se tal afirmação, considerando a pauta central da ConfJuv de 2015, a respeito da juventude negra, pauta essa diretamente vinculada ao debate de criminalidade que não pode ser resumido na decisão ou não sobre um *caminho honesto* no país que mais mata jovens negros no mundo. A tendência apresentada nesse documento é do trabalho como resolução de todos os problemas da juventude, afastando-a da criminalidade, do tráfico de drogas, estabelecendo uma relação de escolha que não é real, dado o contexto de desemprego que não está descolado do debate de crise estrutural do capital, atravessada pela violência estrutural, estando o segmento juvenil distribuído justamente no exército industrial de reserva.

Soma-se a esta reflexão, a apresentação do PNJ de 2018:

Nossa juventude é plural e diversa e, ao mesmo tempo, sofre os impactos das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes no país. Diante desse cenário, a UNESCO no Brasil acredita que os jovens são responsáveis por transformar o seu futuro e contribuir para a solução de desafios importantes, como a erradicação da pobreza e o combate à violência, por meio da promoção de uma cultura de paz (NOLETO, 2018, p. 13).

³⁵ Cumpre resgatar que o presente documento não foi analisado tendo em vista que seu lançamento aconteceu após o período de levantamento e análise documental da presente pesquisa, tendo sido analisado apenas o Decreto nº 9.306 de 15 de março de 2018 de instituição do SINAJUVE.

Se, por um lado, existe o reconhecimento da complexidade de ser jovem na atualidade, por outro revela-se a responsabilidade e, conseqüente, cobrança atribuída a juventude. Para Abramo, “não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real da preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo”. A autora refere essa preocupação à ideia “do jovem como futuro membro da sociedade, integral e funcional a ela” (2007, p. 80). Ou seja, uma sociedade marcadamente normatizadora no campo das ideias, mas pouco normatizadora no que diz respeito à materialidade de direitos sociais. Nas palavras da autora:

A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura (ABRAMO, 2007, p. 79).

Projeta-se, assim, no segmento juvenil a responsabilidade pelo futuro e, conseqüentemente, são estabelecidos processos de culpabilização, uma vez que este futuro não se adéqua às normas pré-estabelecidas social e historicamente. Nesse cenário, ser jovem e estar em situação de rua, remete a dois processos sociais mais evidentes, da atribuição da culpa e da geração *problema* e da invisibilização, em se tratando de um sujeito que não existe.

Nesse sentido, busca-se refletir qual sujeito de fato não se adéqua, a/o jovem ou o ente estatal em relação ao cumprimento de suas obrigações (previstas em lei, mas não colocadas em prática para esse segmento social). Então, apresenta-se os objetivos das instituições investigadas no que se refere a opinião de quem se insere nesses espaços cotidianamente. No albergue, segundo a profissional entrevistada:

O nosso trabalho principal é a reinserção social, é que eles possam entrar aqui pro albergue e ter essa superação da situação de rua. Claro isso é um trabalho bem de formiguinha, a gente tenta! Trabalha desde a perspectiva de criação de currículo, organização de documentação civil, divulgação de vagas de trabalho e de cursos. E aí o usuário que inicia o trabalho ou que já entra no albergue e está trabalhando ele tem um...a gente consegue estender um prazo maior, ele tem um prazo de até 45 dias aqui conosco, para que ele possa se organizar, receber o primeiro salário. Então, a gente aposta muito nessa questão da reinserção social [...].

Ou seja, o albergue já possui um processo de trabalho definido o que não se manifesta como algo negativo, exceto pela sua estrutura voltada especificamente para o trabalho, evidenciando um direcionamento bastante específico, sinalizado como demanda por Apolo e Charlie Brown inclusive, mas sem o espaço para o desenvolvimento da fruição à arte e ao lazer, por exemplo, também trazido pelos dois, respectivamente. É possível identificar que a profissional refere-se a retaguarda como uma última alternativa para algumas situações, bem como porta de entrada para outras, como por exemplo, funcionar como um endereço fixo para a busca de emprego ou mesmo ser um espaço provisório mais prolongado até liberar uma vaga que já tenha sido articulada com determinado abrigo da rede.

Nesse sentido, sobre o ingresso e objetivo da República:

Eles enviam uma solicitação ao núcleo de acolhimento da FASC, aonde é feito uma triagem e aí é enviado o pedido pra cá. A partir do momento que é enviado o pedido pra cá nós entramos em contato com a equipe solicitante e marcamos uma visita para um estudo de caso, né. Toda a nossa equipe com a equipe solicitante. Aí é feito o conhecimento do caso, da pessoa que tá solicitando a vaga, aí a partir daí é marcado uma outra visita para o usuário vir conhecer o projeto, né. Até porque aqui, na república nós não temos quem faça o “almoço”. Aqui é trabalhado a autonomia do sujeito. Totalmente autonomia dele. Então eles que fazem as compras pra casa, eles que limpam a casa, eles que fazem comida, é tudo na votação. É tudo feito de quinze em quinze dias, uma reunião de convivência onde é decidido por eles como vai ser gerenciado a casa. A equipe faz a coordenação, orienta, mas a decisão é sempre dos moradores. Então quando o morador vem a primeira vez ele conhece o espaço, vê como que é, ele conversa sobre o RINC, né, que é as normas da instituição. Ele concordou, ele fez a primeira acolhida, ele vem pra casa. E a partir daí começa a vivência dele, onde ele tem que tá trabalhando, ele tá estudando, ele tá se organizando como último estágio a república, né. Geralmente já passou em abrigo ou em albergue, né, pra daí vem pra cá. Então aqui tá como último estágio pra ir pra sua casa, voltar pro seu núcleo familiar ou um novo núcleo familiar. Ou um novo núcleo familiar, enfim, por aí vai.

Se a primeira instituição apresenta o trabalho como objetivo central, porque isso tem a ver com o fato direto de possibilidade de sair da situação de rua, nesse caso, o trabalho evidencia-se como uma obrigatoriedade, inclusive como consequência da ausência de inclusão da juventude em relação à política de assistência social e a própria lógica de financiamento de políticas de juventude que poderiam vir a garantir alguma subsistência para que a/o jovem pudesse se estabelecer e ter, por exemplo, no estudo, a sua prioridade. Evidencia-se ainda essa lógica normativa que não está restrita às pessoas das profissionais, mas a forma

institucional no desenvolvimento das políticas públicas e sociais, desde o aparato estatal.

Tais elementos são atravessados pela fala da profissional do albergue ao se referir ao fechamento do Albergue Municipal, considerando uma perda (a instituição fechou na mesma semana da realização dessa entrevista):

Acho que sim, claro, tanto que já teve situações em que a gente conseguiu encaminhar o usuário pro Albergue Municipal por conta da escola né "olha aqui a gente só pode até as 9h, mas a gente tem o Albergue Municipal" aí faz a interlocução com a colega de lá, encaminha. Então a gente conseguia, eu não sei como é que tá agora a questão do Renascer o horário de chegada, talvez seja o mesmo horário, mas eu não posso te garantir.

A profissional aponta para a efetiva retirada de um direito, visto que, quando pessoas, principalmente jovens, ingressavam no albergue e logo se encaminhava em relação a trabalho e escola, costumavam ser encaminhadas/os para o Albergue Municipal, umas vez que era o único sem restrição em relação ao horário de entrada, e considerando a necessidade de permanecer em alguma instituição até se organizarem financeiramente (embora aja um reconhecimento sobre as ausências de informações a respeito do funcionamento das novas terceirizadas/parceirizadas).

Yazbek, a respeito da construção das mediações políticas e ideológicas, afirma que é nas: "práticas cotidianas de contestação e resistência onde vamos encontrar experiências concretas de busca e fortalecimento dos interesses e projetos de superação da condição subalterna" (2016, p. 11). Em que pese alguns apontamentos, reflete-se sobre processos de incompreensão das profissionais (as falas não buscam confirmar uma hegemonia entre as profissionais entrevistadas, mas referem-se ao caráter geral a respeito das temáticas apresentadas a seguir). A respeito da Proteção Social, a P 02 afirma: "eu compreendo com grande importância, né. Faz uma diferença muito grande quando tu pega aquela pessoa na rua, por 'n' motivos de desajuste. Seja pela saúde mental, seja pela saúde emocional, do, do... desentendimento familiar, que a gente sabe que tem muito".

Desse modo é possível compreender que a prática da proteção social ainda está atrelada a perspectiva tuteladora apresentada no início do presente capítulo, sendo que o cenário se agrava na compreensão a respeito de acolhimento institucional. Embora a maioria das profissionais tenha clareza da diferença entre um atendimento, onde é realizado um acolhimento, e o acolhimento institucional,

resgata-se a fala mencionada no item 2.3 a respeito da confusão realizada entre os termos “[...] então pra ti materializar qualquer, pra ti trabalhar qualquer fase, vai partir de um bom acolhimento em todos os sentidos. Pra ele se sentir pertencente no lugar, pra que ele se sinta respeitado [...]” (P 02).

Quando se trata da questão que se refere à existência e materialização de políticas públicas voltadas para as juventudes em Porto Alegre, as respostas das profissionais são bastante diversas, para a P 01: “É, pois é, é isso que eu tinha te dito né, eu acho que a gente só tem alguns apoios bem específicos, não tem algo voltado eu pelo menos não enxergo”. Reiterada a pergunta a respeito de materialização:

Não, não tem! Não tem uma parceria que diga “bah eu tô com um jovem aqui eu vou te encaminhar” e lá tu vai ter uma equipe especializada que vai falar a língua daquele jovem, que vai acolher aquele jovem que saiu do abrigo ou que saiu de dentro de sua casa por “n” questões, então assim eu não vejo. Seria fantástico se tivesse né. Seria muito bom se tivesse eu não consigo enxergar.

Da relação com a rede emergem respostas bastante homogêneas, passando pela menção dos serviços que costumam se articular e/ou ser acionados (Centro Pop, Consultório na Rua, equipe de Abordagem Social – Ação Rua, CRAS, Unidade Básica de Saúde), reiterando as parcerias, diálogos, articulação. Todavia, num contexto em que muitas vezes as equipes se materializam em “EUquipes” (Sic.), observa-se as contradições existentes, quando, por exemplo, uma das profissionais refere que, a respeito do próprio trabalho e seus impactos na vida dos sujeitos: “Então eu acho que poderia ser melhor, eu acho que esse impacto ele poderia ser mais...possível, mais forte assim, se a gente tivesse com quem contar, quem encaminhar esse jovem. Eu vejo isso como frágil” (P 01).

Se, por um lado uma profissional expressa que “não adianta eu também criar política e deixar ela ali, eu preciso criar e executar isso” (P 02), por outro, evidenciam-se lacunas que podem ser atribuídas desde o processo formativo, até a relação com a ausência de uma formação continuada, atrelada a realidade das já mencionadas “Euquipes” (Sic.). Demonstra-se que as falas utilizadas não buscam expor as profissionais, mas expor uma realidade que não se restringe a este processo investigativo, sendo muito mais amplo e complexo e para os quais precisasse de projetos, planos e ações, não apenas direcionados para às e os jovens, mas

compreendo o complexo da realidade e seus agentes, envolvendo profissionais, gestões, espaços de controle social, entre outros.

No que se refere às demandas relativas ao ingresso no acolhimento institucional (na instituição) as respostas são bastante aproximadas, as profissionais referem-se principalmente ao rompimento de vínculos, drogadição, envolvimento com o tráfico que implica no não acesso ao território, situações de violências com centralidade na violência doméstica. Sendo que a principal demanda das e dos jovens está em voltar para a família, inclusive nas situações de violência doméstica, existe o desejo de voltar para ajudar as mães. Segundo a profissional do albergue: “nunca atendi um jovem que, por exemplo, tenha raiva da sua família, sempre mostrando pelos menos interesse em resgatar esse vínculo”. Apolo e Charlie Brown referiram-se às suas famílias mais no contexto da infância e envolvendo a família extensa, embora não tenham manifestado declaradamente algo que se aproxime da fala da profissional, também não o fizeram na sua contramão. Já para a realidade da república, a profissional entrevistada identifica a busca por esse modelo de acolhimento inclusive pelo fato de se concretizar “a busca pela família”, nesse caso apresenta-se uma ideia de projeção da família no grupo social que compõe a república.

A respeito das principais demandas das e dos jovens para P 02 são “estudo, trabalho, sempre, tá. Primeira linha, estudo e trabalho, porque é a carência que eles têm. Que eles querem se sentir pertencentes iguais aos outros da idade deles. Eles querem ir pra uma festa, eles querem ir participar de esporte, eles querem ter uma roupinha, uma ‘beca’ como eles dizem, né”. Resgata-se o citado anteriormente sobre os objetivos das instituições, levantando a reflexão sobre a existência de algum espaço para as juventudes apresentarem outras demandas, além das já estipuladas institucionalmente. Articula-se a isso o que se tratou enquanto relação de pertencimento, que aqui se configura mais ampla, a todos os grupos sociais, mas revelando ainda o lugar das juventudes.

No que diz respeito às demandas de LGBTs, o que se reflete no não atendimento desse público em alguns espaços institucionais é o lugar da exclusão social³⁶. Uma das profissionais trata como “terceiro sexo” o público LGBT ao

³⁶“De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de

responder à pergunta que aborda essa temática. Para P 02: “O cis é aquele que não é nem homem, nem mulher, que ele é, como eles dizem, acho que é o assexuado. [...] Isso, eu tenho que olhar bem essa classificação que tá mudando, né. Antes era LGBT, agora é LGBTQ+. Eu tenho que dá uma estudada nisso de novo”. A profissional encerra sua fala evidenciando que as mudanças sociais a respeito da inclusão de gênero e respeito à orientação sexual das pessoas estão na pauta atual, embora as duas demonstrem seu desconhecimento sobre essas temáticas. Resgata-se o debate a respeito da formação continuada, que tem se manifestado pelos interesses individuais das profissionais, exceto no caso das equipes de abordagem social, para as quais a profissional entrevistada revela existirem formações periódicas (mesmo que, nesse caso, ainda não tenham realizado alguma a respeito da temática das juventudes).

Dito isto, reflete-se sobre esse cotidiano atravessado de contradições que as profissionais revelam, além da necessidade de compreensão de conexão com a totalidade social, sem que ajam desconexões. A violência estrutural, por exemplo, está materializada na exclusão última do segmento LGBT (com exceção de pequenos grupos que se conformam enquanto nichos de mercado) em espaços como o albergue, que é esta na *retaguarda* antes do processo de total situação de rua (uma vez que essa já é a realidade do público que está acessando esse espaço de acolhimento institucional). Justifica-se essa afirmação resgatando o lugar desse segmento social enquanto as *camadas* mais *lazarentas* da classe trabalhadora e seu consequente tensionamento para o aumento do *pauperismo oficial* (MARX, 2011), explicando-se sua exclusão na realidade de um país que pela primeira vez trata das mortes de LGBTs no Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2019), com inúmeras ressalvas para o fato de não serem construídos dados estatísticos a esse respeito (a começar pelo IBGE que não registra essa população na realização dos censos, enquanto suas especificidades), que terceiriza os atendimentos da população a cargo, muitas vezes, de instituições religiosas e que, não estão preparadas para atender esse segmento social desde sua estrutura física, até o seu atendimento dentro da equipe profissional.

Outra forma de trabalhar com o exposto acima está na fala da profissional do albergue a respeito da violência policial (agente do Estado):

inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar” (BRASIL, 2018, p. 18).

Ah eu ainda sonho que volte há um tempo atrás, que a gente possa ter políticas públicas efetivas [...] Eu vejo hoje algo que é mais bonito no papel do que efetivamente de quando a gente tá na ponta. Eu vejo que a gente retrocedeu muito e vejo uma questão de violência contra a população de rua bem gritante diariamente. De falas nos atendimentos de que a Brigada chega na praça e diz "Tu tem que sair daqui, quando eu fazer a volta no quarteirão não quero mais ninguém aqui " então o pessoal tem que sair. Eu acho que isso reflete muito na questão da violência deles aqui dentro, porque é uma população que é uma população invisível durante o dia, é uma população que é escorraçada durante o tempo todo, e isso se reflete aqui dentro. [...] mas vamos parar pra pensar de tudo que está nos rodeando a questão da violência, famílias em peso sendo expulsas dos territórios pelos traficantes pra tomada da casa pra fazer ponto de tráfico. Então assim, tá muito violento e eu acho que isso acaba refletindo aqui dentro [...].

Além do contexto de violência que aparece na entrevista como algo a ser acrescentado livremente (uma vez que o roteiro não continha nenhuma pergunta específica a esse respeito), a profissional aponta para os processos de resistência enquanto essência de vida da população mais empobrecida. E está aí, nos tensionamentos do real, a essência do significado de resistência.

A contradição entre capital e trabalho, entre todo o poder de dominação do capital, que a tudo mercantiliza e o trabalho como toda a expressão humana, ou ainda, o conjunto de desigualdades, fruto da apropriação privada da riqueza no modo de produção capitalista, tem como contraponto as resistências empreendidas pelos sujeitos para enfrentá-la. Mas as contradições são históricas, precisam ser mediadas, desocultadas à luz da totalidade. Vejam como as categorias se interpenetram (PRATES; CARRARO, 2017, p. 166).

A mediação coloca em prática a articulação entre as categorias do real e as elaborações teóricas, evidenciando o campo da práxis. A questão social como objeto do Serviço Social é apropriada em grande parte em razão das desigualdades existentes na sociabilidade capitalista e como estas impactam a vida dos sujeitos, de modo que as resistências como categoria teórica revelam-se escassas (ou seja, resistência significa...), ainda que se apresentem a todo momento para evidenciar sua existência e, conseqüentemente, o nexos contraditório em relação às desigualdades. Atenta-se para o fato de que as resistências estão para as desigualdades, da mesma forma que a emancipação humana está para o modo de produção capitalista. "A emancipação humana tem como fundamento a liberdade dos trabalhadores em relação à propriedade privada" (PAIS; GUEDES, 2015, p. 314).

Desta maneira, observa-se as resistências dentro do debate acerca da emancipação humana (MARX, 2010), sendo esta possível numa sociedade que tenha eliminado todas as suas formas de opressão, resistir significa, então, tencionar, subverter à ordem previamente estabelecida. Nas palavras de Yazbek (2009, p. 3 [145]) “a Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política”.

Realiza-se, então, a aproximação das trajetórias de Apolo e Charlie Brown, sendo possível identificar processos migratórios, uma vez que cada um deles passou por três estados até a vinda e permanência no RS (até o período de realização da pesquisa), além da relação com a rua ter iniciado a partir do rompimento de importantes vínculos familiares, com o pai e com a (ex) esposa, respectivamente. Evidencia-se em ambos os casos as memórias atreladas ao cotidiano escolar, como demarcadores significativos do período da infância nesse ambiente, sendo a família recordada a partir das suas matriarcas, as avós, responsáveis por reunir *todo mundo* nas tradicionais festividades de fim de ano, demarcando uma memória afetiva carregada de significados (segundo Charlie Brown: “momentos bons, marcantes que eram as reuniões de família de final de ano no natal... é no Natal”).

Apolo, ao se referir à sua relação com a escola, demonstra sua resistência ao modelo padrão de ensino, afirmando que “eu fazia curso de arte, em todas outras matérias eu não fazia nada. Em todas outras matérias eu não fazia nada, mais em arte sim, artes eu... [...] Ah, desenha, pinta, é... artesanato”. Para Apolo apresenta-se a vontade de retomar os estudos, mas sua inviabilidade “porque até o meu histórico escolar tá lá na minha cidade [...] Fui até o nono ano, eu tenho que fazê-termina o primeiro [ensino fundamental]”. Para Charlie Brown a escola também tem um significativo de liberdade, “então, um lugar por onde eu me recordo muito era a escola, que era o tempo que a gente passava mais longe sozinho, lugares como a roça porque a gente precisava trabalhar”.

Quanto aos processos vivenciados, observa-se ainda as separações entre as mães e os pais, a relação da mãe enquanto figura importante que mantém os cuidados, ao mesmo tempo em que estas apareçam tão pouco nos relatos concernentes à infância e adolescência (menções que praticamente se resumem ao

relato da existência das mesmas). Para o momento atual de suas vidas, revelam as suas principais dificuldades, quando não diretamente ligadas ao fator emprego, indiretamente pela ausência de possibilidades de subsistência.

Charlie Brown, quando questionado sobre as maiores dificuldades do seu cotidiano relata que:

Transporte e comida, poderia ter uma facilidade pra quem tá numa instituição. Na verdade as instituições poderiam ter um tempo maior e talvez ter uma forma de ajudar [...] falta alguma coisa nessa etapa não sei como se planeja, como se faz, mas o tempo de instituição são um pouco curto. Agora abriram dois com tempo maior, duas instituições com tempo maior, mas ainda não tem tudo aquilo que a gente precisa. Nós na rua nos chamamos de peregrinos e é muito complicado, tem que acordar muito cedo, tem que se alimentar cedo e ainda é cedo [...] **Resolver?! Não tem como, infelizmente.** Temos que tentar a magia da rua é gambiar, a gente tem que tentar pedir pras pessoas algum dinheiro, alguma passagem, alguma coisa. Dinheiro é muito difícil conseguir, é mais fácil parar aonde você precisa e dizer você pode pagar a passagem pra mim de um ônibus na frente do ônibus que você precisa ou pode pagar um almoço, um café da manhã, na frente daquele lugar que você gostaria de tomar um café da manhã ou que tem pra tomar um café da manhã, é até uma forma de vencer alguns obstáculos e se eu conseguir acessar aquilo que você precisa que também não dá pra dizer que todos os dias eles vão tá ali (Grifo nosso).

Essa fala dialoga com a de Apolo que afirma que a sua dificuldade é emprego, evidenciando um processo de ausência de acessos, sendo que a *desgraça é per capita*. Charlie Brown relata que tem tentado conseguir emprego, mas afirma que é difícil para alguém que não possui uma casa, um telefone para contato. Segundo ele, “não sei se é o preconceito também, não sei se existe um preconceito, mas sei que a oportunidade pra quem está num albergue não parece existir pra um trabalho de carteira assinada [...] não tive oportunidade de emprego. Não de carteira assinada, bicos também são coisas complicadas, mas não dá mais”. Nessa fala o jovem afirma que quer trabalhar e de maneira fixa, respaldado de direitos, fixando melhor a própria vida no sentido de uma organização mais longínqua, uma vez que ao ser demitido do seu último emprego formal “tomei justa causa, depois disso fui tendo bicos, bicos, mas tá muito difícil, hoje as pessoas são muito descartáveis”, tendo ido *pra rua* do trabalho e conseqüentemente da moradia que alugava.

Nesse contexto, a oferta de trabalho para a população mais jovem tende a ser marcada por vínculos curtos, elevada rotatividade, em ocupações que exigem pouca qualificação, com identidades profissionais pouco definidas e valorizadas e crescente alocação no setor de serviços. Os altos índices de

desemprego, os desafios para a conquista do primeiro emprego, a oferta predominante de trabalhos pouco qualificados e repetitivos são alguns dos desafios enfrentados pelos jovens no mundo do trabalho (DAYRELL, 2016, p. 08).

Para as e os autoras/es que se debruçam sobre a temática das juventudes, os temas trazidos por Apolo e Charlie Brown não se revelam enquanto novidades, pelo contrário, são resultados das políticas (in)existentes especificamente para atendimento dessa população. O autor continua:

Ao mesmo tempo, as experiências laborais na juventude sempre foram marcadas pela fragilidade dos suportes representados pelas políticas de proteção, com baixa vinculação a sindicatos, e também pela precariedade de políticas de proteção social que promovessem a formalização dos vínculos, seguridade, apoio à condição de aprendiz, dentre outros. A condição de maior vulnerabilidade da juventude trabalhadora induziria a experiências mais solitárias, que geram a necessidade de produzir respostas individuais a problemas estruturais amplos (DAYRELL, 2016, p. 08).

Outra percepção fundamental refere-se a descartabilidade da vida humana, para além desse cenário apresentado, onde, havendo o acesso ao trabalho, se dá de maneira precária, frágil, estigmatizante, num cenário onde as propostas de empregabilidade para a juventude se resumem à *carteira verde e amarela*, ao passo que na outra via, uma ministra culpabiliza a juventude que *escolhe* outros *caminhos*. Nesse sentido, Pimenta aponta a construção social que se estabelece por quem não vivencia a rua:

O imaginário social concebe as pessoas que fazem da rua o seu local de permanência, de moradia e sobrevivência, ainda que temporariamente, como um grupo homogêneo, de indivíduos caracterizados pela pobreza que utilizam espaços públicos para dormir, comer, consumir bebidas alcóolicas e drogas e fazer as necessidades fisiológicas, reduzindo a percepção do que se faz e de como se utiliza o espaço da rua à falta de recursos, à falta de domicílio próprio ou regular e à falta de higiene (2019, p. 83-84).

Charlie Brown e Apolo sequer chegam a entrar nos detalhes da vida biológica cotidiana, exceto pelos elementos mais evidentes da fome, ausência de trabalho e acesso ao território. Apolo, por sua vez, em dois momentos da entrevista manifesta-se em desacordo com práticas que envolvam o uso de drogas e a imagem social que isso remete, evidenciando situações que refletem ações de preconceito contra ele. No atual cenário social do país, atravessado por altos índices de

violência, estar em situação de rua e não recorrer ao uso e/ou tráfico de drogas revela-se como sendo um ato de muita resistência.

Para Apolo faltou no roteiro de entrevistas, quando se questiona a respeito dos serviços acessados na rede, a biblioteca, “porque não é comum”, mas esse espaço que lhe significa muito. “Na biblioteca, sempre vô lê um livro ali e passo o dia ali e lendo. Tem livro, tem gibi, tem um monte de coisa lá [...] Eu gosto de lê ficção! Ficção, romance” e quando questionado se seria na instituição municipal localizada no centro, o jovem torce o nariz, indicando que àquele lugar não é pra ele.

Diante das contradições evidenciadas sobre o desdobramento da materialidade de políticas públicas e sociais, principalmente destinadas aos sujeitos jovens, é de suma relevância destacar a fala trazida por Apolo, ao ser questionado da importância do albergue na sua vida no atual momento histórico:

Apolo: Pra que que serve esse lugar? Pra ajuda as pessoas que tá num, em situação de rua. Como eu já disse né, é isso que [inaudível] a noite ao relento, dormi na rua, passa frio, fome, em outro espaço, porque... pra dormi também é pior. Então aqui, temo apoio, temo assistente social pra resolve uma questão dum documento, dá uma autoestima pelo meno pra pessoa. [inaudível] Ah, eu me sinto bem, eu me sinto como uma pessoa ali, não como um... um ninguém.

Opinião veementemente corroborada por Charlie Brown: “[...] procurei um lugar que pudesse me acolher e o lugar que pôde me acolher no momento é essa instituição maravilhosa. Por favor, coloca maravilhosa! Sou muito grato por esse lugar, extremamente grato”. Dito isso, evidencia-se a fala que representa o lugar social da juventude demandando política pública³⁷, pois por maiores que sejam as contradições existentes nos espaços institucionais, estes se afirmam enquanto espaços protetivos. Apolo ao ser questionado sobre uma mensagem que gostaria de deixar responde: “Sobre ser jovem? Viver e aprender, eu podia... viver intensamente e aprender”. Para Charlie Brown tentar contribuir na vida de outras pessoas é que é o seu legado.

³⁷ Não foram encontradas informações suficientes, nos sites oficiais, em relação ao número de repúblicas existentes no Brasil, modalidades (específicas para jovens ou não). Segundo o Censo SUAS 2018, o número de espaços de acolhimento institucional refere-se a 73 unidades, não discriminando a que tipo de acolhimento se trata (repúblicas, albergues, abrigos em modalidades para adultos, crianças e adolescentes etc.), evidenciando a ausência de informações precisas (não é possível identificar também se os abrigos da FPERGS estão contabilizados, já que não existe a informação por estados). Sobre os Centros Pop, o RS possui 13 unidades, sendo 3 na capital e 5 na região metropolitana, restando apenas 5 para a cobertura do restante do estado (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Propositalmente escolheu-se a fala que segue para realizar o processo de fechamento deste capítulo e, quase, do trabalho como um todo. Trata-se de uma síntese realizada por uma profissional, elaborada a partir do processo reflexivo que foi se desenvolvendo ao longo da conversa, mas que também expressa muito do que se discutiu até aqui, desde a teoria até o cotidiano de atendimento das juventudes nos espaços institucionais. Para a profissional P 03, ao ser questionada se gostaria de acrescentar mais alguma coisa, refletiu:

Huum, não eu acho que isso eu falei um pouquinho antes assim, éh... o fato, por exemplo, de eu ter **dificuldade pra responder sobre... políticas públicas voltadas pra juventude quando eu trabalho com juventude**, quando eu trabalho com os serviços, éh... é-é algo a se pensar mesmo né. Eu... **hoje, trabalho com aquilo que eu chamo de população adulta, considerando que esse jovem de 18 anos é um adulto e... ele não é um adulto** [risos], porque ele não consegue se ver nesse lugar, então eu penso que a minha própria dificuldade de pensar sobre tudo isso que tu me perguntou é uma deficiência que a gente tem, porque o-o tempo todo eu te disse: 'eu trabalho com a população adulta' e eu to considerando que o jovem de 18 anos é adulto e **durante toda a pesquisa que tu me fizestes eu te respondi que esse jovem não se encaixa no mundo adulto, então a gente tem uma lacuna aí né** de, que precisa ser pensada, precisa ser pensada, precisa estudada e precisa ser materializada como política pública mesmo, porque a gente tem um déficit bem grande nessa passagem aí do do jovem pro mundo adulto (Grifo nosso).

A fala da profissional expressa a necessidade na materialidade das políticas públicas e sociais para as juventudes, considerando que já existe um cenário legal, mas faltam ações concretas. Todavia, apresentou-se todo um debate a respeito de crise econômica e sua relação com o neoliberalismo, então, no espaço contraditório das políticas públicas e sociais é necessário preparar as e os profissionais para reconhecerem e atenderem as demandas das juventudes, a partir das equipes que já atuam junto à população adulta como um todo.

No que se refere ao contexto de espaços de acolhimento institucional é necessária a definição e normatização dos espaços de repúblicas, normatização essa necessária também para os espaços de albergue, com a construção de orientações técnicas sobre funcionamento, equipe e recursos mínimos. Porém, é preciso que se chame os movimentos sociais e os principais sujeitos interessados para compor essas elaborações, como também cabe a esses agentes o tensionamento em relação ao Estado para o cumprimento de direitos.

A Conferência que está para se realizar revela-se mais do que nunca uma importante arena de disputas onde não só é preciso exigir direitos, como buscar

preservar os direitos até então conquistados e rumar a sua materialização efetivamente. Afinal, “através do conceito da segurança, a sociedade burguesa não se eleva acima do seu egoísmo. A segurança é, antes, a asseguuração do seu egoísmo” (MARX, 2010, p. 50). Essa expressão é utilizada para resgatar a fala mencionada a respeito da prioridade de pessoas que possuem uma casa passearem com seus *pets* em detrimento das pessoas que não têm casa acharem que podem fazer uma na rua, para além de suas mochilas, não desconsiderando os direitos dos animais, por exemplo, mas evidenciando as prioridades do poder público, em defesa dos *pets* que possuem casa de poderem passear, mas não em defesa de pessoas que sequer possuem onde morar. Como também busca atentar para o fato de que são os interesses da burguesia que estão sendo defendidos através do modelo de Estado neoliberal.

A ausência de menção à escolha do título do presente item não ocorreu por acaso, afinal, Charlie Brown e Apolo, à sua maneira expressaram que é “*claro que queremos viver felizes pra sempre*”, pois o trabalho, a moradia, a alimentação e o transporte são a essência última de estarem vivos todos os dias. Contudo, é necessário, também, segurança, não essa segurança da sociedade burguesa, a segurança da proteção social que permite também sonhar, viver a arte, fazer como o Charlie Brown que, após a realização da entrevista, dentro do espaço que lhe garantia segurança, afirmou que havia doado a sua vida para a pesquisa. Em ambos os casos, as entrevistas foram realizadas, por ambas as partes, na esperança de que algo possa ser diferente ali na frente.

5. “MEU CONTO É DE FALTAS!”: BREVES CONSIDERAÇÕES

Essa última composição textual apresenta-se enquanto breves considerações em respeito ao processo de conhecimento que é contínuo e dialético, materializando um complexo de elaborações que não se findam, ainda que no demarcador temporal feche-se nessas páginas. Sendo assim, *“Meu conto é de faltas”: juventudes, (des)proteção social e acolhimento institucional* representa um trabalho de fôlego, não apenas pelo que se propôs inicialmente, mas pela complexidade que o envolve e pelos rebatimentos que remetem ao segmento juvenil.

Em *“era uma vez...”* apresentou-se o caminho percorrido pela pesquisadora até sua conformação no desenvolvimento dessa pesquisa, evidenciando uma trajetória de formação que perpassou desde o adensamento teórico envolvendo a temática das juventudes até sua trajetória de militância. No item *“não é um conto de fadas”* apreende-se o debate teórico que envolve a pesquisa, argumentando a respeito da ausência de proteção específica para esse segmento social no município de Porto Alegre/RS. Além de tratar acerca da distinção entre adolescentes e jovens e porque não equiparar os dois segmentos sociais, evidenciando as lacunas existentes na área do Serviço Social sobre essa temática.

“Comendo as migalhas na trilha” traz o caminho metodológico construído para realização da presente investigação, fundamentada no método dialético-crítico, envolvendo pesquisa documental e empírica, com técnica de análise textual discursiva. Mapeou-se a realidade de abrigos existentes no município pesquisado, comprovando a inexistência de um espaço específico de acolhimento para o segmento juvenil. Já, em *“da fantasia ao real”*, permite a compreensão da materialidade da pesquisa, principalmente no que se refere a etapa empírica, uma vez que a realidade é dinâmica e o processo investigativo precisa dialogar com as mudanças que surgem ao longo do caminho.

No segundo capítulo, intitulado *“do passado ao presente: o mesmo conto...”*, observa-se como o contexto sócio-histórico implica em mudanças, mas também em conservações. *“Pela estrada afora”* permite a realização de uma análise das compreensões construídas ao longo de um dado período histórico a respeito das juventudes, iniciando por Àries (1981) que trata da vida enquanto *infância, juventude e velhice* (para a realidade europeia entre os séculos XVI e XVIII) e incorporando a compreensão de Donzelot (1980) onde a juventude estava atrelada às habilidades

laborativas, sendo sinônimo de trabalho. Para a realidade brasileira de meados de 1920, Esteves e Abramoway (2007) afirmam sobre o quanto os jovens não mediam esforços para parecerem mais velhos e o aspecto *sisudo* daquela época, enquanto Rizzini (2009) e Mannheim (1982) não deixam de realizar o debate das diferentes classes sociais e como isso evidencia realidades distintas para as juventudes da burguesia e da classe trabalhadora.

“*Entre Bicho Papão, Pantera Negra e Robin Hood*” apresenta o processo de compreensão e construção do conceito de juventudes, sendo que para Mannheim (1982) o *problema sociológico das gerações* passa pela compreensão das mudanças sociais por elas sofridas, tratando-se de *meros fatos coletivos* ou *grupos sociais concretos*. Entender a conceituação plural das juventudes não se restringe a uma mera distinção etária, envolvendo autonomia econômica, diversidade, multiplicidade, tensionamentos e inúmeras elaborações sobre esses processos.

Então, jovens são os sujeitos de 15 a 29 anos, no que se refere ao aparato jurídico brasileiro, mas não se restringe a isso, pelo contrário, é onde tudo começa. Com o demarcador etário é possível refletir melhor a respeito das demandas desse segmento social, mas ser jovem é processo, relação de pertencimento, construção social que perpassa os distintos períodos históricos até a realidade atual. Existem várias/os pesquisadoras/es que tratam do tema das juventudes, de concepções pós-modernas até a racionalidade materialista, de modo que não existe um conceito definitivo, mas elaborações das diferentes áreas do conhecimento, que buscam compreender esses sujeitos.

No complexo da compreensão de sujeitos considerados em desenvolvimento ou não, dada a discussão a respeito de fase transitória ou de inacabamento (como sendo restrito do segmento juvenil), atravessa-se uma perspectiva normatizadora e hierarquizada, aqui tratada como adultocentrismo (GÓIS, 2013). Desse modo, em “*vocês entendem o que eu falo?*” buscou-se conhecer dos próprios sujeitos suas compreensões a respeito do lugar que ocupam. Entrevistou-se dois jovens em situação de acolhimento institucional (em albergue) no município de Porto Alegre, além de profissionais de um albergue terceirizado/parceirizado, da república, abordagem social e diretoria técnica da FASC.

No capítulo intitulado “*não é doce o caminho de João e Maria*” aproxima-se o debate para a cena contemporânea, realizando a leitura de dados de realidade em articulação com a crise estrutural do capital. Em “*afinal toda magia é negra mesmo*

que tenha cabelo liso e o olho claro” problematiza-se a realidade social para ser jovem, apresenta-se dados de renda, trabalho, estudo e, principalmente, mortalidade, dado que o Brasil é o país que mais mata jovens no mundo, sendo eles negros e oriundos das periferias. Tudo isso num contexto de congelamento de gastos com a EC 95/2016, evidenciando que *a desgraça é per capita* e que essa emenda responde, como tantas outras políticas em desenvolvimento no Brasil, às demandas do neoliberalismo, de enxugamento dos investimentos em direitos e políticas sociais, em prol da manutenção do sistema vigente.

Analisa-se como se conforma o modo de produção capitalista e a relação do exército industrial de reserva em resposta à essa engrenagem, considerando que existe uma crise estrutural em curso que aponta para os limites *absolutos* do capitalismo, o que não significa afirmar que já se esgotaram os limites absolutos da produção e reprodução social da vida (MÉSZÁROS, 2011). Esse cenário é atravessado pela violência de proporções estruturais, envolvendo ao mesmo tempo a *estrutura* e a *super-estrutura* (SILVA, 2008), evidenciando que o genocídio da juventude negra é um projeto de higienização social e resgatando a descartabilidade da vida humana a partir do momento que estas deixam de responder às necessidades de manutenção do *status quo* capitalista.

O quarto capítulo apresenta a análise que corresponde a compreensão de proteção e desproteção social, posto que articulou-se enquanto pesquisa o engendramento da proteção social da juventude em situação de acolhimento institucional em Porto Alegre, para a qual não existe nenhuma instituição específica das seis existentes na cidade, evidenciando porque *“aqui pela estrada afora quando se vai bem sozinha”*. Sendo assim, realizou-se o resgate da proteção social no decorrer do seu surgimento na realidade brasileira e como esta se conforma enquanto o *príncipe encantado* que aparece para resolver todos os problemas (salvar a princesa). Nesse item, apresenta-se o processo de constituição da proteção social inicialmente atrelada ao trabalho formal, sendo as práticas assistencialistas e tuteladoras articuladas à filantropia. Com o ascenso dos movimentos sociais na década de 1980 e após o período de ditadura, a abertura democrática instituiu-se a denominada Constituição Cidadã, estabelecendo a assistência social como política pública, de acessos a direitos e principalmente inserida no campo da proteção social, revelando-se em um lugar estratégico.

O debate de desproteção social, então, pôde ser melhor compreendido no item, o *“fantástico reino das magias inacabadas”*, onde revela-se, a partir da análise documental, a realidade de uma série de leis que foram criadas para o segmento juvenil, mas não se processaram na materialidade da realidade social, a começar pela EC 65/2010 que não foi incorporada à Constituição Federal em sua totalidade, sendo que a cobertura das juventudes ocorre por meio das outras legislações que a incorporam pelo fator de idade mais abrangente (infância e adolescência ou população adulta) e não pela sua especificidade enquanto segmento social. Tanto é assim, que a própria escolha pela expressão *acolhimento institucional* causou dúvida (na forma de título), uma vez que remete a ideia de que se trata de um trabalho a respeito do acolhimento de jovens-adolescentes, estando em processo de saída do acolhimento de crianças e adolescentes ou após essa saída, sendo que este é um possível cenário para a realidade mais ampla da pesquisa apresentada.

“Claro que queremos viver felizes para sempre” apresenta alguns dados mais específicos da pesquisa empírica, evidenciando que mesmo diante desse *“conto de faltas”* existem processos de resistência e que, desse conto inacabado, fazer um final feliz é ação. É como afirma Charlie Brown, "sozinho [...] as coisas são mais difíceis, quanto mais próximo a gente tá de alguém mais fácil as coisas se tornam. Quanto mais sozinho mais difícil as coisas se tornam". Sendo que, ação aqui também implica o envolvimento estatal na garantia de direitos sociais.

Sendo assim, apresenta-se *“meu conto é de faltas”*, dada a ausência de uma política pública específica para o acolhimento de jovens, bem como o processo de normatização e regulamentação de albergues e repúblicas. No caso das repúblicas, infere-se ainda sobre a padronização de um conceito, sendo que o pensamento comum é induzido a visualizar um espaço de acolhimento de jovens, mas o Quadro 5 evidencia que esta não é a realidade do ponto de vista do ente estatal. Ademais, dos modelos de repúblicas apresentados, o mais organizado está previsto ainda nos direitos das infâncias e adolescências, para um cenário muito específico de egressas/os do acolhimento de crianças e adolescentes, tendo este se revelado um dos cenários possíveis, mas que não dá conta de todo o segmento juvenil, dada sua particularidade dos 18 aos 21 anos.

Essa realidade mostra a fragilidade da proteção social das juventudes, sendo que este segmento social acaba sendo incorporado em políticas para pessoas adultas, sem que suas demandas específicas, enquanto segmento social, sejam

respeitadas. Revela-se ainda um cenário em que Apolo e Charlie Brown ingressaram no albergue devido ao rompimento dos vínculos familiares, sendo suas principais demandas: alimentação, moradia, transporte e inserção em relações de trabalho para viabilizar sua subsistência básica, evidenciando a emergência da incorporação do segmento juvenil na política de assistência social, além de financiamento próprio para as políticas de/para/com as juventudes.

Um fator marcante no desenvolvimento da parte empírica da pesquisa refere-se à dicotomia apresentada, se, por um lado, desde o arcabouço teórico utilizado, passando pelos dados de realidade sintetizados, até as falas das profissionais considera-se que sempre há o que melhor, que é necessário que haja uma padronização e normatização de atendimento ao segmento juvenil. Por outro, os jovens insistem em reafirmar os espaços existentes e que os acolhem, enquanto maravilhosos, pois é o que existe hoje, para oferecer minimamente um sono seguro, um banho e duas refeições (espaços ainda restritos à homens e mulheres, cumpre destacar).

No que se refere ao trabalho desenvolvido pelas profissionais, observa-se que vivenciam a intensidade da precarização do trabalho, também como resultado da ausência de tipificação do funcionamento dos modelos institucionais envolvidos na pesquisa, sendo que em ambos os casos tratam-se das únicas profissionais da equipe técnica. Ademais, compreende-se que a falta de formação continuada contribui nesse processo de precarização, sendo que a pesquisa se revelou como um espaço reflexivo, influenciando na percepção de algumas profissionais sobre o fato das juventudes apresentarem demandas específicas que não estão sendo atendidas pela rede, dado o momento de elaborar as respostas para a pesquisadora. Reforçando também a necessidade de defesa de instituições como CNPq, CAPES, IBGE, IPEA, fundamentais para o desenvolvimento do país.

É fundamental denunciar que a ausência de financiamento, seja do EJUVE especificamente, ou das instituições citadas acima (dentre tantas outras situações), se revela enquanto uma política de Estado, adotada para o fim último de acirramento da luta de classes, revelando-se na vida cotidiana pelos não acessos, nas desigualdades sociais cada vez mais gritantes. Assim, é fundamental que a Política de Assistência Social seja preservada de seu atual contexto de enxugamento e desmonte, como também passe a incorporar o segmento juvenil pelas suas demandas específicas. Sendo que, o controle social, a vigilância socioassistencial, a

rede de serviços, a população em geral, são fundamentais nesse processo que é coletivo.

Aponta-se, ainda, para a necessidade de políticas específicas voltadas para as juventudes na perspectiva da intersetorialidade, pois são muitas as demandas apresentadas, além da complexidade atravessada pelas ausências, principalmente em relação a subsistência, em consonância com o atual momento de vida em que se encontram. A pesquisa reconhece o cenário de intensificação da crise econômica em resposta aos interesses do capital, identificando a necessidade de processos de formação continuada com as equipes que já atendem às juventudes através das políticas voltadas para a população adulta. De modo que a devolutiva dos resultados da pesquisa já abre espaço para esse cenário, influenciando nessa realidade mais imediata e de articulação entre a produção do conhecimento e a realidade social na qual a investigação está inserida. Ademais, infere-se para o papel das universidades na formação de profissionais que conheçam e atuem no planejamento e materialização dos direitos do segmento juvenil.

Outra consideração importante refere-se à realização da pesquisa no campo das mediações teóricas, sendo possível identificar um divisor de águas no que diz respeito aos estudos sobre juventudes consultados e/ou utilizados, uma vez que os que datam do período pós Plano Nacional de Juventude (2004) revelam um cenário muito otimista no que diz respeito aos direitos das juventudes e suas prospecções de materialização. Todavia, com a crise de 2008, que chega ao Brasil tardiamente e revela um cenário complexo para o qual o país não estava preparado, reduz-se drasticamente os estudos sobre essa temática, comprovado pelo referencial apresentado, inclusive refletindo materialmente no Plano Nacional de Juventude que apenas é atualizado 14 anos após o seu lançamento, evidenciando os reflexos da crise econômica e a retomada neoliberal no contexto de crise estrutural do capital.

Foi debatido ao longo dos capítulos sobre a ode de busca de ajustamento do segmento juvenil em relação à sociedade e a responsabilidade a ele atribuída enquanto segmento que dará continuidade ao processo sócio-histórico, bem como a complexidade que envolve o contexto de trabalho e conseqüente inserção de jovens nessa realidade. Sendo fundamental trazer o segmento juvenil para debater as pautas oficiais, respeitando seu espaço de protagonismo para além do campo formal, expandindo espaços de discussão com as juventudes e também de ações.

Na pauta dos direitos das juventudes, é necessário que se façam cumprir as conferências previstas para o ano de 2020, a partir da base, em consonância com os movimentos sociais e de defesa das pautas da, para e com as juventudes. Outrossim, destaca-se o movimento realizado no último ENPESS (ocorrido em Vitória/ES em 2018) pela criação de um GTP específico para pensar gerações, em tempos de retrocessos cada conquista precisa ser aclamada. Nessa arena de disputas, pauta-se também a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, profissão radicalizada e comprometida com as pautas da classe trabalhadora, dentre as quais o segmento juvenil.

Se, por um lado, demarcar as juventudes enquanto segmento etário, construção social, e reafirmar isso pode se marcar enquanto uma postura positivista. Por outro, reconhecer que é processo e afirmar o lugar de pertencimento a partir do lugar social, respeitados os limites objetivos da realidade é dialético e, portanto, fundamentado na teoria crítica. Essa pesquisa releva sua importância para o Serviço Social tendo em vista o direcionamento ético-político profissional e respeito à matriz teórica. Ademais, as juventudes se inserem na pauta dos direitos humanos pela necessidade de se manter viva, pela demanda por respeito às suas diferenças, pela maior inserção no campo da proteção social, bandeiras tão caras a esta categoria profissional.

A poesia intitulada “*era uma vez...*” surge como um respiro em meio a essa produção teórica densa, que desestabiliza, incomoda, mas renova as energias. “*Meu conto é de faltas*” é uma realidade materialmente estabelecida para ser jovem no Brasil atualmente, onde monstros saem dos armários revelando que o caminho “*pela estrada afora*” não é seguro. Mas é como bem disse a Agnes, “*ainda bem que a poesia salva*”, salva o otimismo, renova a esperança e limpa os pulmões da juventude que insiste em resistir, que sai às ruas para lutar. Pelas jovens trans e pelos jovens negros que vibram em vida, porque ser jovem hoje é ser resistência e quanto mais querem normatizar a juventude, mais ela se expressa, se organiza, vibra, resiste, insiste...

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 out. 2019.
- ALVES, Damares Regina. Recado da Ministra. *In*.: LOZZI, Mariana; BASTOS, Samuel; OLIVEIRA, Frederico; FERNANDES, Davi Mancebo. **Sistema Nacional da Juventude: uma gestão conectada interativa**. Brasília: Ibict, 2019. 92 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/268>. Acesso em: 27 dez. 2019. DOI: 10.18225/9788570131607
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AQUINO, Luseni. Introdução. *In*: CASTRO, Jorge A. de; et al. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BAPTISTA, Myriam Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a10n109.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.
- BDTD: **Biblioteca Digital Brasileira de Teses E Dissertações**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 02 out. 2019.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo: n. 124, p. 623-636, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400623&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jul 2018.
- BEHRING, E. R.. Fundamentos de Política Social. *In*: Ana Elizabete Mota; Maria Inês de Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora: 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf Acesso em: 29/09/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.472, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **D.O.U.**: p. 18769, de 08 dez. 1993, Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Transexuais – ANTRA. Brasília, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2005 [reimpressão 2009].

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** - Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, publicada no **D.O.U.** 26 dez. 2006. Brasília, 2006. disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **D.O.U.**: p. 16, de 24 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 65, de 15 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. **D.O.U.**: p. 1, de 14 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/SUAS - Resolução do CNAS nº 130**, de 15 de julho de 2005, publicada no D.O.U.. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: outubro de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2013 [Reimp. 2014]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. [Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: mai. de 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **D.O.U.**: p. 2, de 16 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 02 de out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.025**, de 5 de abril de 2017. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude. **D.O.U.**: p. 2, de 06 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9025.htm#art2iv. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.509**, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **D.O.U.**: p. 1, de 23 nov. 2017, Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.306**, de 15 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **D.O.U.**: p. 1, de 16 mar. 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude**: Por uma política de estado para a juventude - proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004. Secretaria Nacional de Juventude, 200 p. Brasília: SNJ, 2018b. Disponível em: <https://sinajuve.ibict.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano-Nacional-de-Juventude.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. **Projeto de Lei nº 4.530, de 2004**. Aprova o Plano Nacional de

Juventude e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=253927. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016**. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **D.O.U.**: p. 4, Brasília, DF, 04 mai. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm. Acesso em 27 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.306, de 15 de março de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2018c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.894, de 23 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **D.O.U.**: p. 27, de 28 jun. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9894.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.974, de 16 de agosto de 2019**. Convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9974.htm. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 10.127, de 25 de novembro de 2019**. Altera o Decreto nº 9.974, de 16 de agosto de 2019, que convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10127.htm#art1. Acesso em: 27 dez. 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2017**: mapeia os homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3025. Acesso em: 15 nov. 2017.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: set. 2019.

CONANDA. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 28 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações Técnicas**: para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: out. de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: mai. de 2019.

COSTA, Ana Paula Motta; CUNHA, Victória Hoff da. Do Zigue-Zague à Subcidadania: trajetórias de (des) territorialização e violação de direitos humanos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação na cidade de Porto Alegre. **Revista de Direito a Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 117-135, nov./jan. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26360/19536>. Acesso em 27 dez. 2019.

DAYRELL, Juarez. Prefácio. In.: FIGUEIRAS, Cristina A. C.; MEDEIROS, Regina (org.). **Jovens, trabalho e políticas públicas**: ensaios e desafios. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In.: FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 out. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalan. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro, editora Graal, 1980. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/05/donzelot-a-policia-das-familias1-1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018.

ESTEVEES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Mirian. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em:

http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Juventude_juventudes.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

ESTRÁSULAS, Robinson (Ed.). “Não vamos admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua”, diz Comandante Nádia: Secretária de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre destacou que prefeitura tenta auxiliar esse público vulnerável com uma série de programas sociais, mas enfrenta resistência. **Gaúchazh**. Porto Alegre, 11 maio 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/nao-vamos-admitir-uma-praca-que-esteja-cheia-de-morador-de-rua-diz-comandante-nadia-cjvk2cots03d201ma6gurgykc.html>>. Acesso em: 19 set. 2019.

FERNANDES, Idília. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-12, dez., 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1032/811>. Acesso em 27 dez. 2019.

GÓIS, João Bôscio Hora. A (difícil) produção da intersectorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 128-141, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/13212/9621>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In.: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**. 2ª ed. Ano 2. Nº 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004 – 88p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1963.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019. ISBN 978-85-240-4458-8

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ID JOVEM 2.0. **O que é**. Brasília, DF: SNJ, 2019. Disponível em: <https://idjovem.juventude.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 35). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: mai de 2019.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades**: Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, PUCRS. 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8221>. Acesso em: 27 dez. 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Brasília: Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. “Diabolização” das Juventudes: mídia, subjetividade e educação. In: IX CONGRESO INTERNACIONAL DE SALUD MENTAL Y DERECHOS HUMANOS, 2010, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2010, p. 1.15. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20110112152031.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In.: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Coleção L&PM, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O capital**: crítica de economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa et al (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**: serviços de acolhimento. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/servicos-de-acolhimento>. Acesso em: mai. de 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Nacional da Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. **Censo SUAS 2018**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2018. [atualizado em 2019]. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Assistência Social – Serviços Disponíveis**: Acolhimento. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/servicos-de-acolhimento>. Acesso em: mai. de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Brasília: MMA, [201-]. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_versao3.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise nº 65. Ano 24: outubro de 2018. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/181031_bmt_65.pdf. Acesso em: abr. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise nº 66. Ano 25: abril de 2019. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190821_bmt_66.pdf. Acesso em: set. 2019.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. (Bauru)[online]. 2003, vol.9, n.2, pp.191-211. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132003000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>.

MORE: **Mecanismo online para referências**, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: abr. 2019.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil: 2246** – texto para discussão. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 07/09/2019.

NETO, Alberi. Dois novos albergues são inaugurados em Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 03 set. 2019, Assistência Social, 2019.

NOLETO, MarlovaJovchelovitch. Apresentação – UNESCO. In.: BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude: Por uma política de estado para a juventude - proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004**. Secretaria Nacional de Juventude, 200 p. Brasília: SNJ, 2018. Disponível em: <https://sinajuve.ibict.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano-Nacional-de-Juventude.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

NOVAES, Regina R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In.: FÁVERO, Osmar *et al.* (org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 out. 2019.

PAES, Paulo Cesar Duarte; GUEDES, Olegna de Souza. Emancipação humana e o debate dos direitos humanos. **Serviço Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p.310-325, jul. 2015. Semestral. Disponível em:
 <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18379/13569>. Acesso em: 16 nov. 2017.

PAIVA, Beatriz Augusto de; HILLESHEIM, Jaime. Ainda sobre os 80 anos do Serviço Social: direitos sociais em tempos de ruptura democrática. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/25311>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos Subespaços ao Território Descontínuo Paradoxal**: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Porto Alegre, UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/128895>. Acesso em: 27 dez. 2019.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado In.: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social, e Direitos da Cidadania. In.: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**. 2ª ed. Ano 2. Nº 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004 – 88p.

PEREIRA, Potyara A. P. Políticas Públicas e Necessidades Humanas com Enfoque no Gênero. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 12, n. 1, p.67-86, jun. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2u7hYG5>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas & questões. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas, Rev.Ciênc.Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, Abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892019000100082&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. "Na prática a teoria é outra" ou separar é armadilha do capitalismo?. In: **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p.161-171, maio/agosto, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424/11903>. Acesso em: 06 out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [PMPA]. **Abrigagem de adulto**: Ações de Atenção à População Adulta de Rua. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=88. Acesso em: outubro de 2017a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [PMPA]. **Decreto Nº 19.775**, de 27 de junho de 2017b. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/decreto_19775.pdf. Acesso em: mai. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [PMPA]. Fundação de Assistência Social e Cidadania Fasc. Departamento. **Proteção Social Especial**: Ações de Alta

Complexidade. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=140. Acesso em: 20 abr. 2019a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [PMPA]. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projetos e Ações:** Ação Rua. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=70. Acesso em: mai. de 2019b.

PROGRAMA #VerdeAmarelo deve beneficiar 4 milhões de pessoas em três anos.

Secretaria de Trabalho, Ministério da Economia, Brasília (DF), 11 nov. 2019.

Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/7334-programa-verdeamarelo-deve-beneficiar-4-milhoes-de-pessoas-em-tres-anos>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico de legislação para a Infância no Brasil. *In:* RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org).

A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e

Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p.

672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 27 de. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios Violentados e Vidas Descartáveis.

Emancipação, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904>. Acesso em 02 out. 2019.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)Segurança e Políticas Públicas:** A proteção social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHERER, Giovane Antonio. **O Caleidoscópio da (in)segurança:** os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. 2015. 258 f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2015.

Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6236>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SCHERER, Giovane. **Serviço social e arte: juventudes e direitos humanos em cena.** São Paulo: Cortez, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE. **Mais informações:** sobre. Porto Alegre: 2005. Facebook: @JuventudesPOA. Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/JuventudesPOA/about/?ref=page_internal. Acesso em: 14 de mai. de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE. **O perfil do jovem de Porto Alegre.**

Porto Alegre: 2007. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pl_geral//redireciona.php?p_projeto=116&p_secao=77&p_url=http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smj/usu_doc/juventud.ppt. Acesso em: abr. de 2019.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA E SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua, v. 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011.

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 28 mai. 2019.

SERVIÇO de Acolhimento para Pessoas Idosas. **Ministério da Cidadania,**

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 07 ago. 2015. Brasília: 2015a.

Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas>.

Acesso em: 15 ago. 2019.

SERVIÇOS de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens. **Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**, 07 ago. 2015b.

Brasília: 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SERVIÇO de Acolhimento para Adultos e Famílias. **Ministério da Cidadania,**

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 07 ago. 2015. Brasília: 2015c.

Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, José Cícero da. “Foi uma chacina, uma chacina de verdade”, diz moradora de Paraisópolis. **Carta Capital**, São Paulo, 5 dez. 2019. Sociedade. 2019.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/foi-uma-chacina-uma-chacina-de-verdade-diz-moradora-de-paraisopolis/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira da. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 13, n. 2, Franca/SP, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Rev. Katálises**. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In.: CASTRO, Jorge A. de; et al. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepções fundantes. *In*: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e Gestão da Proteção Social no Brasil**. Brasília:, UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2018, vol.23, n.7, pp.2315-2325. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2315.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>.

UNIDADES de acolhimento. **Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**, 22 jun. 2015. Brasília: 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento> [abas: *Adultos e Família; pessoas Idosas; Crianças e Adolescentes*] Acesso em: 15 dez. 2019.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: out. 2017.

WOLFF, Maria Palma. **Direitos Sociais: fundamentos e políticas de implementação**. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In.: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**. 2ª ed. Ano 2. Nº 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2002 – 88p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Desafio da Defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 1, p.6-13, 30 abr. 2016. Argumentum. <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i1.12139>. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In.: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A –QUADRO METODOLÓGICO DA PROPOSTA DE PESQUISA

PESQUISA: TRAJETÓRIAS JUVENIS E PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: Que resistências para quais violações de direitos?

Tema		As trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional.
Delimitação do tema		As trajetórias de vida de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que se encontram em acolhimento institucional na rede municipal de Porto Alegre no período de 2018 a 2019.
Formulação do problema		Como vem se constituindo as trajetórias das juventudes em acolhimento institucional, no que se refere a processos de resistências e violações de direitos?
Objetivos	Geral	Analisar como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional, no que se refere às violações de direitos e resistências vivenciadas, a fim de contribuir para a proposição e qualificação de políticas públicas sociais específicas voltadas para esse segmento social.
	Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investigar os diferentes processos de resistências e violações de direitos presentes nas trajetórias de vida das juventudes em situação de acolhimento institucional. 2. Compreender como vem se constituindo o acolhimento institucional no que se refere a materialização da proteção social para as juventudes. 3. Analisar como as trabalhadoras e os trabalhadores, que atuam no acolhimento das juventudes em Porto Alegre, compreendem a proteção social voltada para esse segmento social.
Questões orientadoras		<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os processos de resistência e de violações de direitos vivenciados por jovens em acolhimento institucional? 2. Como vem se constituindo o acolhimento institucional para as juventudes no que se refere a materialização da proteção social? 3. De que forma as trabalhadoras e os trabalhadores compreendem a proteção social das juventudes na rede de acolhimento institucional de Porto Alegre?

Método e tipo de Estudo		Materialista histórico e dialético
Categorias teóricas	Do método	Totalidade Contradição Historicidade (historicamente a proteção da infância e juventude) Mediação
	Explicativas da realidade	Violações de direitos { Desigualdades Resistências Juventudes Trajetórias de Vida Proteção social (Acolhimento Institucional)
Tipo de estudo		Qualitativo
Instrumentos e Técnicas		Pesquisa documental: Análise documental das legislações que tratam do acolhimento institucional das juventudes, a partir dos 18 anos. Mapeamento dos serviços de acolhimento na rede de proteção de Porto Alegre. Entrevistas abertas semi-estruturadas. Devolutiva para os serviços, CONJUVE e SNJ.
Palavras-Chave		Juventudes; Trajetórias de Vida; Proteção Social; Acolhimento Institucional.
Sujeitos do estudo		Jovens em acolhimento institucional Profissionais dos serviços de acolhimento institucional Representante da Gestão da Política Municipal de Assistência Social - FASC Representante da Secretaria Municipal de Juventude Representante da Coordenação do Ação Rua
Universo e amostra		Universo: Rede de serviços de acolhimento institucional para jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, em Porto Alegre, específicos ou não para essa faixa etária. Amostra: 03 entrevistas com trabalhadoras/es 06 entrevistas com jovens 01 entrevista com gestão 01 entrevista com secretaria municipal de juventude 01 entrevista com coordenação Abordagem Social - Ação Rua

APÊNDICE B –ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA PARA JOVENS

1º Apresentação

1. Como tu gostaria de ser chamada/o?
2. Quantos anos tu tens?
3. O que tu acha que eu preciso saber pra te conhecer?

2º Infância e Adolescência (trajetória)

4. Onde tu nasceu? Me conta um pouco sobre a tua infância.
5. O que mais te marcou na tua infância?
6. Me conta uma lembrança boa da tua infância (explorar relações).
7. Que lugares tu costumava frequentar (colégio, praças, UBS, CRAS...)?
8. Quando tu era criança ou adolescente quais as situações mais difíceis pra ti?
Como tu(vocês) resolviam isso (com quem poderia contar)?

3º Hoje – cotidiano

9. Quem são as pessoas com quem tu te relaciona hoje? Em quem tu confia?
10. Como tu chegou aqui (no albergue/república)?
11. Como é a tua vida agora? Me conta o que tu costuma fazer no dia a dia.
12. Quais são as maiores dificuldades do teu dia a dia?
13. O que tu costuma fazer pra resolver essas dificuldades? Existe alguém que te ajuda com isso?
14. Tu acha que sofre algum tipo de preconceito? Por quê?
15. Tu já sofreu alguma violência?

4º Institucional

16. Que serviços tu costuma frequentar (já acessou ou acessa - CRAS, CREAS, UBS, CAPS, Centro Pop, Bandeirão etc.)?
17. Como tu te sente aqui estando na/o instituição (nome da instituição)?
18. Pra que serve esse lugar (albergue/república)?
19. Como é o dia a dia aqui?
20. Me fala algo bom e algo a melhorar aqui.

5º Fechamento

21. Tu te considera jovem? Por quê?
22. O que tu pretende fazer no futuro?
23. Que mensagem tu gostaria de deixar (sobre ti, sobre ser jovem)?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEIMI-ESTRUTURADA PARA PROFISSIONAIS (REPÚBLICA E ALBERGUES) E PARA ABORDAGEM SOCIAL DA FASC OU REPRESENTANTE

1º Aproximação Inicial

1. Como é o trabalho que vocês desenvolvem aqui (finalidade república/albergue)?
2. Quais as principais dificuldades e potencialidades em relação ao trabalho?

2º Proteção Social

3. Como você compreende a Proteção Social? Como acha que ela se materializa hoje?
4. Como você compreende o acolhimento institucional para as juventudes? Como acha que ele se materializa hoje?
5. O que você entende por juventude? Ser jovem?

3º Políticas Públicas

6. Você acha que as/os jovens tem alguma demanda específica?
7. Quais as principais demandas que as/os jovens trazem para os atendimentos? Como essas demandas são atendidas?
8. Na sua compreensão, o que traz as/os jovens para a situação de acolhimento institucional?
9. Como você compreende a materialização das legislações voltadas para as juventudes em Porto Alegre?

4º Serviços

10. Que serviços da rede são acessados pelas/os jovens quando não estão no albergue/república?
11. E quais serviços da rede tu costuma acionar para atendimentos das demandas das/os jovens?
12. Como é esse diálogo com a rede?

5º Relação com as e os jovens

13. Qual o perfil das/os jovens atendidas/os no que diz respeito à escolarização, pessoas com deficiência, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero?
14. As/os jovens ainda possuem vínculo familiar? Como esse vínculo se estabelece?
15. Como você vê o envolvimento das/os jovens em relação a drogadição, tráfico de drogas, roubo?

6º Institucional

16. Como você entende que esta instituição acolhe as/os jovens (espaço físico, alimentação, psicológico, emocional)?
17. Como é o trabalho em equipe em relação aos casos atendidos? Vocês têm capacitação profissional periodicamente?
18. O que você pensa a respeito das políticas públicas para as juventudes em Porto Alegre hoje em dia?
19. Quais políticas tu conhece em Porto Alegre que garantem a materialização dos direitos das juventudes?
20. Como você observa o impacto do seu trabalho na vida das/os jovens?
21. Vocês trabalham com projeto de vida e futuro? Como a equipe trabalha isso?

7º Fechamento

22. Que programas e projetos seriam necessários para atender as demandas das juventudes hoje?
23. O que você pensa da juventude hoje em dia? (Como era na tua época)?
24. Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar como trabalhador/a (da república ou do albergue) / como coordenador/a (ou representante) do Ação Rua?

APÊNDICE D– ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA PARA GESTÃO DA FASC OU REPRESENTANTE

1º Aproximação Inicial

1. Como é o trabalho que vocês desenvolvem em relação a às/aos jovens?
2. Quais as principais dificuldades que você identifica em relação às políticas públicas para as juventudes?

2º Proteção Social

3. Como você compreende a Proteção Social? Como acha que ela se materializa hoje?
4. Como você compreende o acolhimento institucional para as juventudes? Como acha que ele se materializa hoje?
5. O que você entende por juventude? Ser jovem?

3º Serviços/Rede

6. Quais são as principais demandas das/os jovens hoje em relação aos serviços oferecidos pela rede de Porto Alegre? Como você acha que são atendidas?
7. Você acha que as/os jovens tem alguma demanda específica?
8. Que serviços da rede são acessados pelas/os jovens quando não estão no albergue/república?
9. E quais serviços da rede tu entende que são acionados para atendimentos das demandas das/os jovens?

4º Relação com as/os jovens

10. Na sua compreensão, o que traz as/os jovens pra situação de acolhimento institucional?
11. Qual o perfil das/os jovens atendidas/os no que diz respeito à escolarização, orientação sexual e identidade de gênero, pessoas com deficiência, raça/etnia?
12. Como se dá o acesso a direitos em relação a convivência familiar e comunitária e mobilidade nos territórios de Porto Alegre?
13. Como você vê o envolvimento das/os jovens em relação a drogadição, tráfico de drogas, roubo?

14. Como você entende que é o acolhimento das/os jovens pelos equipamentos (república/albergue: espaço físico, alimentação, psicológico, emocional)?

5º Institucional

15. O que existe de política pública hoje em Porto Alegre para atender às juventudes?
16. Como você observa o impacto do seu trabalho na vida das/os jovens?
17. Você acha importante trabalhar com as/os jovens projeto de vida e futuro? Por quê ou como?

6º Gestão e Planejamento

18. Me conte sobre o processo histórico de construção dessa secretaria em Porto Alegre.
19. Com que frequência vocês realizam diagnósticos para compreender as demandas das juventudes?
20. Como se dá a relação da secretaria municipal de juventude com a secretaria estadual de juventude?
21. Que ações a secretaria municipal de juventude tem pensado e realizado para atender as diferentes juventudes de Porto Alegre?

7º Fechamento

22. Que programas e projetos seriam necessários para atender as demandas das juventudes hoje?
23. O que você pensa das juventudes hoje em dia? (Como era na tua época)?
24. Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar como secretária/o (ou representante) Municipal de Juventude?

APÊNDICE E– INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Lei ou normativa	
Ministério ou Secretaria que se vincula	
Nacional/Estadual/Municipal	
Natureza da Instituição executora	
Ano	
Objetivo	
Público alvo (idade, sexo, etc)	
Descrição de funcionamento (quando houver)	
Composição da equipe técnica	
Estrutura física prevista	
Atividades das e dos Jovens (ou sujeitos) no serviço (instituição)	
Instituições do Poder Público envolvidas	
Concepção de juventude que perpassa a política	
Investimento	
Observação	

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS JUVENIS E PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: QUE RESISTÊNCIAS PARA QUAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS?

Pesquisador: Giovane Antonio Scherer **Área**

Temática:

Versão: 2

CAAE: 18039219.6.0000.5336

Instituição Proponente: UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.529.571

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa de Mestrado é um estudo qualitativo o qual busca compreender como vem se manifestando a materialização da proteção social para as juventudes no município de Porto Alegre, no período de 2018 a 2019. Possui como objetivo geral “analisar como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional, no que se refere às violações de direitos e resistências vivenciadas, a fim de contribuir para a proposição e qualificação de políticas públicas específicas voltadas para esse segmento social”. Com este projeto busca-se evidenciar quais violações de direitos as inerentes juventudes que buscam pelo acolhimento institucional vêm vivenciando, não só no momento presente, mas enquanto trajetória de vida, bem como os processos de resistência experimentados pelas mesmas. Ademais, intenta-se também compreender como a proteção social vem sendo desenvolvida no município. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada no método dialético-crítico. A amostra da pesquisa compreenderá entrevistas abertas semi-estruturadas com jovens, de 18 a 29 anos, em situação de acolhimento institucional na república e em dois albergues do município investigado. Também serão sujeitos da pesquisa profissionais desses serviços, coordenação do Ação Rua, secretária/o municipal e juventude e a gestão da Fundação de Assistência Social e Cidadania responsável pela execução da Política de Assistência Social em Porto Alegre. A análise de pesquisa será realizada a partir de Moraes (2003) de análise textual discursiva, sendo que o corpus da pesquisa será composto pela coleta de dados documentais (legislações e

normatizações) e pela coleta de dados empíricos, assim, os dados serão categorizados, desde as suas unidades de significado até as categorias mais gerais, previamente estabelecidas, bem como as emergentes da realidade. Assim, essa pesquisa tem como finalidade compreender como vem se desenvolvendo o acolhimento institucional em Porto Alegre, buscando contribuir na proposição e qualificação das políticas públicas direcionadas para as juventudes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como vêm se constituindo as trajetórias de vida de jovens em acolhimento institucional, no que se refere às violações de direitos e resistências vivenciadas, a fim de contribuir para a proposição e qualificação de políticas públicas específicas voltadas para esse segmento social.

Objetivo Secundário:

- Investigar os diferentes processos de resistências e violações de direitos presentes nas trajetórias de vidas das juventudes em situação de acolhimento institucional.
- Compreender como vem se constituindo o acolhimento institucional no que se refere a materialização da proteção social para as juventudes.
- Analisar como as trabalhadoras e os trabalhadores, que atuam no acolhimento das juventudes em Porto Alegre, compreendem a proteção social voltada para esse segmento social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa possui riscos mínimos, como desconforto ao narrar certos assuntos de sua história de vida, sendo que o entrevistado pode interromper a entrevista em qualquer momento.

Benefícios:

Não haverá nenhum benefício direto para o entrevistado, porém, o presente estudo visa construir subsídios teóricos objetivando contribuir com a qualificação de políticas públicas para as juventudes na cidade de Porto Alegre.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo será fundamentado no método dialético-crítico com natureza de pesquisa qualitativa. Para responder ao primeiro objetivo específico “OE1: Investigar os diferentes processos de resistências e violações de direitos presentes nas trajetórias de vida das juventudes em situação São critérios de inclusão para a participação nesse estudo: querer responder a entrevista e ter condições de fazê-lo; possuir entre 18 e 29 anos impreterivelmente; no momento da pesquisa estar em situação de acolhimento institucional e possuir vínculo com a república ou os

albergues. Para fins de responder a esse objetivo específico, será realizado um contato inicial com a equipe técnica da instituição, prioriza-se que a/o profissional que será entrevistada/o seja técnica/o de referência da/o jovem que também será entrevistada/o. Dessa forma, a equipe será essencial para compor a amostra daquela instituição, contribuindo na seleção dos sujeitos que correspondem aos critérios de inclusão e exclusão. O tipo de metodologia de coleta a ser utilizado será de entrevistas abertas semiestruturadas, onde “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (MARCONI E LAKATOS, 2002, p. 94). Possibilitando assim, a melhor compreensão a respeito das suas trajetórias de vida, articulando as diferentes violações de direitos e estratégias de resistência. Para responder ao objetivo específico dois “OE2: Compreender como vem se constituindo o acolhimento institucional no que se refere a materialização da proteção social para as juventudes”, serão realizadas as entrevistas abertas semiestruturadas, mencionadas no objetivo específico anterior, e análise documental de leis e normatizações sobre a proteção social e acolhimento institucional que incluam o segmento juvenil. Para a realização de análise documental sobre as políticas públicas voltadas para as juventudes a amostra será composta por legislações e normas de operacionalização das mesmas que abarquem esse segmento social dentro da proteção social relacionada ao acolhimento institucional. Nesse caso, foi realizado um levantamento das legislações pertinentes, levando-se em consideração o espectro de abrangência da pesquisa ora apresentada. No que tange ao objetivo específico três “OE3: Analisar como as trabalhadoras e os trabalhadores, que atuam no acolhimento das juventudes em Porto Alegre, compreendem a proteção social voltada para esse segmento social”, serão realizadas entrevistas abertas estruturadas, nesse caso as perguntas não serão estruturadas, tendo em vista que busca-se respostas direcionadas aos questionamentos relativos ao planejamento e execução dos serviços vinculados a política pública, não envolvendo essa dimensão mais subjetiva que trata da história de vida de cada sujeito. A partir disso, busca-se compreender suas percepções a respeito de entraves e possibilidades no que tange ao acesso à direitos pelas/os jovens atendidas/os pelos referidos serviços. Para a realização da pesquisa serão respeitados os cuidados éticos, apresentados para as instituições através do Termo de Aceite Institucional e para profissionais e jovens através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além do Termo de Consentimento para uso de Voz, respeitando a Resolução n 510/2016 no que concerne as normas éticas em vigência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e estão adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e a Norma Operacional

nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa TRAJETÓRIAS JUVENIS E PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: QUE RESISTÊNCIAS PARA QUAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS? proposto por Giovane Antonio Scherer com número de CAAE 18039219.6.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1396595.pdf	16/08/2019 16:09:08		Aceito
Outros	cartarespostapendencias.pdf	16/08/2019 16:08:28	GISELE RIBEIRO SEIMETZ	Aceito
Outros	cartaapresentacaonotificacao.pdf	16/08/2019 16:07:37	GISELE RIBEIRO SEIMETZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivree esclarecidoprofissionaissegtao.pdf	16/08/2019 16:04:52	GISELE RIBEIRO SEIMETZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	termodeconsentimentolivree esclarecidojovens.pdf	16/08/2019 16:04:22	GISELE RIBEIRO SEIMETZ	Aceito

Ausência	termodeconsentimentolivree esclarecidojovens.pdf	16/08/2019 16:04:22	GISELE RIBEIRO SEIMETZ	Aceito
Outros	roteiroentrevistaprofissionaisseacaorua.pdf	11/07/2019 16:52:32	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	roteiroentrevistafasc.pdf	11/07/2019 16:52:05	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	roteiroentrevistajovens.pdf	11/07/2019 16:51:26	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	curriculolattesgiseleribeiros	11/07/2019	Giovane	Aceito

	eimetz.pdf	16:50:07	Antonio Scherer	
Outros	curriculolattesgiovaneantonioscherer.pdf	11/07/2019 16:49:42	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartadeaprovaodaocomissaoaocientifica.pdf	11/07/2019 16:47:53	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartaapresentacao.pdf	11/07/2019 16:46:30	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartaderesponsabilidade.pdf	11/07/2019 16:46:06	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartaderesponsabilidadediaisdacruz.pdf	11/07/2019 16:45:25	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartadeconhecimentorepublica.pdf	11/07/2019 16:44:57	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	cartadeconhecimentofasc.pdf	11/07/2019 16:44:29	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	termodeaceiteinstitucionalrepublica.pdf	11/07/2019 16:43:52	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	termodeaceiteinstitucionaldiisdacruz.pdf	11/07/2019 16:43:28	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	termodeaceiteinstitucionalfasc.pdf	11/07/2019 16:42:37	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Outros	termodeconsentimentoparasodevoz.pdf	11/07/2019 16:41:50	Giovane Antonio Scherer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecido.pdf	11/07/2019 16:41:16	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	documentounificadodoprojetodepesquisa.pdf	11/07/2019 16:40:42	Giovane Antonio Scherer	Aceito

Investigador				
Orçamento	orcamento.pdf	11/07/2019 16:40:17	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	11/07/2019 16:39:17	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto.pdf	11/07/2019 16:37:48	Giovane Antonio Scherer	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocep.pdf	11/07/2019 16:36:26	Giovane Antonio Scherer	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 23 de Agosto de 2019

**Assinado por:
Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador(a))**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br